

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXII DCL N° 240

Brasília, quarta-feira, 18 de dezembro de 2013

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
MESA DIRETORA	
Presidente: Wasny de Roura	Vice-Presidente: Agaciel Maia
1º Secretário: Eliana Pedrosa Suplente: Liliâne Roriz	2º Secretário: Prof. Israel Batista Suplente: Joe Valle
3º Secretário: Aylton Gomes Suplente: Cristiano Araújo	Corregedor: Patrício Ouvidor: Evandro Garla Proc. Esp. da Mulher: Luzia de Paula
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite Vice-Presidente: Robério Negreiros Aylton Gomes Cláudio Abrantes Eliana Pedrosa	Chico Vigilante Wellington Luiz Benedito Domingos Joe Valle Celina Leão
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Rôney Nemer Vice-Presidente: Doutor Michel Arlete Sampaio Benedito Domingos Washington Mesquita	Agaciel Maia Cláudio Abrantes Patrício Cristiano Araújo Eliana Pedrosa
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Celina Leão Vice-Presidente: Olair Francisco Evandro Garla Cristiano Araújo Luzia de Paula	Eliana Pedrosa Chico Leite Benedito Domingos Professor Israel Batista
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Washington Mesquita Agaciel Maia Professor Israel Batista Paulo Roriz	Chico Leite Liliane Roriz Olair Francisco Cláudio Abrantes Rôney Nemer
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Doutor Michel Vice-Presidente: Olair Francisco Agaciel Maia Joe Valle Patrício	Cláudio Abrantes Robério Negreiros Rôney Nemer Professor Israel Batista Arlete Sampaio
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Cristiano Araújo Vice-Presidente: Wellington Luiz Arlete Sampaio Celina Leão Cláudio Abrantes	Aylton Gomes Robério Negreiros Evandro Garla Washington Mesquita Doutor Michel
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Liliâne Roriz Vice-Presidente: Evandro Garla Benedito Domingos Luzia de Paula Wellington Luiz	Eliana Pedrosa Arlete Sampaio Aylton Gomes Professor Israel Batista Rôney Nemer
COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Paulo Roriz Vice-Presidente: Chico Vigilante Liliane Roriz Joe Valle Rôney Nemer	Olair Francisco Chico Leite Washington Mesquita Luzia de Paula Wellington Luiz
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Robério Negreiros Vice-Presidente: Patrício Aylton Gomes Eliana Pedrosa Professor Israel Batista	Rôney Nemer Chico Vigilante Cristiano Araújo Liliane Roriz Joe Valle
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Joe Valle Vice-Presidente: Wellington Luiz Arlete Sampaio Chico Leite Eliana Pedrosa	Luzia de Paula Agaciel Maia Chico Vigilante Evandro Garla Celina Leão

Atualizado em 07/11/2013

Sumário

Comissões.....	1
Mesa Diretora.....	5
Diretoria de Recursos Humanos.....	6
Contratos.....	6
Fiscal.....	6
Relatórios.....	7

Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

RESULTADO DE PAUTA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2013, ÀS 11H, NA SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO

I – EXPEDIENTES

1. Leitura da Ata da 34ª Reunião Ordinária, realizada em 10/12/2013
Resultado: aprovada

II – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1 – PLC 68/2013, de autoria do Poder Executivo
DESAFETA ÁREAS PÚBLICAS DE USO COMUM DO POVO NO SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS – STRC, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXIX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

2 – PL 1693/2013, de autoria do Poder Executivo
AUTORIZA A CESSÃO DE USO DO MUSEU DA REPÚBLICA HONESTINO GUIMARÃES À UNIÃO.

RELATORA: Dep. Eliana Pedrosa
PARECER: Admissibilidade da proposição e da emenda nº 2 – CCJ na forma da emenda nº 1 – CCJ
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade da proposição e da emenda nº 2 – CCJ na forma da emenda nº 1 – CCJ

3 – PL 1715/2013, de autoria do Poder Executivo
DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RDC NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade com acatamento da emendas nº 1, 4, 5, 6 e 7, rejeitadas as emendas nº 2 e 3
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade com acatamento da emendas nº 1, 4, 5, 6 e 7, rejeitadas as emendas nº 2 e 3

4 – PL 1728/2013, de autoria do Poder Executivo
DISPÕE SOBRE O PLANO DE SEGURANÇA DO USO E DA OCUPAÇÃO DO LAGO PARANOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Retirado de pauta pelo autor

5 – PL 1709/2013, de autoria do Poder Executivo

ALTERA A LEI Nº 4.276, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE OFERTA PÚBLICA PARA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE E PARA A CESSÃO DOS RESPECTIVOS CRÉDITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

6 – PL 1730/2013, de autoria do Poder Executivo

ALTERA A LEI Nº 4.490, DE 14 DE JULHO DE 2010, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, VOLTADA À VIABILIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL CONSTANTES DOS ORÇAMENTOS ANUAIS, MEDIANTE PRESTAÇÃO DE GARANTIA PELA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

7 – PL 1315/2012, de autoria do Poder Executivo

DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE PRIVATIVA DOS PROFISSIONAIS TAXISTAS NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER:
RESULTADO: Adiada a votação

8 – PL 1531/2013, de autoria do Poder Executivo

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER:
RESULTADO: Adiada a votação

9 – PL 1573/2013, de autoria do Poder Executivo

ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI 4.997, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012, 3 QUE SUSPENDE A EXIGIBILIDADE E CONCEDE REMISSÃO E ISENÇÃO DE TRIBUTOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER:
RESULTADO: Parecer já votado em plenário em 11/12/13

10 – PL 1701/2013, de autoria do Poder Executivo

DISPÕE SOBRE O REZONEAMENTO AMBIENTAL E PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SÃO BARTOLOMEU

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER:
RESULTADO: Adiada a votação

11 – PL 1719/2013, de autoria do Poder Executivo

DISPÕE SOBRE OS CONSELHOS TUTELARES DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER:
RESULTADO: Adiada a votação

12 – PL 1732/2013, de autoria do Poder Executivo

INSTITUI O SERVIÇO DE MOTOTÁXI NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER: Admissibilidade na forma das emendas nº 1, 2 e 3 – CAS
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade na forma das emendas nº 1, 2 e 3 – CAS

13 – PL 1069/2012, de autoria do Dep. Agaciel Maia e outros
 ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 4.652, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, QUE CRIA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, O PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL JUNTO AOS APENADOS EM REGIME SEMIABERTO E AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, CONFORME ESPECIFICA

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

14 – PL 313/2011 – emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, de autoria do Dep. Chico Vigilante

DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE DISPONIBILIZAR AMBIENTES PARA USO PRIVATIVO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS QUE TRABALHAM NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade das emendas 1, 2, 3, 4 e 5 da CDDHCEDP, rejeitadas as emendas 6 e 7 da CCJ
RESULTADO: Adiada a votação

15 – PL 616/2011, de autoria da Dep. Luzia de Paula

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL DE BRASÍLIA, LOCALIZADA NA REGIÃO DO GRANDE COLORADO.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Retirado de pauta pelo relator

16 – PL 1285/2012, de autoria do Dep. Robério Negreiros e outros

REVOGA O ART. 4º E ALTERA O ART. 12, AMBOS DA LEI 4.636 DE 23 DE AGOSTO DE 2011 QUE INSTITUI MECANISMO DE CONTROLE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PROVIDÊNCIAS DE ENCARGOS TRABALHISTAS A SEREM PAGOS ÀS EMPRESAS CONTRATADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FORMA CONTÍNUA, NO ÂMBITO DOS PODERES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade na forma da emenda nº 1 – CCJ (supressiva)
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 – CCJ (supressiva), 2 e 3 – CCJ (aditivas)

17 – PL 1222/2012, de autoria do Dep. Prof. Israel Batista

CRIA, NAS UNIDADES ESCOLARES DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, O PROGRAMA LIXO RECICLADO NA ESCOLA.

RELATORA: Dep. Eliana Pedrosa
PARECER: Admissibilidade na forma da emenda nº 2 – CESC e da emenda nº 3 – CCJ
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade na forma da emenda nº 2 – CESC e da emenda nº 3 – CCJ

18 – PL 899/2012, de autoria do Dep. Agaciel Maia

AUTORIZA OS MOTORISTAS DE TRANSPORTES COLETIVOS A EMBARCAR E DESEMBARCAR PASSAGEIROS, FORA DAS PARADAS OFICIAIS DESTINADAS A ÔNIBUS, QUANDO SOLICITADO POR DEFICIENTES FÍSICOS, DEFICIENTES VISUAIS (CEGOS), MAIORES DE 65 ANOS E GESTANTES, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER: Inadmissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela inadmissibilidade

19 – PL 1257/2012, de autoria do Dep. Agaciel Maia

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA FESTA DA MOAGEM E CARRO DE BOIS DE SANTA MARIA, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

RELATOR: Dep. Robério Negreiros
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

20 – PDL 13/2011, de autoria da Dep. Eliana Pedrosa

SUSTA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 114 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONTINUIDADE DAS ANÁLISES DOS PROCESSOS, NÃO ABRANGIDOS PELO DECRETO Nº 32.728, DE 27/01/2011, DO PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENHIMENTO PRODUTIVO DO DISTRITO FEDERAL - PRO-DF II.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Inadmissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela inadmissibilidade

21 – PDL 210/2013, de autoria da Dep. Líliane Roriz

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO SENHOR ANTONIO CARLOS DRUMMOND

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

22 – PDL 220/2013, de autoria do Dep. Dr. Michel

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

23 – PDL 211/2013, de autoria do Dep. Evandro Garla

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO SENHOR EGMAR TAVARES DA SILVA.

RELATORA: Dep. Eliana Pedrosa
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

EXTRAPAUTA

24 – PELO 57/2013

ALTERA A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL PARA ADAPTÁ-LA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER:
RESULTADO: Adiada a votação

25 – PL 1700/2013, de autoria do Poder Executivo

ALTERA A LEI Nº 5.004, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE AUTORIZA A CRIAÇÃO



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
 Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira
 Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – Impressão: Seção de Produção Gráfica
 Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.d.df.gov.br

DO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Eliana Pedrosa
PARECER: Admissibilidade na forma das emendas nº 1 e 2 – CCJ
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade na forma das emendas nº1 e 2 - CCJ

26 – PL 1720/2013, de autoria do Poder Executivo
 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Eliana Pedrosa
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

27 – PL 1736/2013, de autoria do Poder Executivo – emendas nº 9 e 10 – CCJ
 DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Chico Leite
PARECER: Admissibilidade das emendas nº 9 e 10 – CCJ
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade das emendas nº 9 e 10 – CCJ

28 – PL 1742/2013, de autoria do Poder Executivo
 ALTERA AS LEIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Chico Leite
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

29 – PELO 21/2011, de autoria da Dep. Eliana Pedrosa e outros – emendas nº 1, 2, 3, 4 e 5 – CEPELO

ALTERA A SEÇÃO I, CAPÍTULO IV, DO TÍTULO VI DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, MODIFICANDO A REDAÇÃO DO ART. 221, ACRESCENTANDO O ART. 221-A E O ART. 221-B, ALTERANDO OS ARTIGOS 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 243 E 244, TODOS DA LEI ORGÂNICA DO DF.

RELATOR: Dep. Chico Leite
PARECER: Admissibilidade das emendas nº 1, 2, 3, 4 e 5 - CEPELO
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade das emendas nº 1, 2, 3, 4 e 5 - CEPELO

30 – PL 248/2011 – apensos, de autoria do Dep. Chico Vigilante e outros
 DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, SUAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS E DEMAIS EMPRESAS EM QUE O DISTRITO FEDERAL, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade dos Projetos de Lei nº 248, de 2011, nº 777, de 2012, nº 832/12 e nº 1685/13, na forma da emenda nº 1 – CEOF (substitutivo)
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade dos Projetos de Lei nº 248/11, nº 777/12, nº 832/12 e nº 1685/13, na forma da emenda nº 1 – CEOF (substitutivo)

31 – PL 1320/2012, de autoria do Dep. Chico Leite

DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO INTEGRAL AOS ESTUDANTES QUE APRESENTEM NECESSIDADES ESPECIAIS NOS DIFERENTES NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade das emendas nº 1, 4 e 5 – CESC, retiradas pelo autor as emendas nº 2 e 3 – CESC
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade das emendas nº 1, 4 e 5 – CESC, retiradas pelo autor as emendas nº 2 e 3 – CESC

32 – PL 1391/2013, de autoria da Dep. Liliane Roriz
 OBRIGA OS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL A ACETAREM OUTRAS FORMAS DE PAGAMENTO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Rejeitado o parecer pela admissibilidade, designado Dep. Robério Negreiros para elaborar parecer do vencido

33 – PDL 151/2012, de autoria do Dep. Siqueira Campos e outros
 ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DE PAPEL RECICLADO PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Dep. Cláudio Abrantes
PARECER: Admissibilidade do PDL 151/12, prejudicado o PDL 153/12
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade do PDL 151/12, prejudicado o PDL 153/12

34 – PDL 222/2013, de autoria do Dep. Rôney Nemer e outros
 CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO SENHOR DEOCLÉCIO PAULO.

RELATOR: Dep. Aylton Gomes
PARECER: Admissibilidade
RESULTADO: Aprovado o parecer pela admissibilidade

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

Aos dez dias do mês de dezembro de 2013, às onze horas e vinte e quatro minutos, na Sala de Reunião das Comissões, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Chico Leite, abre a Trigesima Quarta Reunião Ordinária da Comissão. Presentes os Deputados Robério Negreiros, Aylton Gomes, Eliana Pedrosa e Cláudio Abrantes. É aprovada a ata da 33ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013, com a sua assinatura pelos presentes. O Deputado Chico Leite registra a presença do Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure. Em seguida, informa sobre o envio do Ofício 007/2013-CCJ à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e que ainda não houve resposta à solicitação. O Presidente faz a leitura do documento do Partido Popular Socialista – PPS-DF, assinado pela Presidente do Partido, Deputada Eliana Pedrosa, solicitando o sobrestamento do Projeto de Lei sobre a LUOS, documento já encaminhado aos gabinetes dos membros da Comissão. O Presidente propõe aguardar a presença dos demais titulares para deliberar sobre o requerimento e a proposta é aceita pela Deputada Eliana Pedrosa e pelo Deputado Robério Negreiros. O Presidente comunica o pedido de retirada de pauta, pelos autores, dos itens 28, 32 e 33: PROJETO DE LEI Nº 838, de 2008, de autoria do Deputado Patrício, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "regulamenta o uso de cores da Polícia Militar nos postos policiais comunitários"; PROJETO DE LEI Nº 308, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a execução de contratos no âmbito da administração do Governo do Distrito Federal e dá outras providências"; e PROJETO DE LEI Nº 561, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "institui a campanha permanente de esclarecimento e prevenção do contágio de hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salões de beleza e estabelecimentos congêneres". O Presidente coloca em discussão o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 61, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "desafeta área pública de uso comum do povo na Região Administrativa de Brasília – RA I e dá outras providências". A Deputada Eliana Pedrosa informa que oficiou ao IPHAN solicitando informações quanto às alterações propostas no que diz respeito aos reflexos na área tombada. A parlamentar informa que irá solicitar à líder do governo a retirada do regime de urgência da proposição. O projeto fica suspenso aguardando os esclarecimentos do IPHAN. O Deputado Chico Leite passa a discussão do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "desafeta áreas públicas de uso comum do povo no Setor de Transporte Rodoviário de Cargas – STRC, Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX e dá outras providências". A Deputada Eliana Pedrosa informa que ainda está analisando a matéria em razão das informações recebidas da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e pede para adiar a discussão para a próxima reunião. Acatado o pedido pelo Presidente. O Deputado Robério Negreiros assume a Presidência e coloca em discussão o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 80, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Chico Leite, que "altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por três votos. Houve duas ausências. Os Deputados Aylton Gomes e Cláudio Abrantes chegam à reunião. O Deputado Chico Leite assume a Presidência e coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 1532, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas ou de atividades sem fins lucrativos e dá outras providências". O Presidente passa a direção dos trabalhos para o Deputado Robério Negreiros para apresentar suas considerações sobre a matéria. Informa que há julgados do Tribunal contrários aos conteúdos dos artigos 12 a 15 e as emendas a que eles se referem. Sendo assim, registra que val se manifestar pela admissibilidade, no conjunto, mas que faz ressalva com relação a estes dispositivos, porque tratam de mera autorização, o que trará alguma ordem urbanística. O parecer, pela admissibilidade na forma das emendas acatadas: nº 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, e 10 na forma da subemenda nº 40; rejeitadas as emendas: nº 1, 7 e 9; e prejudicadas as emendas: nº 8, 16, 38 e 39, foi aprovado por cinco votos. O Presidente da Casa pede a palavra para lembrar que há o Interesse do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e do Administrador, com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 82, de 2013, para viabilizar a sua implantação e permitir à população melhores condições de terem os seus direitos respeitados. O Deputado Wasny de Roure faz um apelo para que a Comissão não deixe de apreciar a matéria a fim de que o Plenário também possa se manifestar sobre o projeto de lei, pela relevância que tem para toda a cidade e aquela região circunvizinha de Brasília. Passa-se à votação do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 82, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "desafeta áreas públicas de uso comum do povo, no Setor Administrativo da Região Administrativa de Brasília-RA IV, e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. A Deputada Eliana Pedrosa solicita a inclusão, como extrapauta, do Projeto de Lei nº 707, de 2003, relatoria do Presidente, e do Projeto de Lei Complementar nº 50, de 2012. O Deputado Robério Negreiros solicita a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.285, de 2012, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes. O Presidente acata os pedidos e passa à votação do PROJETO DE LEI Nº 1691, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "altera a Lei nº 5.001 de 20 de dezembro de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras federais, para financiar obras de infraestrutura referentes aos empreendimentos do

Paulo Eduardo Pinto de Almeida
 Secretário – CCJ
 Matrícula n.º 16755-10

Programa Minha Casa Minha Vida - CPAC/PMCMV, no âmbito do Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. O Deputado Aylton Gomes solicita a retirada de pauta, para discussão na reunião extraordinária, dos itens 12, 13, e informa que o item 10, foi pedido a retirada pelo Poder Executivo: PROJETO DE LEI Nº 1715, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC na Administração Direta e Indireta do Distrito Federal"; e PROJETO DE LEI Nº 1728, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre o plano de segurança do uso e da ocupação do Lago Paranoá e dá outras providências"; e PROJETO DE LEI Nº 1318, de 2012, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre criação da gratificação de movimentação temporária para servidores e empregados dos quadros efetivos do Distrito Federal". O Deputado Chico Leite acata os pedidos e coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 1688, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no distrito federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o exercício de 2014 e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade, retirada a emenda nº 1, pela autora, Deputada Eliana Pedrosa, foi aprovado por cinco votos. A Deputada Eliana Pedrosa solicita o adiamento da discussão dos itens 15 e 16 para a reunião extraordinária. O Deputado Cláudio Abrantes concorda com o encaminhamento e, assim, o Presidente acata o pedido passando os dois itens para a discussão na próxima reunião: PROJETO DE LEI Nº 1709, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "altera a lei nº 4.276, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFE e para a cessão dos respectivos créditos e dá outras providências"; e PROJETO DE LEI Nº 1730, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "altera a lei nº 4.490, de 14 de julho de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, voltada à viabilização de despesas de capital constantes dos orçamentos anuais, mediante prestação de garantia pela união, e dá outras providências". O Deputado Wasny de Roura pede prioridade na apreciação do Projeto de Lei nº 1572, de 2013 e do Projeto de Lei nº 1701, de 2013, ressaltando a importância das proposições. O Deputado Robério Negreiros informa que já tem os pareceres prontos para votar. A Deputada Eliana Pedrosa solicita o adiamento da votação dos itens 18, 19 e 21, para a reunião extraordinária da Comissão: PROJETO DE LEI Nº 1531, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre o licenciamento para a realização de eventos e dá outras providências"; PROJETO DE LEI Nº 1573, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "altera o artigo 5º da Lei 4.997, de 19 de dezembro de 2012, que suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção de tributos, na forma que especifica e dá outras providências"; e PROJETO DE LEI Nº 1701, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre o zoneamento ambiental e plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu". O Presidente, em razão do acatamento pelo relator do adiamento da votação, acata os pedidos e passa à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1315, de 2012, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a atividade privativa dos profissionais taxistas no Distrito Federal e dá outras providências". O relator, Deputado Robério Negreiros, informa que o projeto foi retirado da pauta da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e solicita a retirada da pauta para, junto com o Deputado Rôney Nemer, Presidente da CEOF, analisar e verificar alguma eventual alteração, deixando a votação para a próxima reunião. O Presidente acata o pedido e passa para a votação do PROJETO DE LEI Nº 1692, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "reabre o prazo previsto na Lei nº 4.149, de 2 de junho de 2008, que dispõe sobre quitação e descontos sobre o saldo devedor que fazem parte da carteira de crédito imobiliário do Distrito Federal". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. O Deputado Chico Leite coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 1719, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências". O relator solicita a retirada de pauta da proposição. O Deputado Chico Leite acata o pedido e passa à votação do PROJETO DE LEI Nº 1732, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui o serviço de mototáxi no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". O Deputado Robério Negreiros apresenta o parecer e é aberta a discussão. A votação do projeto é adlada para a reunião extraordinária. O Deputado Robério Negreiros assume a Presidência e passa à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1710, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a extinção do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB/DF e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. Passa-se à votação do PROJETO DE LEI Nº 1736, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre o serviço de limpeza urbana do Distrito Federal e dá outras providências". O parecer, pela admissibilidade na forma das emendas nºs 1, 2, 3, 4, e 5 - CAS e das emendas nºs 7 e 8 - CCJ, com a retirada da emenda nº 6 pela autora, foi aprovado por cinco votos. A Deputada Eliana Pedrosa pede questão de ordem para incluir na pauta o Projeto de Lei nº 1.104, de 2012, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista e de sua relatoria. O Presidente acata a questão de ordem. O Deputado Chico Leite reassume a Presidência e passa à discussão do PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, de 2013, de autoria do Poder Executivo, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes, que homologa os convênios ICMS 20, de 30 de

prédios residenciais destinando-a a estacionamento de motocicletas e bicicletas, e dá outras providências". Informa que irá rever o projeto e trará à discussão na próxima reunião. O Presidente acata o pedido e coloca em votação o PROJETO DE LEI Nº 102, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, relatoria do

Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre o sistema de embalagem, coleta, estocagem, descarte, reciclagem e destruição do lixo de alto risco gerado no Distrito Federal, e dá outras providências". O Deputado Chico Leite retorna à reunião. O parecer pela inadmissibilidade foi aprovado por cinco votos. Passa-se à votação do PROJETO DE LEI Nº 877, de 2012, de autoria dos Deputados Joe Valle e Chico Leite, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "altera a Lei nº 4.770 de 22 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. O Deputado Chico Leite reassume a Presidência e coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 940/2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "institui a política de mobilização para doação de medula óssea no Distrito Federal". O parecer, pela admissibilidade na forma das emendas nº 1, 2, 3 e 4 - CCJ, foi aprovado por cinco votos. Passa-se à votação do PROJETO DE LEI Nº 1069, de 2012, de autoria do Deputado Agacieli Maia e outros, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 4.652, de 18 de outubro de 2011, que cria, no âmbito do Distrito Federal, o programa de valorização profissional junto aos apenados em regime semi-aberto e aos egressos do sistema penitenciário, conforme específica". A Deputada Eliana Pedrosa solicita que o projeto seja discutido na reunião extraordinária da Comissão. O Presidente acata o pedido e, em discussão, passa à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1100, de 2012, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Encontro de Carro de Boli, da cidade de Planaltina-DF". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. Coloca-se em discussão o PROJETO DE LEI Nº 1163, de 2012, de autoria da Deputada Ceilina Leão, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Jovem Adventista". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. O Presidente passa à votação do PROJETO DE LEI Nº 1171, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre o tempo de atendimento ao usuário, nos caixas dos estabelecimentos comerciais denominados de hipermercados, supermercados ou congêneres no âmbito do distrito federal e dá outras providências". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 2 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. O Deputado Chico Leite coloca em debate o PROJETO DE LEI Nº 1250, de 2012, de autoria do Deputado Washington Mesquita, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de aviso em quiosques e estabelecimentos congêneres que comercializam sorvetes que contêm

gordura hidrogenada (gordura trans) quanto aos malefícios dessa substância à saúde e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. Passa-se à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1256, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Charles, relatoria do Deputado Aylton Gomes, no qual "fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana de Conscientização sobre o Mal de Alzheimer". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. Em seguida, vota-se o PROJETO DE LEI Nº 1398, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "inclui no Calendário Oficial do Distrito Federal a Festa de São José, em Planaltina no dia 19 de março". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. O Presidente coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 1420, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "altera a Lei nº 4.307, de 4 de fevereiro de 2009, que proíbe o fumo em recintos coletivos fechados ou privados no Distrito Federal e dá outras providências". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CESC (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. O Deputado Chico Leite passa à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1579, de 2013, de autoria do Deputado Washington Mesquita, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "altera a Lei 5.120 que institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana de Comemoração a Pentecostes". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (supressiva), foi aprovado por cinco votos. Passa-se à votação do PROJETO DE LEI Nº 1582, de 2013, de autoria do Deputado Patrício, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "institui a Festa de Pentecostes de Sobradinho e Sobradinho II e a inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. Em seguida é discutido o PROJETO DE LEI Nº 1269, de 2012, de autoria do Deputado Washington Mesquita, relatoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "altera o artigo 1º da Lei Distrital nº 4.843, de 28 de maio de 2012, que dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por cinco votos. O Presidente coloca em discussão o PROJETO DE LEI Nº 313, de 2011 - emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, de autoria do Deputado Chico Vigilante, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "dispõe sobre a obrigação de disponibilizar ambientes para uso privativo dos empregados terceirizados que trabalham nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências". A proposição teve sua discussão adiada para a próxima reunião da Comissão. O Deputado Chico Leite passa à votação do PROJETO DE LEI Nº 914, de 2012, de autoria da Deputada Luzia de Paula, relatoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a isenção de taxas pela emissão de segunda via de documentos às vítimas de catástrofe natural no âmbito do Distrito Federal". O parecer, pela admissibilidade na forma da emenda nº 1 - CEOF (supressiva), foi aprovado por cinco votos. A Deputada Eliana Pedrosa pede a palavra para fazer uma retificação com relação ao parecer do

Projeto de Lei nº 1.674, de 2013, que "cria o Programa de Inclusão Sócio-Produtiva Rural - Produzir, e dá outras providências, de sua relatoria. Informa que quando mencionou o inciso V, era, na realidade, inciso VIII, do art. 5º. Feita a retificação através de uma nova emenda. O Presidente informa que se trata de mera retificação de natureza material e, por isso, não precisa refazer o debate de mérito. O Presidente indaga aos Parlamentares se há óbice quanto à retificação da Deputada

Eliana Pedrosa e como não há manifestação contrária, declara feita a retificação. A Deputada Eliana Pedrosa assume a Presidência e passa à discussão do PROJETO DE LEI Nº 1228, de 2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros, relatoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do teste da linguinha em todos os hospitais e maternidades, nas crianças nascidas em suas dependências no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por cinco votos. O Presidente comunica que serão discutidos apenas os itens extrapauta, em razão do adiantado da hora, e que os demais serão discutidos na reunião extraordinária marcada para quinta-feira, dia 12, às 11 horas. O Deputado Robério Negreiros retira-se da reunião. O Deputado Chico Leite coloca em discussão, como extrapauta, o PROJETO DE LEI Nº 1104, de 2012, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, relatoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre a utilização obrigatória de papel reciclado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal". O parecer, pela admissibilidade na forma do substitutivo com as emendas nº 2 e 3 - CCJ, foi aprovado por quatro votos. Houve uma ausência. O Deputado Cláudio Abrantes assume a Presidência e passa à votação do PROJETO DE LEI Nº 707, de 2012, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, relatoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no âmbito do Distrito Federal para os veículos que específica, e dá outras providências". O parecer, pela admissibilidade da proposição e da emenda nº 1 - CEOF, na forma da emenda nº 2 - CCJ (substitutivo), foi aprovado por quatro votos. Houve uma ausência. Em seguida, coloca-se em discussão o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, de 2012, de autoria da Deputada Lilliane Roriz, relatoria do Deputado Chico Leite, que "altera a Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal". O parecer pela admissibilidade foi aprovado por quatro votos. Houve uma ausência. Os demais itens passam para a pauta da reunião extraordinária: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "susta os efeitos da portaria nº 114 de 11 de fevereiro de 2011, que estabelece critérios para a continuidade das análises dos processos, não abrangidos pelo Decreto nº 32.728, de 27/01/2011, do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PRO-DF II"; PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, de 2013, de autoria da Deputada Lilliane Roriz, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Antonio Carlos Drummond"; PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, de 2013, de autoria do Deputado Doutor Michel, relatoria do Deputado Aylton Gomes, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro Arnaldo Esteves Lima"; e PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, de 2013, de autoria do Deputado Evandro Garia, relatoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Egmar Tavares Da Silva". O Deputado Chico Leite encerra a reunião às treze horas e cinquenta minutos. Eu, Paulo Eduardo Pinto de Almeida, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pelo Presidente, Deputado Chico Leite, e pelos demais deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

DEPUTADO CHICO LEITE
Presidente - CCJ

2949/2013	Eliana Pedrosa	Requer, ao Diretor-Geral do DETRAN, cópias dos contratos de vigilância armada, mantidos por aquele Departamento, nos anos de 2008 e 2009.
2948/2013	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Cultura, cópia do processo nº 054.001.200/2012, referente à contratação de empresa, para prestação de serviço médico, sem cobertura contratual, nos exercícios de 2011 e 2012.
2950/2013	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Educação, cópias dos contratos de vigilância armada, mantidos por aquela Secretaria, nos anos de 2008 e 2009.
2917/2013	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Saúde, cópia de dados estatísticos referentes a cirurgias realizadas, nos hospitais públicos do Distrito Federal, decorrentes de diagnósticos de câncer de mama, no período de janeiro de 2012 até a presente data.
2932/2013	Patrício	Requer informações, ao Comandante Geral da PMDF, sobre a contabilidade do Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 2011 até a presente data.
2914/2013	Patrício	Requer, ao Comandante Geral da PMDF, cópia de todos os processos administrativos que se referem ao 2º Sargento Sizio Bernardes Zica, matrícula 14243/3.
2913/2013	Patrício	Requer informações, à Secretaria de Saúde, sobre os motivos que levaram o HBDF a ter sido multado duas vezes devido ao manejo irregular de lixo hospitalar.
2923/2013	Robério Negreiros	Requer, ao Administrador Regional de Ceilândia, cópias dos processos nºs 138.000.203/2013, 138.000.222/2013 e 138.000.946/2011, referentes a contratação de empresas para realização de obras naquela Região Administrativa.

3002/2013	Robério Negreiros	Requer, ao Administrador Regional de Ceilândia, cópias dos processos nºs 138.000.217/2013 e 138.000.395/2013, referentes à contratação de empresas para realização de obras naquela Região Administrativa.
3006/2013	Liliane Roriz	Requer, à Secretaria de Educação, cópia do processo nº 111.003.695/2013, referente à permuta de imóveis, exarada no Projeto de Lei nº 1753/2013, de autoria do Poder Executivo.
3005/2013	Celina Leão	Requer, à Secretaria de Saúde, cópia de dados estatísticos referentes a atendimentos a portadores de HIV/AIDS.
3001/2013	Comissão de Des. Econômico, Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo	Requer, à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cópias dos processos nºs 370.000.943/2010, 040.001.952/2000 e 370.000.393/2007.
3004/2013	Comissão de Des. Econômico, Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo	Requer, à Secretaria de Governo, cópias dos resultados das consultas e audiências públicas, bem como dos estudos técnicos que embasaram o Projeto de Lei nº 1.701/2013 que "Dispõe sobre o zoneamento ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu", bem como do Projeto de Lei nº 1.728/2013 que "Dispõe sobre o plano de segurança do uso e da ocupação do Lago Paranoá e dá outras providências".

Jean Goes Martins Filho
Secretário-Geral/Presidência

Arlécio Alexandre Gazal
Secretário Executivo/Vice-Presidência

Jane Mary Marrocos Malaquias
Secretária Executiva/1ª Secretária

Renan Bessonni Paz
Secretário Executivo/2ª Secretária

Alexandre Braga Cerqueira
Secretário Executivo/3ª Secretária

Pâm de Moraes Machado
Secretário Executivo/Tercera Secretária
Substituto - Matr. 15.315

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

De ordem do Senhor Presidente, Deputado Wasny de Roure, nos termos do art. 78, Inciso VI do Regimento Interno da CLDF, informo que a proposição a seguir relacionada foi distribuída ao membro da Mesa Diretora para exame e parecer:

Dep. Israel Batista
PR 65/2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Jean Goes Martins Filho
Secretário-Geral

Mesa Diretora
Gabinete da Mesa Diretora

PORTARIA-GMD Nº 314, DE 17 DEZEMBRO DE 2013

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelos Atos da Mesa Diretora nº 55/2000 e nº 42/2003, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os seguintes Requerimentos:

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto
2930/2013	Eliana Pedrosa	Requer informações, ao Comandante Geral da PMDF, sobre a emissão de nota de empenho, destinada ao pagamento de despesas realizadas com empresas prestadoras de serviços de assistência médica.
2931/2013	Eliana Pedrosa	Requer informações, ao Comandante Geral da PMDF, sobre a receita do Fundo de Saúde daquela corporação.

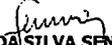
Diretoria de Recursos Humanos

PORTARIA-DRH Nº 184, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretora de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III do art. 1º da Portaria nº 32/2005 do Gabinete da Mesa Diretora, tendo em vista o que dispõe o art. 114 da Lei Complementar nº 840, de 2011, bem como o art. 45 da Lei Complementar nº 769, de 2008, além das Decisões nºs 6.311/2012 e 2.623/2010 do TPDF, e o que consta do Processo nº 001-000936/2013,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 8 de junho de 2013, ao servidor TÁCIO FERREIRA DE MORAIS, matrícula nº 13.514-47, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, categoria Agente Polícia Legislativa, abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, suspendendo-se o benefício em caso de aposentadoria.


EDILAIR DA SILVA SENA
 Diretora de Recursos Humanos

Contratos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a competência que lhe foi delegada pelo Ato do Presidente nº 06/2013 e considerando o disposto na cláusula 14.2.2, letra "c", do Edital do Pregão Presencial nº 07/2013, conjuntamente com o 14.2.1, RESOLVE aplicar à empresa **MACROSUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.**, CNPJ 95.433.397/0001-11, pelo atraso de entrega dos materiais descritos nas Notas de Empenhos 2013NE000573 e 2013NE000575 - Notas Fiscais nºs 42764 e 42765518 - Processo nº 001.000.924/2012, a penalidade de **MULTA** pecuniária no valor de R\$ 146,25 (cento e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos). Joan Góes Martins Filho - Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Fiscal

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA CLDF-FASCAL NOTAS EXPLICATIVAS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2013 NOVEMBRO			
1 SALDO INICIAL			
1.1	Saldo em c/c e aplicações	8.872.511,65	
1.2	Restos a Pagar	(3.931.421,40)	
1.3	IRRF a Recolher RP	(744,28)	
1.4	ISS a Recolher RP	(620,08)	
1.5	Devolução ao GDF 2011 e 2012	(0,40)	
1.6	Superávit Financeiro (2005 a 2011)		4.939.725,53
1.7	(*) Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados em 2013		1.527.335,51
1.8	Subtotal 1 (Superávit Financeiro 2005 a 2011) ajustado		6.467.061,04
2 RECEITAS			
1	Receitas de Repasse do Tesouro	10.197.000,00	
2	Receitas de Participação Ativos	6.141.852,19	
3	Receitas de Participação Inativos	804.582,07	
4	Receitas de Participação Pensionistas	71.179,77	
5	Receitas de Consignação Ativos	1.991.869,91	
6	Receitas de Consignação Inativos	208.773,51	
7	Receitas de Consignação Pensionistas	21.325,91	
8	Receitas de Optantes	537.557,42	
9	Receitas de Aplicações Financeiras	592.795,30	
10	Outras Receitas		
	Subtotal 2		20.566.936,08
3 DESPESAS (Excluído Restos a Pagar de 2010)			
		Fonte 100	Fonte 120
3.1	Líquido Fornecedores	9.945.706,97	7.007.099,24
3.2	IRRF Recolhido	96.539,40	88.688,41
3.3	ISS Recolhido	153.305,39	118.228,09
3.4	Reembolso (procedimentos e medicamentos)	-	850.146,36
3.5	Impostos a Recolher 2013 02	-	-
3.6	Outros pagamentos 2013 02	-	-
	Subtotal 3		18.259.713,86
4 PASSIVO (acumulado nesta data)			
4.1	Inscrições em Restos a Pagar - Fonte 171	-	-
4.2	Inscrições em Restos a Pagar - Fonte 371	-	-
	Subtotal 4		-
5 VALORES A DEVOLVER - GDF			
			-
6 SUPERÁVIT LÍQUIDO - SIGGO/GDF (1 + 2 - 3 - 4 - 5)			
			8.774.283,26
Cotas Financeiras não liquidadas			
			748.697,70
8 SUPERÁVIT LÍQUIDO (incluindo saldo controle interno) (6 - 7)			
			8.025.585,56

DO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO BALANÇO PATRIMONIAL

A presente Demonstração do Resultado do Exercício apresenta nesta data o **SUPERÁVIT**, (item 8), de R\$ 8.025.585,56 (oito milhões, vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) nesta data.

REALIZAÇÃO DA RECEITA

REALIZAÇÃO DA RECEITA

• Receita Realizada

A receita realizada resultou em R\$ 20.566.936,08 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e oito centavos), a saber:

- Fonte 100 - R\$ 10.197.000,00 (dez milhões, cento e noventa e sete mil reais), referente a recursos repassados pelo GDF;
- Fonte 171 - R\$ 10.369.936,08 (dez milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e seis reais e oito centavos).

Nota: A receita arrecadada na fonte 171, nesta data, é superior em R\$ 387.911,08 (quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e onze reais e oito centavos) à prevista pela Lei Orçamentária Anual.

REALIZAÇÃO DA DESPESA

Despesa Realizada

A Despesa Realizada resultou em R\$ 18.259.713,86 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e treze reais e oitenta e seis centavos).

- Fonte 100 - R\$ 10.195.551,76 (dez milhões, cento e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).
- Fonte 171 - R\$ 8.064.162,10 (oito milhões, sessenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e dez centavos).

DOS RESTOS A PAGAR e IMPOSTOS A RECOLHER -2012/2013

- Saldo de Restos a Pagar Processados em 01.01.2013 correspondia a R\$ 57.472,32 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos) e foi totalmente pago no mês de janeiro de 2013.
- Saldo de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre RPP em 01.01.2013 correspondia a R\$ 744,26 (setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos) e foi recolhido em fevereiro;
- Saldo de Imposto Sobre Serviços sobre RPP em 01.01.2013 correspondia a R\$ 620,06 (seiscentos e vinte reais e seis centavos) e foi recolhido em fevereiro;
- Saldo de Restos a Pagar Não Processados em 01.01.2013 correspondia a R\$ 3.873.949,08 (três milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e oito centavos em 30.04.2013 e foi modificado a saber:
 - RPNP pago (valor líquido) a hospitais, clínicas até abril 2013 - R\$ 2.258.595,37
 - RPNP pago (valor líquido) reembolso a associados até abril 2013 - R\$ 35.000,00
 - IRF retido e recolhido s/RPNP até abril 2013 - R\$ 19.204,79
 - ISS retido e recolhido s/RPNP até abril 2013 - R\$ 33.813,41
- Saldo de RPNP em 30.06.2013 - R\$ 1.527.335,51 (um milhão, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos) foi cancelado e revertido ao resultado do exercício em julho de 2013.

ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS

As Ordens Bancárias emitidas, no exercício, importaram em R\$ R\$ 20.665.164,07 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e sete centavos), relativos ao pagamento de despesas realizadas em 2013 e restos a pagar/impostos de 2012.

COTAS FINANCEIRAS NÃO LIQUIDADAS

As disponibilidades financeiras do Orçamento 2013 do Fiscal não liquidadas até o momento totalizam R\$ 748.697,70 (setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta centavos).

RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS

As disponibilidades financeiras do Fiscal importam em R\$ 8.774.283,66 (oito milhões, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), em 30 de novembro de 2013.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2013.


 Francisco B. de Araújo Filho
 Técnico Legislativo - Técnico em Contabilidade

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2013.

De acordo,


 Mário Noletto Oliveira do Carmo
 Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade


 Gregório Matias Dantas de Araújo
 Gerente Coordenador do Fiscal
 Matrícula nº 18.835

Relatórios



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Secretária
Relatório Anual 2013.

TERCEIRA SECRETARIA RELATÓRIO ANUAL - 2013



2

TERCEIRO SECRETÁRIO
Deputado Ayltôn Gomes

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Alexandre Braga Cerqueira

DIRETOR LEGISLATIVO
Diógenes Luiz da Silva Júnior

CHEFE DA ASSESSORIA LEGISLATIVA
Christiane Moreira Dias

COORDENADORA DA COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA
Sônia Regina Pereira

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Paulo Eduardo Pinto de Almeida

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Getúlio José Rodrigues Pernambuco

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Erasto Fortes Mendonça

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
Fábio Cardoso Fuzeira

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Osni Bueno de Freitas

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
Alex Leal Macedo

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA
Emília Maria Cavalcante Guerra (Substituta)

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA
Egerineu Marques Brandão Júnior

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Fernanda Stuart

3

**SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
João Carlos Martins Neto

SUMÁRIO

1. Introdução	04
1.1 Estrutura do Gabinete	04
2. Atividades Administrativas	04
2.1 Grupos de Trabalho	06
3. Processos Legislativos e Administrativos	06
3.1 Requerimentos e processos apreciados	07
3.2 Verbas Indenizatórias	07
3.3 Treinamento e Capacitação	07
3.3 Atividades culturais	08
4. Conclusão	08
5. Anexo I - Relatório Anual de Atividades da Diretoria Legislativa e das Comissões Permanentes	09
6. Anexo II - Relatório Anual de Atividades da Assessoria Legislativa	10

GABINETE DA TERCEIRA SECRETARIA

1. Introdução

O Ato da Mesa Diretora nº 10/2003, inciso V, atribui ao Terceiro Secretário coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à Diretoria Legislativa, Assessoria Legislativa, Comissão dos Anais e Memória, e às Secretarias das Comissões, órgãos de apoio direto à ação Parlamentar.

Em cumprimento ao citado dispositivo e no exercício de suas atribuições, a equipe do Gabinete da Terceira Secretaria trabalha com discrição no trato da matéria legislativa e com igualdade de tratamento entre as diversas solicitações recebidas, dando a todas elas, qualquer que seja sua origem, igual atenção, e perseguindo sempre os objetivos de profissionalismo, ética e neutralidade.

1.1 Estrutura do Gabinete

O Gabinete da Terceira Secretaria, para desenvolver suas atribuições institucionais, contou, no ano de 2013, com uma equipe de 12 (doze) servidores, considerando efetivos, requisitados e de livre provimento, a saber:

- 01 Secretário Executivo do GMD, indicado pelo Terceiro Secretário;
- 01 Chefe de Gabinete;
- 03 Assessores de Membro da Mesa;
- 01 Secretário de Membro da Mesa;
- 01 Técnico de Contabilidade;
- 02 Assistentes Legislativos;
- 03 Auxiliares de Administração.

2. Atividades Administrativas e Legislativas

A atuação do Terceiro Secretário este ano, pautou-se em viabilizar o aumento da transparência, acessibilidade e organização da legislação do Distrito Federal, conforme o estabelecido pela Resolução 34/1991, pelos Atos da Mesa Diretora nºs 56, 57 e 58/2000, e pelos Atos da Mesa Diretora nºs 10 e 42/2000.

A equipe do Gabinete da Terceira Secretaria prestou assessoramento ao Terceiro Secretário nas reuniões da Mesa Diretora, assim como ao Secretário Executivo do Gabinete da Mesa Diretora/Terceira Secretaria, organizando suas agendas de audiências, analisando e despachando

os expedientes e processos dirigidos à unidade, bem como supervisionando, na pessoa do 6
Secretário Executivo/3ª Secretaria, as atividades dos órgãos de apoio direto à ação Parlamentar, ligados à Diretoria Legislativa e à Assessoria Legislativa.

A Terceira Secretaria foi instada a se fazer representar em diversas instâncias e colegiados de gestão e planejamento da CLDF ou a ela solicitados, a saber:

- Conselho de Administração do FASCAL;
- Conselho Escolar da ELEGIS/DF;
- Grupo de Trabalho para apresentar proposta de localização de espaços culturais na CLDF;
- Agentes de Planejamento junta à CPEO;
- Comitê de Planejamento Estratégico Institucional - COPEI;
- Comissão de Estudo de Viabilidade de Realização de Concurso Público na Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF;

3 - Processos Legislativos e Administrativos

Compete ao Gabinete da Terceira Secretaria, entre outras responsabilidades, as seguintes atividades: a análise e a confecção de portarias do Gabinete da Mesa Diretora, referentes a Requerimentos de Sessão Solene, de Tramitação Conjunta, de Retomada de Tramitação, de Arquivamento e Desarquivamento de Proposições; a análise de projetos de Resolução para os quais o Terceiro Secretário seja designado relator pela Mesa Diretora; a análise de solicitações de utilização do sistema de áudio; fiscalização e controle dos documentos comprobatórios de utilização da verba indenizatória dos deputados alocados no Núcleo de Fiscalização da 3ª Secretaria; e a recepção e o controle das listas de presença, com vistas a apreciação da Mesa Diretora.

3.1 - Requerimentos e proposições apreciadas

No decorrer do ano, foram editadas cerca de 90 portarias, com deliberações sobre a realização de sessões solenes; pedidos de tramitação conjunta de proposições e pedidos de arquivamento de proposições, nos termos do art. 137 do RICLDF.

3.2 - Verbas Indenizatórias

O Ato da Mesa Diretora nº 45/2003 criou o Núcleo de Fiscalização e Controle da Verba Indenizatória do exercício parlamentar, ao qual compete promover as verificações, conferências, glosas e demais providências pertinentes ao regular processamento da documentação apresentada.

Por meio do Ato da Mesa Diretora nº 31/2012 foi regulamentada a aplicação da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar, alterado pelo Ato da Mesa Diretora nº 49/2012.

Sob a supervisão do Secretário Executivo, o Gabinete da Terceira Secretaria analisou os documentos comprobatórios de utilização da Verba Indenizatória dos Deputados: Aylton Gomes, Benedito Domingos e Cristiano Araújo.

Além dos pareceres, foram apresentados os demonstrativos mensais da utilização da Verba Indenizatória, com o apoio da Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária - CPEO, objetivando a competente publicação dessas informações na Internet.

3.3 - Treinamento e Capacitação

Com a edição do Ato da Mesa Diretora nº 98/2008 e da Portaria do Gabinete da Mesa Diretora nº 77/2008, foi delegada ao Secretário Executivo da Terceira Secretaria a competência para autorizar a participação de servidores em eventos de treinamento externo, para os quais não haja despesa para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No decorrer do ano, o Secretário Executivo da Terceira Secretaria, juntamente com vários servidores lotados nas unidades supervisionadas pela mesma, foram autorizados a participarem dos seguintes cursos e eventos de treinamento e capacitação:

- XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
- XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
- Curso Organização da Imagem Fotográfica: Análise, Tematização e Indexação de Fotografias
- XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
- Seminário Interamericano de Gestão do Capital Humano
- Curso Circulação Sistema ALEPH
- Curso Taxonomias: do planejamento à implantação
- Curso Desenvolvimento de Repositórios Digitais utilizando o DSPACE
- Curso Classificação Decimal Universal - CDU

8

- Workshop Gestão da Documentação Eletrônica
- Treinamento de Mesa Digital de Áudio Yamaha

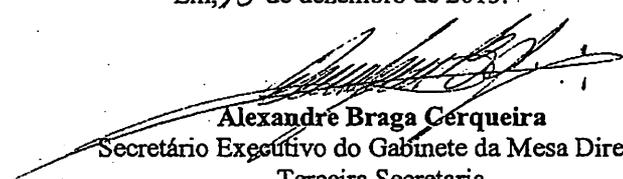
4. Conclusão

A meta inicial do Gabinete da Terceira Secretaria neste ano de 2013 foi alcançada: a manutenção das atividades sob sua responsabilidade, com o aumento da transparência dos processos legislativo e administrativo, alicerçada nos resultados obtidos pelo excelente desempenho dos servidores de todas as suas unidades supervisionadas.

Em atenção ao disposto no artigo 39, § 2º, inciso VI¹, segue em anexo, os relatórios de atividades elaborados pelas unidades organizacionais supervisionadas administrativamente pelo Terceiro Secretário, e consolidados por orientação do Gabinete da Terceira Secretaria pela Diretoria Legislativa, conforme os anexos: Anexo I - Diretoria Legislativa e Comissões Permanentes e, anexo II - Assessoria Legislativa.

Por fim, no que concerne à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, o Relatório Anual de Atividades da citada comissão compõem o Anexo III, anexado a este relatório anual.

Em, 13 de dezembro de 2013.


Alexandre Braga Cerqueira
Secretário Executivo do Gabinete da Mesa Diretora
Terceira Secretaria

¹ Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno. § 2º Na direção dos serviços administrativos, incumbe especialmente à Mesa Diretora:
VI – apresentar à Câmara Legislativa, na sessão de encerramento do ano legislativo, relatório dos trabalhos administrativos e legislativos realizados, precedido de resumo sobre o seu desempenho.

9

ANEXO I

DIRETORIA LEGISLATIVA E COMISSÕES PERMANENTES

Brasília, Dezembro de 2013



Número CLDF DOC 0162232013

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA TERCEIRA SECRETARIA**MEMORANDO nº 67/2013-GTS**

Brasília, 21 de novembro de 2013

À Diretoria Legislativa - DIL

Assunto: **Solicita elaboração de Relatório Anual de Atividades.***memo
Cecilon
novo 04
de 26/11.*

Senhor Diretor,

O Ato da Mesa Diretora nº 10/2003, inciso V, atribui ao Terceiro Secretário coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à Diretoria Legislativa, Assessoria Legislativa, Comissão dos Anais e Memória, e às Secretarias das Comissões, órgãos de apoio direto à ação Parlamentar.

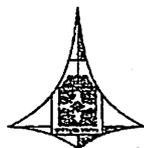
Em cumprimento a esse dispositivo, solicito a Vossa Senhoria que consulte as unidades sob supervisão dessa Diretoria Legislativa e elabore seu relatório de atividades administrativas e legislativas realizadas no corrente ano, acompanhado de análise sucinta sobre o seu desempenho. O relatório da unidade deve ser encaminhado, em meio digital (formato de mídia: CDR), em anexo, ao Gabinete da Terceira Secretaria, até o dia **09 de dezembro de 2013**.

A presente solicitação visa atender o disposto no art. 39, § 2º, inciso VI do Regimento Interno desta Casa. Os dados apresentados serão consolidados para gerar o Relatório Anual das Atividades Legislativas da Terceira Secretaria, referente ao ano de 2013.

Aguardamos as informações solicitadas e nos disponibilizamos para receber quaisquer sugestões ou dúvidas de elaboração.

Atenciosamente,

ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA
Secretário Executivo do Gabinete da Mesa Diretora
Terceira Secretaria



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



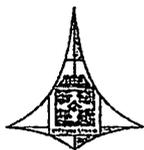
Nos termos do art. 1º, inciso IV, alínea 1, da Resolução nº 34 de 1991, a Diretoria Legislativa – DIL, é órgão de apoio direto à ação parlamentar e nos moldes do art. 23 de mesmo diploma, à Diretoria Legislativa é atribuído prestar apoio técnico em estudos e proposições formuladas pelos Deputados, Lideranças Partidárias e de Blocos Parlamentares, Comissões e Colégio de Líderes, bem como coordenar e supervisionar o processo de administração de informações legislativas, fornecendo apoio técnico e operacional para o funcionamento do Plenário e das Comissões, inclusive no processo de fiscalização das ações governamentais.

Nessa linha de intelecção, o Terceiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o responsável pela qualidade técnica administrativa da área fim desta Casa legiferante. Sendo assim, esforços têm sido envidados tanto pela terceira secretaria quanto por esta Diretoria no sentido de propiciar excelência na gestão das informações legislativas, tarefa que não tem sido fácil.

Dentre as dificuldades experimentadas merece relevo a operacionalidade das tarefas afetas ao processo legislativo vez que o corpo técnico à disposição desta Diretoria é por demais exíguo, realidade que prejudicou sobremaneira os projetos a serem desenvolvidos. A título contributivo, sugerimos a realização de estudo junto às diversas unidades que compõem esta CLDF a fim de que seja identificada alguma possibilidade de remanejamento de servidores para áreas mais carentes, medida que certamente contribuirá sensivelmente para o aperfeiçoamento dos trabalhos. Aliás, a preocupação ora externada é compartilhada pelos setores e divisões vinculadas a esta Diretoria.

Pois bem. Este ano que ora se encerra corresponde a 3ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura e até o término dos trabalhos legislativos, provavelmente dia 12/12/2013, há a previsão de realização de 114 sessões ordinárias.

A Diretoria legislativa, ainda, é responsável diretamente pelo controle de frequência, licenças e pedidos de justificativa de ausências em plenário dos parlamentares.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Também assim, e de sua alçada a elaboração de estatística dos trabalhos legislativos realizados por esta Casa. Para tanto, a DIL coordena e supervisiona as atividades desempenhadas pelas seguintes unidades:

- a) **Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário - DTAP**, a qual vinculam-se os setores de Taquigrafia - Setaq, de Apoio ao Plenário - Saple e Setor de Tramitação Ata e Súmula - Setas;
- b) **Divisão de Apoio às Comissões - DAC**, a qual vinculam-se os Setores de Apoio às Comissões Permanentes - Sacp e de Apoio às Comissões Temporárias - Sact;
- c) **Divisão de Informação e Documentação legislativa - DIDL**, a qual vinculam-se os Setores de Biblioteca - SeBib, Gestão de Documentos e Arquivo - Sgda e Protocolo Legislativo - SPL,
- d) **Comissão dos Anais e Memória - Cam.**

Importante ressaltar que além de atuar no sentido de manter todo o processo legislativo em pleno e satisfatório funcionamento, coube à Terceira Secretaria, juntamente com esta Diretoria, envidar esforços para a recomposição de quadro técnico apto e suficiente a não emprestar solução de continuidade em qualquer atividade. Além disso, após a implantação do sistema eletrônico de emendas às proposições, já está em andamento a criação de grupo de trabalho voltado à implantação do manual de procedimentos das Comissões permanentes, bem como fora lançado como meta desta Diretoria para a próxima sessão legislativa a aquisição por esta Casa do painel eletrônico de votação.

Quanto às atividades inerentes a cada unidade vinculada a esta Diretoria, importa consignar que no período **compreendido entre 01/01/2013 e 27/11/2013**, foram autuadas, **6.282 proposições**, com uma média de autuação semanal de 175 proposições.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Comparando com o ano de 2012 (Período: 01/01/2012 a 16/11/2012), houve um aumento de 12% das proposições em tramitação. Em relação às proposições autuadas, tivemos um decréscimo de aproximadamente 3,5%, percentual dentro da média variável em relação ao período propriamente dito de atividades parlamentares.

Quanto ao arquivamento de proposições, conforme quadro abaixo, fora finalizado o envio de proposições de Legislaturas passadas que ainda se encontravam na responsabilidade do SPL.

Destarte, finalizou-se o envio dos processos ao Setor de Gestão de Documentos e Arquivos –S GDA para sua guarda permanente.

QUADRO DEMONSTRATIVO/ATIVIDADE LEGISLATIVA: (Período: 01/01/2013 a 27/11/2013).

	Tra m.	Red.Fi n.	San c.	Pro m.	Vet. v.	Apr v.	Inde f.	Pre j.	Rej .	Ret .	Apen s.	Trans f.	Arq Le g	Arq .	Tot al
PELO	12			1						1					14
PLC	13	2	7								1			1	24
PL	258	11	90					3	11		16			7	396
PDL	37			16						1					54
PR	10	1		5						1					17
IND	269 8					2016		5	11					79	480 9
MO	3					102								26	131
RQ	165			1		310	4	3	1					32 2	836
REC	1														1
Total	3197	14	97	23	1	2428	4	11	1	25	17			435	6282

Fonte: Sistema de Informações Legislativa – LEGIS/CLDF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretária
Diretoria Legislativa



DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SETORES VINCULADOS À DIVISÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA - DIDL

Do Setor de Biblioteca - SBIB

Abaixo descrevemos as atividades desenvolvidas pelo Setor de Biblioteca, bem como as estatísticas dos serviços oferecidos durante o período de novembro de 2012 a outubro de 2013. Os dados estatísticos apresentados foram fornecidos pelos servidores responsáveis pelos processos e organizados e consolidados pela Chefia. A metodologia de coleta dos dados utilizada foi a de quantificar numericamente os serviços e a produtividade dos servidores, por meio de relatórios emitidos automaticamente pelo sistema de gerenciamento Aleph, ou através de formulários elaborados manualmente nos quais há o preenchimento diário da estatística.

1. Acervo

A Biblioteca Paulo Bertran possui um acervo de cerca de 20 mil volumes entre livros, periódicos, mapas e CDs, organizados em várias coleções, nas diversas áreas das ciências sociais e de interesse do Distrito Federal. As obras são adquiridas por compra, intercâmbio com outras instituições e doação. Além do acervo geral, há a coleção Cultura, a coleção História de Brasília, dispersa no acervo, o Clube do Livro e a Estante do Escritor Brasiliense.

O Clube do Livro foi criado pela Biblioteca para oferecer aos usuários a opção de lazer e entretenimento com o acesso à literatura. Esta coleção é constituída por obras literárias nacionais e estrangeiras doadas pelos sócios, e seu sucesso depende da qualidade dos livros que o compõe.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



As doações são avaliadas antes de serem incorporadas ao Clube, evitando-se o registro de obras incompletas, rasgadas, mutiladas ou com conteúdo literário de qualidade duvidosa.

A coleção do Escritor Brasiliense é composta por livros de literatura, na sua maioria, e foi criada visando o cumprimento à Lei n.º 2.094, de 29 de setembro de 1998, de autoria do Deputado Geraldo Magela. Com a finalidade de apoiar a cultura no DF, a lei estabelece que os órgãos públicos mantenham uma estante composta de obras de autores nascidos e/ou residentes no Distrito Federal.

Os critérios para incorporação de novas aquisições estão definidos na Política de Desenvolvimento do Acervo, atualizada em 2012, pelo Ato da Mesa Diretora nº 28. A reativação do Comitê de Usuários foi realizada no ano de 2013, pelo Ato do Terceiro Secretário nº 2. A primeira reunião do Comitê de Usuários contou com os servidores nomeados de várias unidades da CLDF.

Encontra-se em tramitação, o processo de assinatura de uma plataforma digital, na qual estarão acessíveis, para o servidor, publicações on-line que auxiliem os trabalhos técnicos e o processo legislativo. A plataforma da Revista dos Tribunais on-line foi apresentada na reunião do Comitê e aprovada por unanimidade.

2. Serviços

Cotidianamente a Biblioteca Paulo Bertran realiza o atendimento aos usuários, respondendo pesquisas legislativas e bibliográficas, fornecendo cópia de legislação e de artigos de periódicos, e efetuando o empréstimo de obras do acervo e de outras bibliotecas. Para satisfazer as demandas dos servidores e da população, busca a informação em diversas fontes, nas bases de dados existentes no Setor e em outros meios disponíveis na Internet e por telefone.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Atualmente, a Biblioteca está realizando o cadastramento do usuário, com o objetivo de que ele possa gerenciar o empréstimo e renovação de livros pela Internet, estimulando, dessa forma, a autonomia no uso dos sistemas de informação. Além disso, O Serviço de Atendimento, no ano de 2013, distribuiu para os servidores, para outras instituições e para a população, centenas de publicações publicadas pela Câmara Legislativa ou recebidas por doação ou duplicatas.

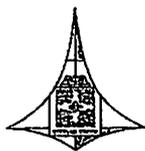
O Boletim Eletrônico-BIBLOS foi lançado no Portal da CLDF, em novembro de 2013, com o nome de Novas Aquisições. Após intensos trabalhos da equipe da Biblioteca com a CMI, o novo serviço foi lançado, com o objetivo de disseminar e divulgar os documentos do acervo, livros novos e artigos de revistas, permitindo que os usuários solicitem o material por meio de e-mail, por telefone ou pessoalmente.

A normalização de obras publicadas pela CLDF é atribuição do Setor que também gerencia a aquisição e distribuição dos números ISBN adquiridos pela Câmara Legislativa. Este serviço é realizado em parceria com o Setor de Editoração e visa a padronização das obras editadas pela Instituição.

Para melhor atender os usuários em suas necessidades de informação, neste ano, os servidores da Biblioteca participaram de diversos treinamentos e cursos com o objetivo de aperfeiçoar seu conhecimento técnico e aprimorar os serviços oferecidos pelo Setor.

3. Sistemas de Informação

A Biblioteca da CLDF é participante da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, por meio de um Termo de Cooperação Técnica. A Rede funciona como um sistema colaborativo, do qual fazem parte 12 (doze) órgãos do governo federal e do Distrito Federal. A alimentação de bases de dados de livros e periódicos é feita em conjunto pelos integrantes da Rede, utilizando o sistema Aleph de gerenciamento de bibliotecas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



O Aleph permitiu a automação de vários serviços da unidade, como a pesquisa às bases de dados de documentos, empréstimo de publicações, o processamento técnico do material bibliográfico e outros.

Além de participar da Rede RVBI, a Biblioteca indexa e acompanha as leis do Distrito Federal e os atos normativos da Câmara Legislativa, no sistema NJUR-DF. Elabora a ficha técnica contendo os dados resumidos da legislação que é disponibilizada no sistema Legis, disponível na Internet. Estes sistemas, desenvolvidos pela Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, possuem o intuito de facilitar a consulta on-line e tornar mais eficiente o acesso à legislação do Distrito Federal, agilizando enormemente a pesquisa.

O Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ-DF, viabilizado por meio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Câmara Legislativa (CLDF), o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN), foi assinado no dia 1º de outubro de 2008, e institucionalizado pelo Decreto nº 32.704, de 29 de dezembro de 2010. Em 2013 foram publicadas as portarias conjuntas nº 1 e nº 2, atualizando dispositivos de funcionamento do Comitê Gestor do sistema, do qual servidores da Biblioteca Paulo Betran são membros. Reuniões semanais são realizadas para tomada de decisões visando à melhoria do sistema e padronização de informações. A indexação e alimentação das leis do Distrito Federal são de responsabilidade da Biblioteca da CLDF, inclusive a atualização do texto integral.

Outro trabalho que está sendo desenvolvido, conjuntamente com a CMI, é o projeto da Biblioteca Digital, publicado pelo ATS 3/2012. A instalação do software DSpace na Biblioteca foi aprovada na Reunião do Gabinete da Mesa Diretora e publicada no DCL do dia 27 de agosto de 2013, ATG 30/2013. Quatro funcionários da Biblioteca fizeram treinamento para utilizá-lo. A instalação do software em ambiente de homologação da Rede foi realizada em novembro de 2013, por um técnico da CMI, após intensos esforços para integração do banco de dados Postgree SQL, utilizado pelo DSpace, para o MySQL, utilizado na CLDF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



4. Atividades Culturais

Entre as novas frentes de atuação da Biblioteca Paulo Bertran estão as ações surgidas do comprometimento da Câmara Legislativa em participar efetivamente da construção do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura-PDLL. A Biblioteca organizou, em parceria com a Presidência, a Audiência Pública Desafios para Implementação do PDLL, evento que contou com a presença de vários deputados distritais, de autoridades das áreas de cultura e educação, de representantes dos segmentos do livro e da leitura do DF e demais cidadãos interessados no assunto. O Relatório final da Audiência Pública foi elaborado pela Biblioteca e encaminhado à Presidência.

Fruto das demandas surgidas pela Audiência Pública cita-se o incentivo dado pela CLDF à publicação da obra Poemas, crônicas e dissertações do 1º Concurso Estudantil de Redação da Funap no Sistema Prisional do DF realizado pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-Funap. Após a coordenadora de o concurso buscar a Biblioteca, solicitando apoio para a publicação da obra, foi encaminhada a Presidência e, em parceria com o Setor de Editoração que fez a revisão do texto, foi realizada a normalização da obra.

Ainda dentro das ações de incentivo ao livro e à leitura, foi inaugurado o primeiro Ponto de Leitura da Biblioteca Paulo Bertran, no Refeitório da Casa, com o objetivo de democratizar o acesso à informação e incentivar a leitura e o estudo no âmbito da Casa. O evento foi realizado no dia 27 de outubro de 2013 e contou com a presença do Presidente, Deputado Wasny de Roure, chefias e autoridades ligadas ao PDLL. Participaram os servidores e os funcionários das empresas terceirizadas da Casa e o coral da CLDF apresentou-se na ocasião. O novo espaço possui uma estante de livros em diversas áreas, principalmente literatura e está sendo utilizado também pelos funcionários das empresas terceirizadas. As obras são processadas na Biblioteca e podem ser retiradas por empréstimo, em sistema de autogestão.

Com estas ações a Biblioteca Paulo Bertran demonstra seu interesse em incentivar o hábito de leitura, atender às necessidades de lazer e entretenimento dos funcionários e promover a cultura no âmbito do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

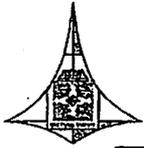


5. Contratos de Fornecimento e Serviços

A Biblioteca Paulo Bertran possui vários contratos de assinatura de periódicos, além dos contratos de aquisição de material bibliográfico e encadernação.

Pode-se afirmar que o maior problema, atualmente existente, é a ausência de um servidor que possa auxiliar a chefia na execução dos contratos. O Setor perdeu uma gratificação, um CL3, destinado ao executor de contratos e nenhum servidor se habilita a ajudar nesta atividade. Em função disso, a Chefia executa e acompanha todos os contratos do Setor, resultando numa sobrecarga de trabalho imensa. Além de supervisionar todas as atividades descritas neste relatório, necessita estar muito atenta à renovação, vigência e acompanhamento dos contratos e processos, pois o encerramento ou atraso em algum deles pode prejudicar profundamente os serviços. A seguir, apresentamos um quadro dos contratos atualmente vigentes.

PROCESSO	FORNECEDOR/MATERIAL BIBLIOGRÁFICO OU SERVIÇO
001-000314/2013	APOIO LAG-Lista de Autoridades Governamentais
001-000574/2013	Fórum 1-A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional 2-Forum Administrativo: Direito Público 5-Fórum de contratação e gestão Pública 11-Forum de direito tributário 6-Fórum de direito urbano e ambiental 4-Revista Brasileira de Direito Municipal (RDM) 7-Revista Brasileira de Direito Público 3- Revista Brasileira de Interesse Público 9-Revista de direito administrativo 10-Revista de Direito Inf. e Telecom. 8-Revista de Direito Público da Economia (RDPE)
001-000218/2013	GDF-DODF- assinatura
001-000213/2013 001-000933/2012	Governat 1-Boletim de licitações e contratos 2- Boletim de orçamento e finanças 3- Boletim de Recursos Humanos 4- Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal 5-Boletim de Convênios e Parcerias



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



001-000523/2013	IOB e Síntese (empresa do Grupo IOB) CNC 1- Boletim IOB Tradicional- 4 cadernos Manual de procedimentos: 1.1 ICMS, IPI e outros-calendário (SECON) (verde); 1.2 IR e legislação societária (vermelha) (SP-Sidney); 1.3 Legislação trabalhista e previdenciária (SP-Sidney)-calendário; 1.4 Técnica contábil e Balanços (SECON) (Roxa); Também: -anuário de tabelas práticas e instruções ; 2- Manual Síntese de Gestão Pública 3- Revista Jurídica (Síntese, Notadez) 4- Síntese Lic. Contrat. e Conv. 5- Revista Síntese Resp. púb. 6- Síntese Direito Adm.
001-000981/2012	NDJ 1-Boletim de Direito Municipal- BDM 2-Boletim de Direito Administrativo – BDA 3-Boletim de Licitações e Contratos - BLC

001-001008/2012	Revista dos Tribunais -RT 1-Revista dos Tribunais 2-Revista de Direito Constitucional e Internacional 3-Revista Direito do Consumidor 4-Revista de Direito Ambiental
001-001009/2013	Revista dos Tribunais on-line
001-000217/2013	Vox Legis 1-Revista Jurídica Consulex
001-000219/2013	Zênite 1-ILC-Revista Zênite em Licitações e Contratos 2-Lei anotada com versão 2.0 3-web Licitações e contratos
001-000647/2013	ABNT-aquisição de normas ISO
001-000309/2013	MILÊNIO Encademadora-Processo de pagamento
001-001759/2009	MILÊNIO Encademadora Projeto básico-origem - vol. 1 e vol. 2
001-001298/2011	RVBI-Ass. Termo de Cooperação Técnica- contendo assinaturas
001-000304/2013 DOC0015282013	VERTICE-Material bibliográfico Contrato-origem e pagamentos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

001-001226/2011	VERTICE-Projeto básico-aquisição material bib e processo de pagamento para 2012
001-001132/2010	Balas Individuais- parado
001-000858/2011	Móveis da Biblioteca
DOC007344/2013	Aquisição de equipamentos
001-000674/2013	Impressora de código de barras

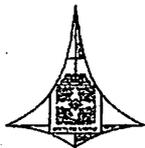
6. Estatísticas do Serviço de Atendimento ao Usuário

As atividades do SEBIB são voltadas para o atendimento das pesquisas solicitadas pelos usuários internos e externos, tendo como fontes o acervo, o sistema Aleph de automação e gerenciamento de bibliotecas, o sistema legislativo LEGIS, o sistema de controle de legislação NJUR, além dos diversos sistemas de consulta pública disponíveis na Internet, como as bases de dados do Sistema do Congresso Nacional – SICON e o SINJ-DF.

Quando necessário, são consultados ainda outros órgãos e instituições que detenham a informação requerida. As pesquisas são solicitadas pelos usuários ou instituições e podem ser feitas pessoalmente, por e-mail, telefone ou fax. É importante ressaltar que os instrumentos para coletas dos dados estatísticos apresentados neste relatório sofrem constantes adaptações para melhor se adaptarem à realidade e dinamicidade do setor.

6.1 Pesquisas no acervo

As pesquisas no acervo referem-se às consultas diretas aos documentos do acervo da Biblioteca. O acervo da Biblioteca é composto, principalmente, por livros das áreas das Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais e também por

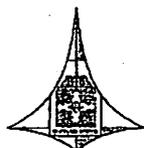


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

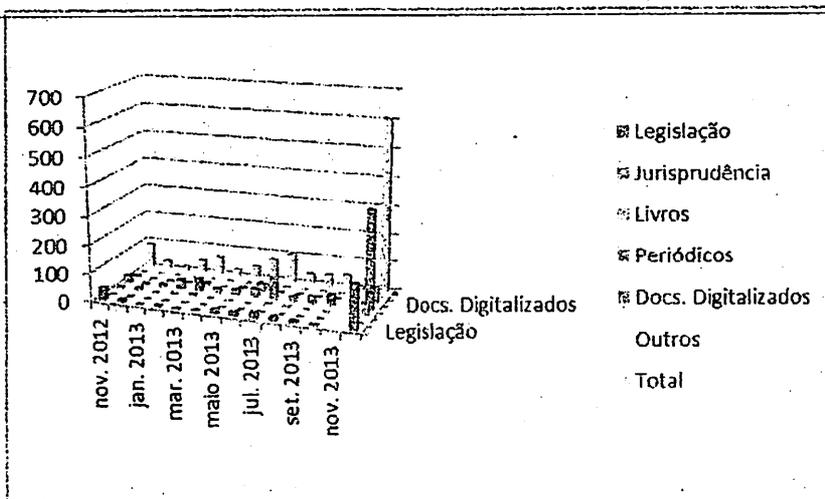


assuntos ligados a Brasília e Distrito Federal, de acordo com a Política de Desenvolvimento do Acervo. É composto por vários tipos de obras, a maioria em formato impresso, como livros técnicos, periódicos, mapas, dicionários e enciclopédias. Conta ainda, com as coleções Clube do Livro e a Estante do Escritor Brasiliense, constituídas por obras literárias doadas, visando proporcionar entretenimento e acesso à cultura aos associados. A seguir apresentamos a tabela com dados estatísticos das pesquisas no acervo, totalizando 603 pesquisas:

PESQUISAS NO ACERVO														
TIPO	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	nov. 2013	TO-TAL
Legislação	47	11	2	6	4	5	15	15	21	15	10	3		154
Jurisprudência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		1
Livros	7	11	0	5	10	1	1	0	6	3	1	0		45
Periódicos	30	5	11	34	43	17	20	30	74	16	27	39		346
Docs. Digitalizados	6	1	0	0	8	0	6	29	2	2	1	2		57
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
Total	90	28	13	45	65	23	42	74	103	36	40	44	0	603



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

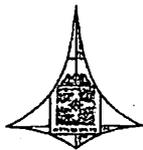


6.2 Pesquisas em outras fontes

Além do acervo, as pesquisas são realizadas em outras fontes de informação. As bases de dados mais consultadas foram ao NJUR e o SINJ, que são alimentadas pela Biblioteca da CLDF. Há ainda outras fontes, como o Sistema Aleph, a Internet, a Intranet, o LEGIS, o NJUR, o SINJ-DF, etc.

(conforme mencionado acima), além de contatos externos com outros órgãos e instituições públicas e privadas para complementar a informação solicitada, quando necessário. O total de pesquisas realizadas nestas fontes soma um total de 2.836 pesquisas, conforme tabela apresentada a seguir:

	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	TOTAL
BASES DE DADOS													
NJUR	32	36	35	33	25	77	39	65	37	61	73	50	563
NJ2R/DF	0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0	4	9
Legis	14	7	7	25	8	13	3	20	6	8	15	21	147
SINJ	40	43	33	54	26	81	54	79	353	76	112	91	1042
OUTRAS	2	0	0	0	0	6	0	1	0	0	0	1	10
SISTEMA ALEPH													



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



LIVROS	8	7	0	14	17	3	13	11	5	9	11	5	103
PERIÓDICOS	13	0	0	15	2	2	10	4	4	31	20	9	110
JORNAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTATOS EXTERNOS	1	2	0	4	2	2	5	15	3	10	3	12	59
INTERNET	141	31	24	74	29	52	34	63	34	75	51	33	641
INTRANET	39	13	6	3	4	21	33	8	16	3	6	0	152
TOTAL	290	139	105	222	113	261	191	267	458	273	291	226	2836

6.3 Total de pesquisas realizadas

Somando as pesquisas no acervo e nas bases de dados disponíveis, foram realizadas 3.439 pesquisas para o atendimento aos usuários, resultando em um aumento no número de atendimentos de cerca de 10% no ano de 2013, conforme podemos verificar nas tabelas apresentadas abaixo, observe-se que não foram acrescentados os dados de novembro. Após a sua inclusão, houve um aumento ainda maior.

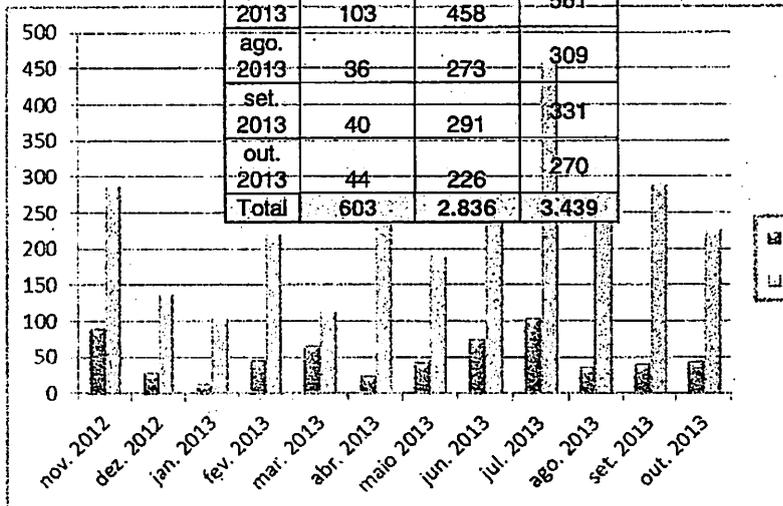
Salienta-se que, muitas vezes, o mesmo usuário pede várias pesquisas, explicando o fato do número maior de pesquisa do que de usuário, dados apresentados em outro item. Abaixo apresentamos o comparativo de 2012 e 2013.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

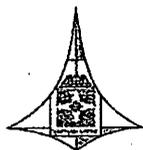
TOTAL DE PESQUISAS 2012			
	ACERVO	BASES	TOTAL
nov. 2011	50	194	244
dez. 2011	25	115	140
jan. 2012	12	100	112
fev. 2012	41	299	340
mar. 2012	68	267	335
abr. 2012	29	239	268
maio 2012	85	327	412
jun. 2012	37	161	198
jul. 2012	72	231	303
ago. 2012	51	317	368
set. 2012	61	216	277
out. 2012	46	120	166
Total	577	2.586	3.163

TOTAL DE PESQUISAS 2013			
	ACERVO	BASES	TOTAL
nov. 2012	90	290	380
dez. 2012	28	139	167
jan. 2013	13	105	118
fev. 2013	45	222	267
mar. 2013	65	113	178
abr. 2013	23	261	284
maio 2013	42	191	233
jun. 2013	74	267	341
jul. 2013	103	458	561
ago. 2013	36	273	309
set. 2013	40	291	331
out. 2013	44	226	270
Total	603	2.836	3.439



6.4 Atividades complementares

O atendimento de pesquisas engloba atividades complementares, como o envio de pesquisas e cópias de documentos por e-mail e o fornecimento de fotocópias da legislação, artigos de periódicos, trechos de livros, etc.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Houve a utilização do equipamento de xerox da Biblioteca por duas unidades externas à Biblioteca: pela Comissão dos Anais e Memória, para a digitalização das Atas das Sessões Legislativas do Diário da Câmara Legislativa-DCL e pela Secretaria de Estado de Governo do GDF que fotocopiaram cerca de 2890 decretos publicados no Diário Oficial do Distrito Federal-DODF. Ambos enviaram expedientes solicitando o serviço e, após negociação com a Chefia da Biblioteca, encaminharam servidor para executar os serviços.

Segundo os dados abaixo, comparando-os com os do ano passado, houve um aumento no envio de cópias por e-mail, foram de 425 para 508. Acrescentamos, na mesma tabela, os dados totais de quantidade total de fotocópias realizadas:

	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	TOTAL
Xerox	180	105	262	144	179	251	77	142	40	205	207	138	1930
e-mail	20	18	14	37	31	56	54	51	6	47	89	85	508

6.4.1 Encadernação

A separação e controle do material enviado para encadernação é outra atividade realizada pelo pessoal do Serviço de Atendimento, com o objetivo de manter organizada e conservada as coleções de diários oficiais e periódicos. Houve um grande aumento na publicação de suplementos do DCL que precisaram ser encadernados e o gráfico demonstra claramente isto. Os exemplares que foram encadernados em volumes este ano foram os seguintes:

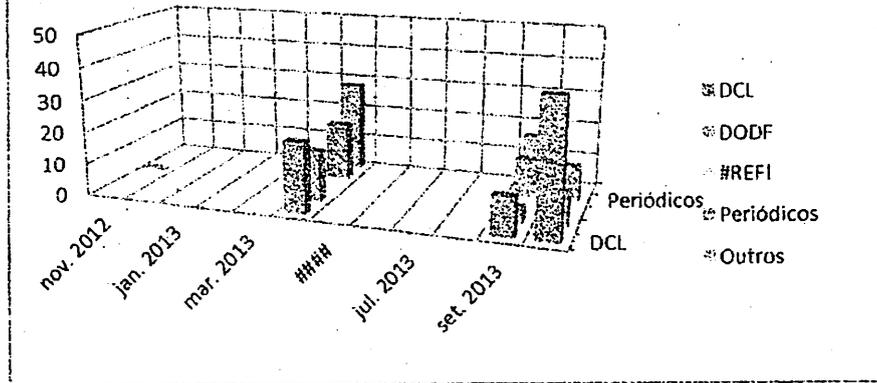
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	####	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	
DCL						22					12	41	55
DODF						16					5	11	16
Periódicos						18					12	11	23
Outros						28					16		16
Total						84					45	63	192



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 3ª Secretaria
 Diretoria Legislativa

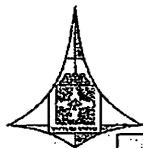


Encadernações



6.4.2 Fotocópias de artigos de periódicos

Para atendimento às solicitações de artigos de periódicos são feitas cópias dos artigos de interesse do usuário, ou são realizados empréstimos especiais com a devolução marcada para o mesmo dia. Foram tiradas aproximadamente 1886 cópias de artigos. Interessante verificar, na tabela apresentada, que os periódicos mais solicitados para fotocópia dos foram o **DCL** e o **DODF**, 281 e 148, respectivamente, certamente para cópia dos atos normativos. Em segundo lugar vem a **Consulex: Revista Jurídica**, com 148, revista que indexamos para a Rede RVBI e em terceiro lugar vem a **R. Síntese de Direito Administrativo**, com 102 cópias. A **Revista dos Tribunais** e a **Revista de Informação Legislativa** também foram bem utilizadas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

PERIÓDICO	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	ma/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	Total
A&C						29							29
BDA								18			10		28
Bol. Dir. Municipal			1			8		5			24	20	58
Bol. Lic. Contratos													
Cad. Dir. Const. Ci. Pol.											10		10
Cadernos PUC											11		11
Carta Mensal													
Cartas: reflexões e Memo							8						8
Ciência da Informação													
Consulex r. jurídica	10		32	30	23	10				20	18	5	148
DCL	40	22	23	12	40	20	4	25		35	30	30	281
DODF	20	25	63	40	50	30	20	50	40	100	40	40	518
Estudo em avaliação Educacional													
Estudos Econômicos													
Forum Administrativo			6			13						13	32
Forum de Contratação e Gestão Pública			6			16							22
HSM Management													
Humanidade													
ILC													
Inf. Jur. Consulex			3	14							2		19
Instrução Serviço			35										35
Interesse Público													
Isto é			5				10						15
L & C						16							16



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LDF	3ª Secretaria										
Lex	Diretoria Legislativa										
Planej. E Pol. Públ.											
Planej.e Pol.públ.											
Proteção											
R. adm. Municipal											
R. adm. Pública	6										6
R. Ambiental											
R. Bras.Direito Público						18					18
R. Bras. Est. Pedag.							14				14
R. CEJ	20		6		7						33
R. dir. administrativo	20								40		60
R. Dir. Ambiental											
R. dir. const. e internac.	15			12		68					95
R. dir. consumidor											
R. Dir. Consumidor											
R. Dir. Legislativo											
R. Dir. Publ. Economia											
R. Dir. Tribunais											
R. Dir. Tributário											
R. Direitos Difusos											
R. F. Dir. Tribut.											
R. Gestão Públ. Do DF											
R. informação legislativa						7				6	13

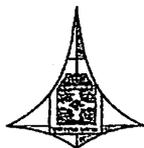


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL													
R. Jurídica	10		54	3ª Secretaria	5								69
R. LTR:			36	Diretoria Legislativa									76
R. Proteção													
R. Síntese de Direito Adm.							44			58			102
R. Síntese de Licit. Contr.						13							13
R. Tecnol. Educacional													
R. Trans. Público													
R. Tribunais			28	31	15							20	94
R. Zênite													
Veja			5	5	4	11	8			10		20	63
TOTAL	141	47	303	144	179	251	77	142	40	205	209	148	1886

6.5 Usuários

Os serviços oferecidos pela Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal são destinados aos usuários internos (deputados e servidores) e usuários externos, que compreendem outras instituições e a comunidade em geral. Compreendem-se dentre estes: órgãos do GDF, órgãos públicos federais, escritórios de advocacia, escolas, população do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, empresas particulares, estudantes, universidades, etc. Foram atendidos, em 2012, 461 usuários externos e, em 2013, 375. Em compensação o número de usuários internos aumentou de 368 para 390. A hipótese de que o aumento da disponibilização de informações pela Internet possa ter diminuído a demanda externa pode ser averiguada. O total atendido em 2013 foi de 765 de usuários.

QUADRO COMPARATIVO DE USUÁRIOS ATENDIDOS POR ANO	
USUÁRIOS EXTERNOS ATENDIDOS	
2012	461
2013	375
USUÁRIOS INTERNOS ATENDIDOS	
2012	368
2013	390



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TOTAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS														
<i>Usuários</i>	<i>nov. 2012</i>	<i>dez. 2012</i>	<i>jan. 2013</i>	<i>fev. 2013</i>	<i>mar. 2013</i>	<i>abr. 2013</i>	<i>maio 2013</i>	<i>jun. 2013</i>	<i>jul. 2013</i>	<i>ago. 2013</i>	<i>set. 2013</i>	<i>out. 2013</i>	<i>nov. 2013</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Internos</i>	37	31	11	28	38	37	28	39	24	38	33	46		390
<i>Externos</i>	35	17	20	42	23	39	22	32	23	46	36	40		375
<i>Total</i>														765

6.6 Divulgação do acervo e disseminação da Informação

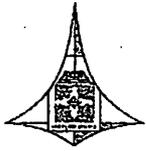
Em novembro deste ano, foi lançado o boletim eletrônico Novas Aquisições na página de Biblioteca no Portal da CLDF. O novo serviço tem por objetivo divulgar a capa e o sumário, digitalizados, de livros e periódicos novos incorporados ao acervo. O usuário pode solicitar a cópia do artigo de revista ou trecho digitalizado, preenchendo um formulário que é enviado para o e-mail da Biblioteca.

A implantação do Serviço de Disseminação da Informação-DSI, previsto há tempos nos planos setoriais, ainda não foi implantado por falta de pessoal e necessidade de realização de uma pesquisa de perfil de interesses dos usuários.

A participação da Biblioteca no Comitê CLDF em Foco, como colaboradora e cliente, tem por objetivo obter informações sobre a demanda de informação dos usuários internos e externos. O Comitê visa a realização de uma pesquisa social interna e externa sobre a imagem da Câmara Legislativa na sociedade.

A Biblioteca Paulo Bertran realiza também a distribuição de publicações para os servidores da CLDF e para a população. No ano de 2013, as seguintes publicações foram distribuídas:

- 1- Lei Orgânica do DF- 2011, 5ª Ed., 280pag.
- 2- Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF- 7ª Ed., 192pag.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



- 3- Orlandi, Aurea Helena. Processo Legislativo e Funcionamento da CLDF – 2011, 3ª Ed., 160 pag.
- 4- Lira, Cristina Moraes Souza. Manual de Atos Oficiais – 1999, 66pag.
- 5- Reis, Jane Faulstich Diniz. Elaboração de Textos Legislativos – 2005, 227 pag.
- 6- Segundo Ciclo Acadêmico: A Câmara Legislativa recebe a UNB. Anais 2012.
- 7- O cidadão no Poder – Suplemento especial do Correio Braziliense 16/12/2012
- 8- Aguiar, Clayton. Chico Rei e Paraná, eu vivi esta história – 2011, 228 pag.
- 9- Darcy, Nº 10 ABR./MAIO 2012 – UNB 50
- 10- Constitucionalidade das Leis do DF – aspectos jurídicos e políticos – 2008, 64 pag.
- 11- Gestão Museológica: questões teóricas e práticas. 2013
- 12- Guayasamin: continente mestiço (catálogo de arte). 2013.
- 13- Revendo Reverón: o relâmpago capturado (catálogo de arte). 2013
- 14- Publicações da Escola da AGU, N. 19, JUL 2012- A nova Lei do CADE.
- 15- Poemas, crônicas e dissertações: Primeiro Concurso Estudantil de Redação da Funap no Sistema Prisional do DF. 2013.
- 16- Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV: Lei nº 5.022, de 4 de fevereiro de 2013.
- 17- Normas gerais para concurso público no Distrito Federal: Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012.
- 18- Lei de acesso a informações no Distrito Federal : Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012.

6.7 Serviços de circulação e empréstimo

O serviço de circulação da Biblioteca realiza as tarefas de empréstimo, renovação e devolução de livros, reservas, e outras atividades referentes à movimentação de obras do acervo e cadastro dos usuários.

O empréstimo de obras consiste na retirada de documentos por servidores e bibliotecas conveniadas cadastradas, por período determinado, respeitando as normas específicas. A Biblioteca da CLDF também solicita empréstimo de publicações de outras instituições. Observa-se nos dados estatísticos que os picos de empréstimo, devolução e renovação podem estar





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

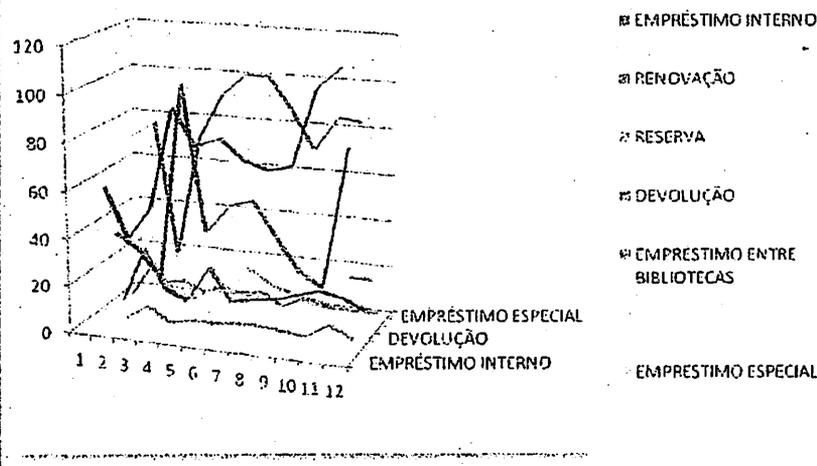
associados à implantação da cobrança automática de atrasos, por carta enviada aos usuários, via e-mail.

EMPRESTIMO DE OBRAS								
	EMPRÉSTIMO INTERNO	RENOVAÇÃO	RESERVA	DEVOLUÇÃO	EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS		EMPRÉSTIMO ESPECIAL	Total
					SOLICITADOS PELA CLDF	SOLICITADOS À CLDF		
nov. 2012	62	40	0	77	24	15	3	221
dez. 2012	41	34	6	83	7	2	5	178
jan. 2013	55	23	0	28	3	1	1	111
fev. 2013	97	105	2	78	19	8	4	313
mar. 2013	82	44	2	97	5	6	14	250
abr. 2013	86	56	3	106	7	7	8	273
maio 2013	78	59	3	106	8	2	5	261
jun. 2013	75	45	2	93	11	7	1	234
jul. 2013	77	32	1	77	14	5	0	206
ago. 2013	109	26	7	91	12	18	0	263
set. 2013	118	84	2	90	8	18	0	320
out. 2013	80	79	1	120	17	24	0	321
nov. 2013								0
TOTAL	960	627	29	1046	135	113	41	2951

No gráfico apresentado abaixo, pode-se visualizar melhor os tipos de empréstimo realizados, sendo que o empréstimo interno, renovação e devolução são os tipos mais praticados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



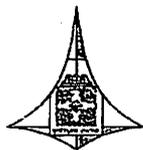
6.8 Consultas de livros e periódicos

As consultas consistem em pesquisas realizadas diretamente no acervo da Biblioteca, sem realização de empréstimo.

É feita a estatística diária do uso da coleção, através da contagem e recolocação do material nas estantes, por classes de assuntos, de acordo com a CDU- Classificação Decimal Universal, utilizada para a guarda e localização física dos livros na Biblioteca.

Observa-se que a classe 3, que representa as Ciências Sociais, continua sendo a classe mais consultada, sendo os seguintes assuntos os mais pesquisados no: **Direito Constitucional**, classe 342, com 134 consultas, seguida por **Direito Civil**, classe 347, com 94 consultas, **Administração Pública** com 82 e **Economia** com 57, classe 35 e classe 33.

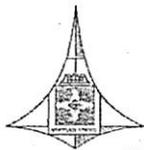
Abaixo, apresentamos os dados por classe de assunto dos livros:



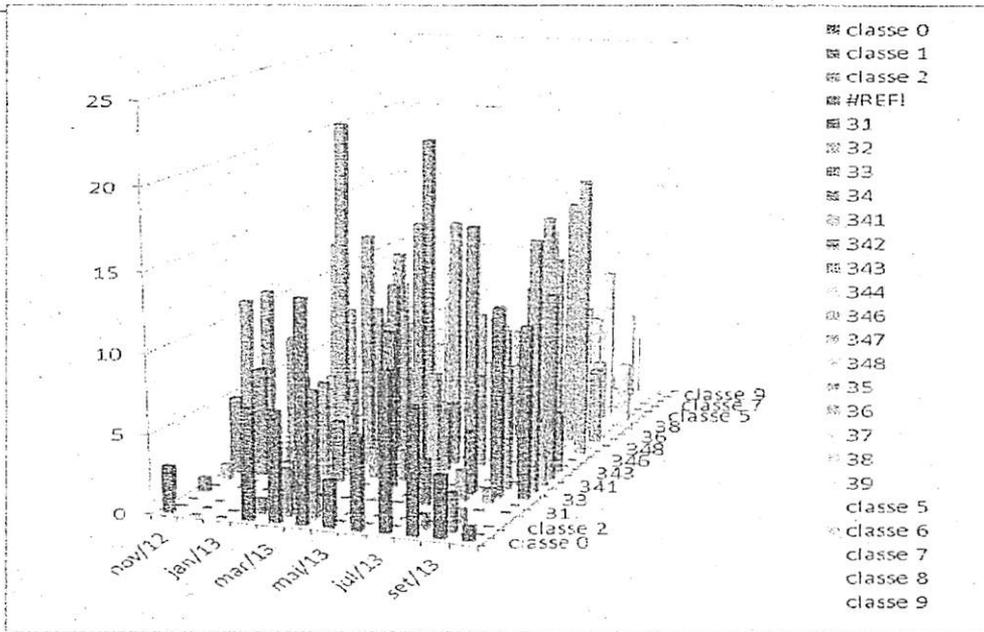
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



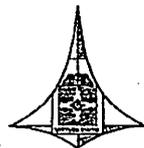
	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	Total
classe 0	3	0	0	7	7	14	3	6	10	8	4	1	63
classe 1	0	0	0	1	3	8	0	0	0	1	2	0	15
classe 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
31	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	0	0	5
32	1	0	0	5	1	0	0	0	8	2	1	0	18
33	5	7	1	3	4	0	10	0	0	4	12	11	57
34	11	3	4	6	5	2	2	0	0	0	8	16	57
341	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	4
342	11	8	1	22	15	12	16	4	16	11	6	12	134
343	0	5	2	5	10	10	21	4	6	5	12	4	84
344	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
346	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5	0	7
347	2	4	0	8	5	4	15	9	8	8	13	18	94
348	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35	2	8	2	12	1	2	11	3	5	15	16	5	82
36	12	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	16
37	0	1	0	1	2	3	3	0	0	0	1	0	11
38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39	0	0	0	2	0	0	2	5	0	0	4	4	17
classe 5	0	0	2	4	0	3	0	1	4	10	10	0	34
classe 6	0	8	0	7	0	1	5	0	0	0	0	0	21
classe 7	3	0	0	0	0	5	2	12	1	6	1	0	30
classe 8	2	3	4	4	5	0	0	0	4	2	6	0	30
classe 9	4	0	0	1	0	0	0	5	6	1	4	0	21
	56	48	16	89	62	64	93	51	72	74	106	73	803



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



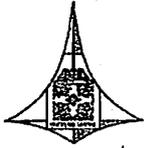
No caso dos periódicos, a revista Veja e a é a mais consultada, com 305 consultas durante o período deste Relatório, seguida da Isto é, com 224. Provavelmente o grande uso deve-se ao fato dessas revistas serem semanais e ficarem sobre as mesas, disponíveis para leitura. Em seguida vem o Diário da Câmara Legislativa (DCL) com 336 consultas e o DODF 207 É com 260 e pelo DODF com 256 consultas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Periódicos	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	jul/13	ago/13	set/13	out/13	Total
A&C													0
BDA								2					2
Bol. Dir. Municipal-BDM				3		3		3					9
Bol. Lic. Contratos						1					1		2
Cad. Dir. Const. Ci. Pol.											1		1
Cadernos Aslegis												1	1
Cadernos PUC													0
Carta Mensal											1		1
Cartas: reflexões e Memo			1				2						3
Ciência da Informação													0
Consulex: r. jurídica	5	4		4	4						3		20
DCL	15	11	39	22	17	5	10	9	8	20	104	6	266
DF Letras												1	1
DODF	30	10	12	12	6	15	15	12	38	19	25	13	207
Estudos em avaliação Educacional													
Estudos Econômicos													0
Forum Administrat.													0
Forum de Contratação e Gestão Pública											2		2
F. Direito Urb. E amb.													0
HSM Management													0
Humanidade	1					1					1		3
ILC													0
Inf. Jur. Consulex													0
Instrução Serviço													0
Interesse Público													0
Isto é	28	20	8	18	18	21	18	12	20	21	33	7	224
L & C													0
LDF	62	3	3	4	18	17	6		7	1			121
Lex													0
Planej. E Pol. Públ.													0



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Planej. e Pol. públ.			1						1				2
Proteção													
R. adm. Municipal				1			1						2
R. adm. Pública										1			1
R. Ambiental						1		1					2
R. Bras. Direito Público											2		2
R. Bras. Est. Pedag.			1					3					4
R. CEJ												2	2
R. do Legisl.													
R. Dir. administrativo	1		1	1									3
R. Dir. Ambiental				1						1			2
R. Dir. const. e internac.		2									1		3
R. Dir. Consumidor													
R. Dir. Legislativo											4		4
R. Dir. Munic.							1		1				2
R. Dir. Publ. Economia							2						2
R. Forum Dir. Tributário				1									1
R. Fórum Adm. Públ				1		1	2		1				5
R. Direitos Difusos						2					1		3
R. Forense	1										1		2
R. Gestão Públ. Do DF						1							1
R. Inform. legislativa				1			3						4
R. Jurídica		2		2			1						5
R. LTR:			1				4					1	6
R. Proteção													0
R. Síntese de Direto Adm.		2				1							3
R. Síntese Resp. Públ.											1		1
R. Síntese de Licit. Contr.													
R. Tecnol. Educacional													
R. Trans. Público													
R. Tribunais									1	1	1		3
R. Zênite		1						1				1	3
Veja	34	33	10	26	29	25	22	18	22	30	45	11	305
TOTAL	177	88	78	96	94	91	76	72	97	96	228	43	536

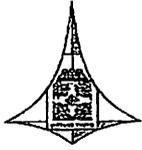


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

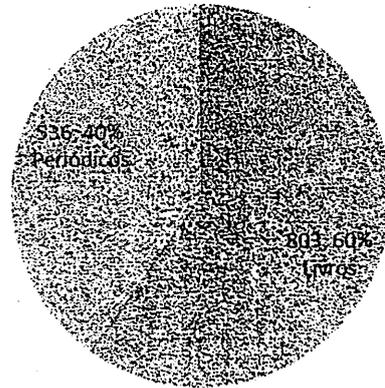


O gráfico e a tabela abaixo mostram a quantidade total de consultas mensais de periódicos e livros sem retirada por empréstimo. Observa-se que é a utilização do acervo.

	Livros	Periódico	Total
nov. 2012	56	177	233
dez. 2012	48	88	136
jan. 2013	16	78	94
fev. 2012	89	95	184
mar. 2012	62	94	156
abr. 2012	64	91	155
maí/12	93	76	169
jun. 2012	51	72	123
jul. 2012	72	97	169
ago. 2012	74	96	170
set. 2012	106	228	334
out. 2012	73	43	116
Total	803	536	1339



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



1
2

7. Estatísticas do Serviço de Legislação

7.1 Processamento técnico da legislação

O registro, indexação e disseminação da legislação do Distrito Federal são atribuições da Biblioteca Paulo Bertran. Para isso, ela conta com o Sistema de Normas Jurídicas (NJUR-DF), que armazena a os atos e a legislação oriundos da CLDF, e o Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF), um sistema cooperativo, do qual participam a CLDF, a PGDF, o TCDF e a SEPLAN, com o objetivo de organizar, indexar e disseminar toda a legislação do Distrito Federal.

Também atos administrativos das competências dos órgãos partícipes são contemplados. O NJUR inclui, além das leis, atos normativos e administrativos da CLDF. O SINJ abrange os atos do Executivo, do Legislativo, tanto normativos, quanto administrativos. Ambos os sistemas são exaustivos para a legislação e seletivo, para os atos administrativos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



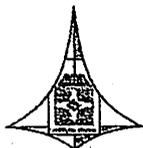
Torna-se imperativo, neste relatório, descrever que há uma sobreposição de trabalhos nos sistemas de informação legislativa existentes na CLDF. Há muitos anos, procura-se integrar os trabalhos realizados para o **NJUR/LEGIS** e o **SINJ**, para evitar o retrabalho, no entanto, não conseguimos ainda obter sucesso em nossas negociações por limitações tecnológicas e problemas administrativos. Algumas reuniões foram realizadas, envolvendo os servidores da Biblioteca, do Gabinete da Mesa Diretora e da Coordenação de Informática, mas não conseguimos avançar no nosso objetivo: racionalizar os trabalhos e integrar os sistemas.

7.1.1 Registro dos diários oficiais

Esta atividade compreende o recebimento do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), o registro dos fascículos para controle sequencial da numeração, e a armazenagem para posterior encadernação. Este anos foram registrados 892 exemplares dos diários oficiais. Em 2011, as assinaturas foram reduzidas de 61 para 32. Em 2013 houve uma redução ainda maior, pois, consultados e informados de que o DODF pode ser consultado on-line no Portal do Governo, os interessados decidiram pela suspensão da forma impressa e, atualmente, recebemos 19 exemplares.

Em relação ao Diário da Câmara Legislativa (DCL), os exemplares deixaram de ser publicados na forma impressa, ocorrendo a impressão de cada número para fins de encadernação. Foi realizada consulta à Procuradoria Jurídica sobre a validade jurídica do diário on-line, da qual resultou parecer favorável, mas deixando a decisão da continuidade da impressão e encadernação para a Biblioteca.

A chefia decidiu pela continuidade da encadernação, avaliando, após consulta ao Gabinete da Mesa Diretora, que seria prudente mantê-la por mais algum tempo por questão de segurança da informação.

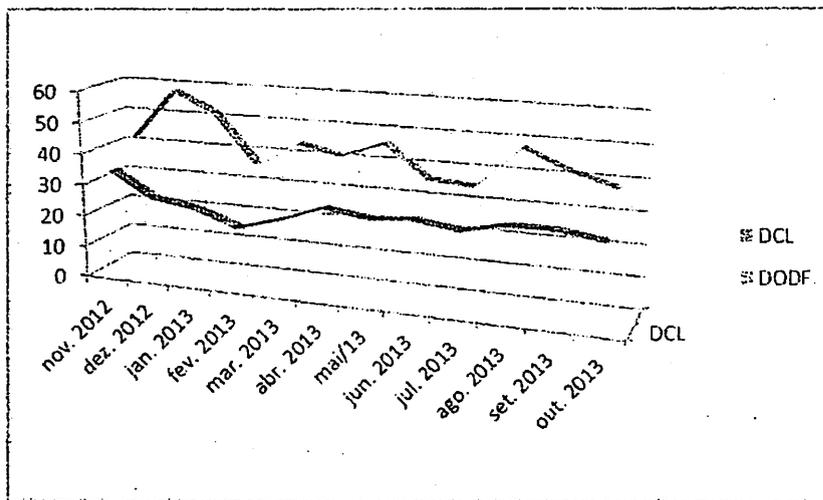


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



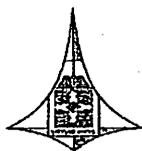
Desde 2008, o Diário da Justiça deixou de ser recebido por estar disponível na Internet, nos portais de cada tribunal, de acordo com as suas respectivas competências. A mesma decisão foi tomada em junho de 2010 com relação ao Diário Oficial da União, após consulta às unidades interessadas.

REGISTRO DOS DIÁRIOS OFICIAIS													
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	Total
DCL	34	26	24	19	23	28	26	27	25	28	28	26	341
DODF	42	58	52	36	44	41	46	36	35	48	42	38	551
Total	76	84	76	55	67	69	72	63	60	76	70	64	892



7.1.2 Análise e indexação dos atos normativos

Esta atividade envolve as seguintes rotinas, sendo que a análise do DODF é realizada duas vezes, para o sistema NJUR e para o SINJ:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Análise do DODF: compreende a leitura, o registro, a análise, a indexação e o controle das alterações, revogações, regulamentações, republicações e retificações de Emendas à Lei Orgânica do DF, Leis complementares, Leis e Decretos Legislativos.

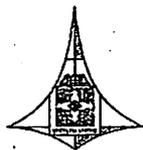
Atualização dos textos dos atos no SINJ: compreende a indicação de alterações, revogações, regulamentações, republicações e retificações, no texto integral dos atos normativos, publicados no **DODF**. Inclui também as Resoluções da CLDF.

Análise do DCL: compreende a leitura, a análise, a seleção, o registro, a indexação e o controle de alterações, revogações, regulamentações, republicações e retificações de Resoluções, Atos da Mesa Diretora, Atos do Presidente, Portarias e demais atos administrativos normativos, além dos mesmos atos analisados no DODF.

7.2 Elaboração do TESAURO. Compreende a elaboração de um vocabulário controlado da terminologia da legislação utilizada na indexação, por meio de sugestão e estudo de descritores relacionados aos assuntos dos atos normativos. Este tesauro está sendo elaborado para ser utilizado por todos que trabalham com recuperação da informação na Casa.

Abaixo, apresentamos os dados estatísticos do processamento técnico da legislação em 2013, sendo que no DODF, como já explicado, a análise é realizada duas vezes:

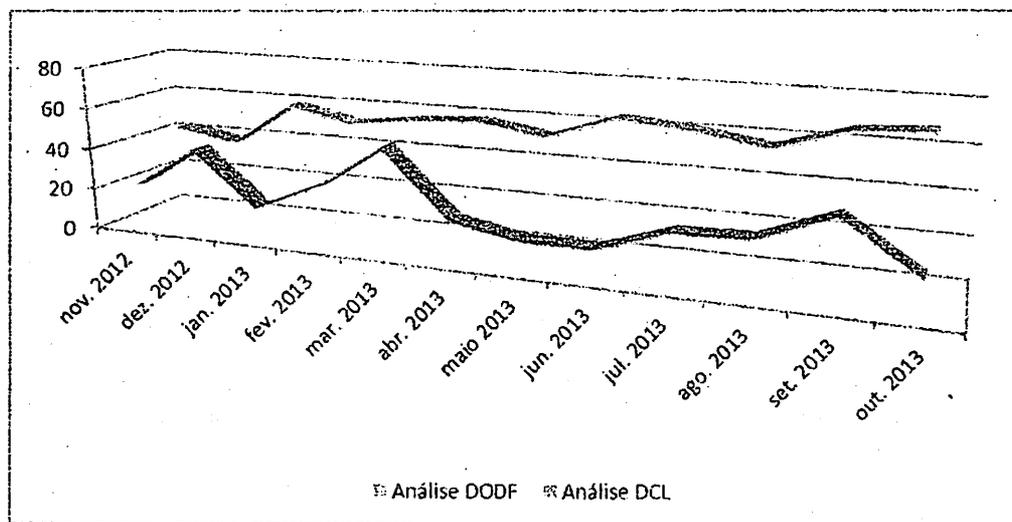
J



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Análise dos atos normativos publicados													
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	Total
DODF	21	41	15	29	50	19	13	13	24	25	38	16	304
DCL	43	38	59	52	56	58	53	64	61	56	66	68	674
Total	64	79	74	81	106	77	66	77	85	81	104	84	978



8. Estatísticas do Serviço de Processos Técnicos

O processamento técnico consiste em um conjunto de operações sequenciais, a catalogação, a classificação e a indexação das obras que compõem o acervo da Biblioteca. Esses procedimentos, realizados após a seleção e a aquisição, implicam na retirada de informações dos documentos a fim de descrevê-los, classificá-los, localizá-los e recuperá-los em uma base de dados específica do Sistema Aleph, no Catálogo Coletivo da Rede RVBI. É importante salientar que as obras de Direito da Rede RVBI.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



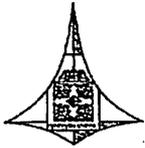
Catálogo implica na descrição bibliográfica da obra (autor, título, editor, data, assunto, etc.), para ser inserido no Sistema. São os dados que identificam a obra e o seu conteúdo, possibilitando sua recuperação nas pesquisas do acervo. A catalogação, na Biblioteca Paulo Bertran e na Rede RVBI, utiliza o Código AACR2.

Classificação implica a atribuição de um número correspondente ao conteúdo do item para inserção do documento no acervo da Biblioteca. O código utilizado para classificar as obras é a CDU- Classificação Decimal Universal, permitindo, dessa forma, agrupá-las por assunto nas estantes, com a colocação da etiqueta com o respectivo número na lombada do documento.

Indexação implica em analisar o(s) assunto(s) dos documentos e atribuir palavras-chave que descrevam esse assunto, a fim de que a obra seja recuperada no momento da pesquisa temática. No momento da indexação são atribuídos aos documentos, termos descritores padronizados para a Rede RVBI. Esses termos podem ser encontrados no Sistema Aleph, em uma base de dados própria chamada Autoridades.

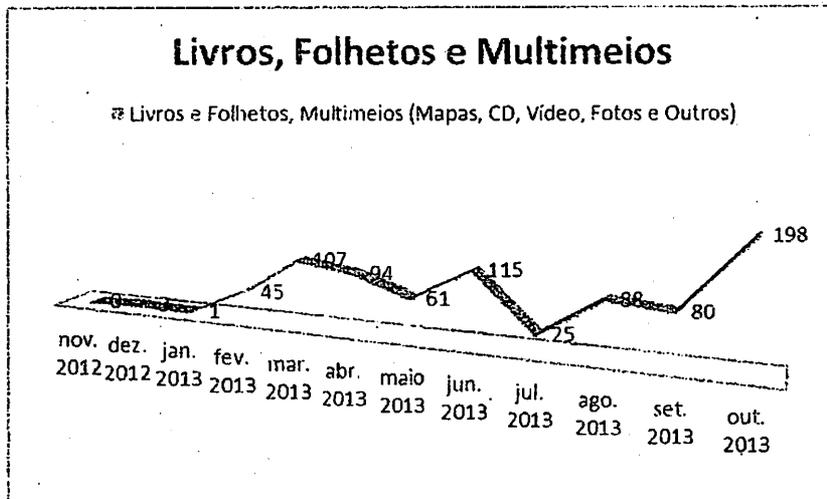
Processamento técnico de livros e outros materiais

O material incorporado pode ter vários formatos: livros, folhetos e multimeios (mapas, CD, vídeo, fotos e outros). Abaixo apresentamos a estatística das atividades realizadas em 2013, incluindo novas obras no acervo. Observa-se que houve um pico em outubro, explicado pelo fato de que iniciou-se a catalogação e indexação de capítulos de livros, chamadas de analíticas, e que contam para a estatística da Rede.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

CATALOGAÇÃO, INDEXAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS, FOLHETOS E OUTROS MATERIAIS													
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	
Livros, folhetos e multimeios	0	3	1	45	107	94	61	115	25	88	80	198	TOTAL
Total	0	3	1	45	107	94	61	115	25	88	80	198	817



8.2 Preparo, registro e baixa das obras do acervo

Todos os exemplares do acervo são incluídos como itens no Sistema Aleph. Os registros dos itens de cada biblioteca da Rede são ligados à catalogação das obras, de forma que uma obra catalogada com vários volumes pode ter vários registros de itens.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

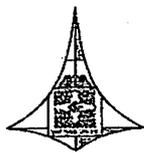


O registro do item permite que os exemplares do acervo sejam identificados com um código de barras, individualizando-os, para fins de empréstimo e inventário.

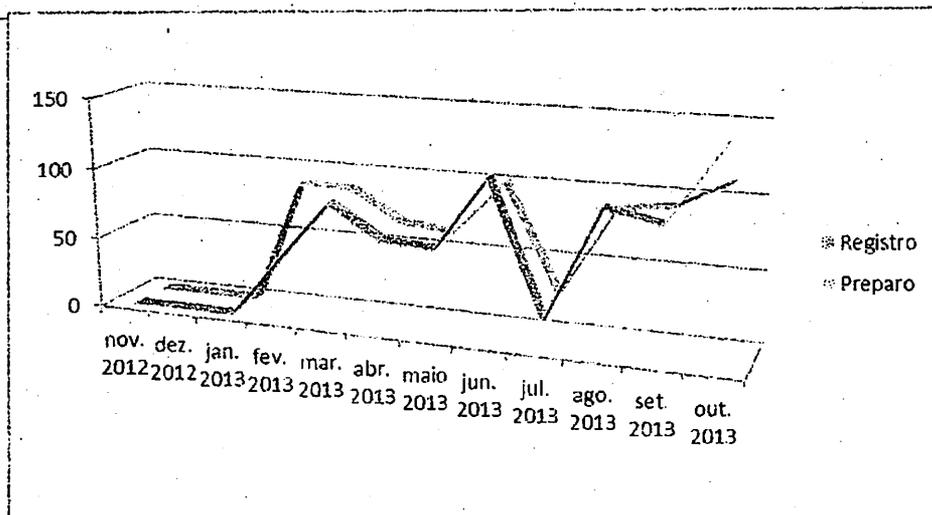
Em seguida, as publicações são preparadas (colocação de etiquetas de lombada e código de barras, fichas e carimbos) e disponibilizadas no acervo para a utilização por parte do usuário. Obviamente, os capítulos dos livros são contabilizados apenas nas atividades de catalogação, classificação e indexação, não exigindo o registro e preparo, visto que a obra já foi preparada como um todo.

A baixa refere-se aos exemplares que são descartados do acervo. Os critérios de retirada e descarte estão descritos na Política de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Paulo Bertran.

	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	TOTAL
REGISTRO E INCLUSÃO DE ITENS	0	0	0	44	86	63	61	112	20	98	90	144	718
PREPARO	0	0	0	88	87	66	62	100	26	88	92	111	720
BAIXA					2						2	2	6



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



8.3 Processamento técnico de artigos de periódicos

A Biblioteca da CLDF contribui com a alimentação da base de dados de Artigos de Revista, do sistema Aleph, da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI. Nessa alimentação cooperativa em rede, a Biblioteca é responsável pela catalogação, classificação e indexação de 8 (oito) títulos de periódicos, a saber:

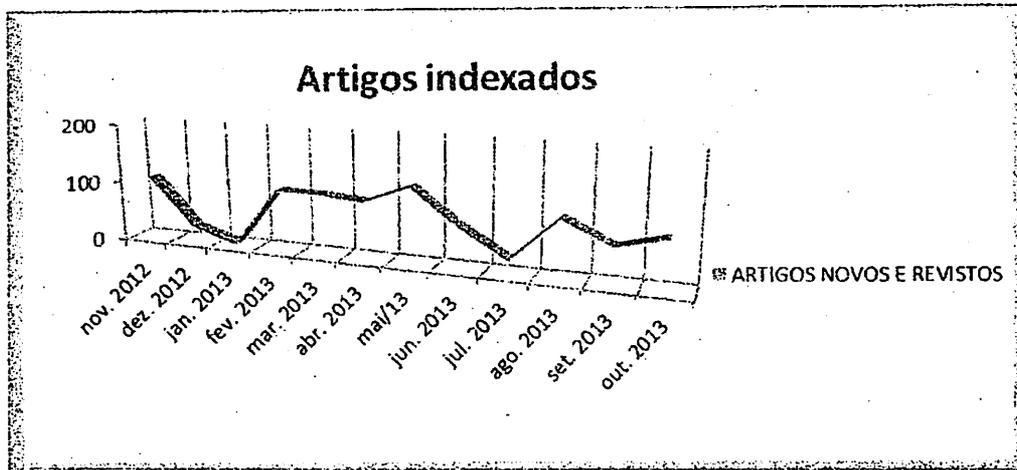
- 1 - Boletim de Direito Municipal - BDM (mensal);
- 2 - Consulex Revista Jurídica (quinzenal);
- 3 - Revista de Administração Municipal (trimestral);
- 4 - Estudos Econômicos (trimestral);
- 5 - Fêmea (periodicidade irregular)
- 6 - R. Eletrônica da Reforma de Estado (trimestral);
- 7 - R. Eletrônica de Direito de Estado (trimestral)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



ARTIGOS DE PERIÓDICOS INDEXADOS													
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio. 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	Total
ARTIGOS NOVOS E REVISTOS	107	27	3	100	100	94	124	67	23	95	59	79	877



8.4 Normalização de documentos da CLDF

Todo documento a ser publicado pela CLDF deverá, obrigatoriamente, ser encaminhado à Biblioteca Paulo Bertran, com vistas à elaboração da catalogação na publicação e à normalização para fins de editoração.

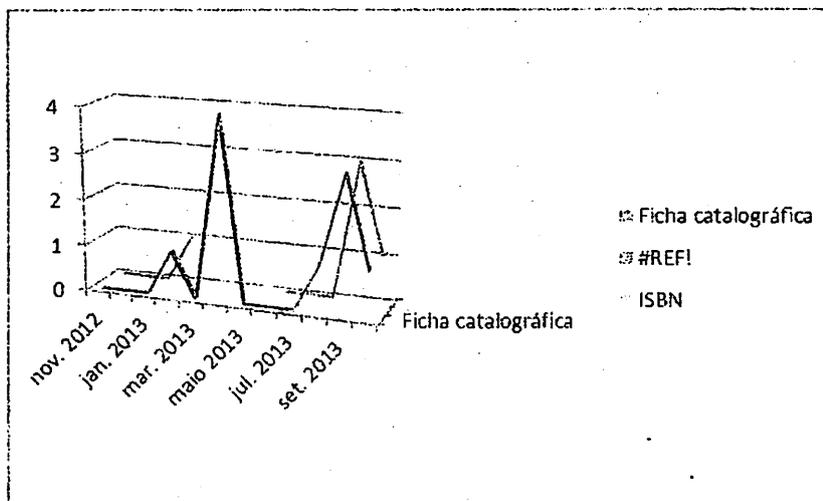
O Setor é responsável, ainda, pelo ISBN (International Standard Book Number) e pelo Depósito Legal das obras publicadas pela Câmara Legislativa. Esse último, regulamentado pela Lei N. 10.994 de 14/12/2004, exige que as publicações sejam *enviadas à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, órgão federal* responsável por preservar a produção intelectual brasileira e formar a Coleção Memória Nacional.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



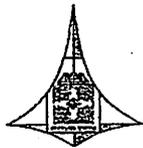
	Normalização de Documentos da CLDF												
	nov. 2012	dez. 2012	jan. 2013	fev. 2013	mar. 2013	abr. 2013	maio 2013	jun. 2013	jul. 2013	ago. 2013	set. 2013	out. 2013	TOTAL
Ficha catalográfica	0	0	0	1	0	4	0	0	0	1	3	1	10
ISBN	0	0	0	1		4		0	0	0	3	1	9
												Total	19



9. Estatísticas do Serviço de seleção e aquisição

9.1 Aquisição de livros e outros materiais

A aquisição de livros outros materiais bibliográficos, como CD-ROM, DVD-ROM, mapas, vídeos e plantas, entre outros, é realizada por compra, doação ou permuta. Antes de serem incorporadas ao acervo, as obras passam pelo processo de avaliação e seleção, segundo os critérios estabelecidos no Ato da Mesa Diretora nº 28, de 2012, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Paulo Bertran.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

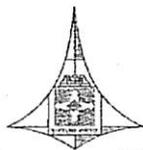


A compra de livros e outros materiais consiste na aquisição de títulos por meio de contrato administrativo, no qual uma única empresa intermedia a compra com as respectivas editoras, mediante o maior desconto. No ano de 2013, a Biblioteca ficou sem contrato de compras, pois, pelo fato dos materiais bibliográficos serem considerados bens, não foi possível realizar a renovação do contrato, segundo decisão do Tribunal de contas do DF. Foram realizados três pregões, nos quais não apareceram interessados, então, de acordo com a legislação em vigor, a contratação foi feita por dispensa de licitação. Devido a ausência de contrato de maio até outubro de 2013, as aquisições nesta modalidade ficaram prejudicadas, refletindo na diminuição das obras adquiridas neste período.

A doação consiste na aquisição livros, periódicos e outros materiais bibliográficos por meio de doações feitas por outras bibliotecas, por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, e por pessoas físicas.

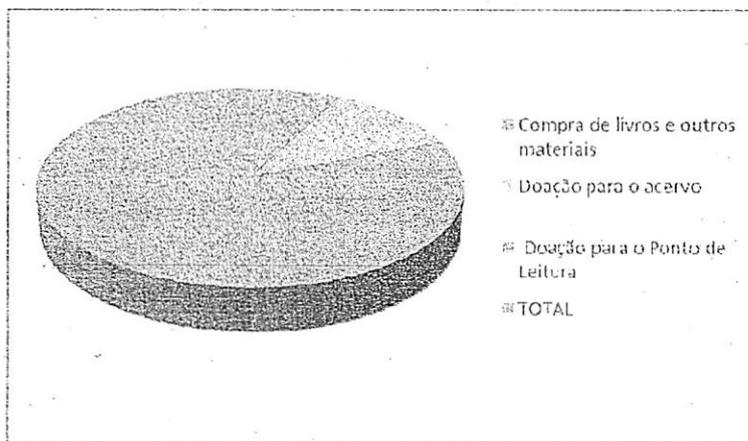
A permuta refere-se ao intercâmbio de obras, com bibliotecas de outras instituições, que estejam em duplicidade no acervo, ou que não sejam pertinentes às áreas de interesse dos usuários da CLDF.

Durante período de novembro de 2012 a outubro de 2013 foram adquiridos 768 livros, dos quais 115 por compra e 1777 foram adquiridos por meio de doação. Contabilizou-se também os livros adquiridos por doação para o Ponto de Leitura, foram 476.



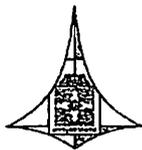
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

2012		2013	
<i>Compra de livros</i>	99	<i>Compra de livros</i>	115
<i>Doação</i>	299	<i>Doação para o acervo</i>	177
		<i>Doação para o Ponto de Leitura</i>	476
TOTAL	398	TOTAL	768



9.2 Aquisição de periódicos

São consideradas periódicas as publicações em qualquer suporte físico, editadas em partes sucessivas e com pretensão de serem continuadas indefinidamente. As assinaturas dos periódicos atendem aos servidores da Casa, em suas diversas especialidades. Os periódicos são adquiridos por contrato ou por doação das editoras ou instituições que os produzem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

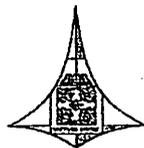


Em complemento, é utilizado o serviço de intercâmbio de informações e de empréstimo entre bibliotecas permitido pela rede RVBI. Isso evidencia a importância da participação nessa rede, por permitir a ampliação virtual do acervo das bibliotecas participantes, sem custos e ocupação de espaços extras. Seguindo essa política, reduzimos as assinaturas dos Diários Oficiais do DF, após consulta aos setores.

A coleção de periódicos da Biblioteca Paulo Bertran sofreu um processo de avaliação superficial na vinda para a Sede nova. Alguns títulos foram descartados por falta de uso, mas, pelo levantamento realizado para este relatório, é muito grande o número de revistas que não estão correntes no acervo. Dos 222 títulos existentes, apenas 45 estão chegando, isto significa que os outros 183 estão interrompidos, ou, por estarem suspensos, ou, por mudança de endereço, ou, por outros motivos que precisam ser levantados.

Por falta de pessoal, a coleção de periódicos não tem sido acompanhada de forma satisfatória, necessitando que seja feita uma avaliação criteriosa dos títulos existentes. É necessário entrar em contato com as editoras para verificar a situação da publicação da revista e retomar o acompanhamento de sua chegada. É necessário modernizar os serviços, por meio do acesso eletrônico aos conteúdos, e o Setor de Biblioteca está investindo esforços neste sentido, por considerar que estas iniciativas democratizam e facilitam o acesso, e racionalizam o espaço ocupado pelos exemplares físicos da revista. Algumas editoras fornecem senhas de acesso, como a Consulex, a NDJ, e o IOB. Também a GOVERNET e a Lag, esta última com acesso em todos os computadores da Casa.

A previsão é que ainda este ano, façamos a substituição das revistas da editora Revista dos Tribunais pela plataforma digital que dá acesso a mais de 20 (vinte) revistas, além de códigos, trechos de livros, etc. Os dados apresentados pelo Sistema Aleph, na base de dados Jornais e Periódicos, indicam que o número de revistas do acervo praticamente não mudou.



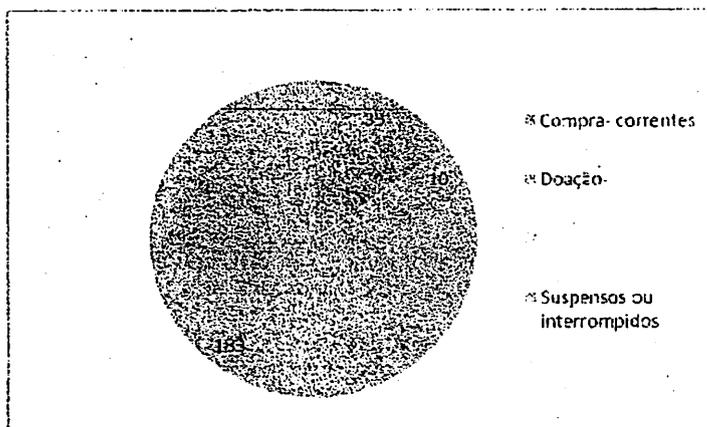
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Inclusive o registro de fascículos foi muito semelhante ao do ano passado. Faz sentido, pois o registro de fascículos depende da periodicidade das revistas, ou seja, se a periodicidade não mudou, a chegada também não muda.

PERIÓDICOS 2013	
<i>Compra-correntes</i>	35
<i>Doação-correntes</i>	10
<i>Suspensos ou interrompidos</i>	183
TOTAL	222

FASCÍCULOS REGISTRADOS 2013	
TOTAL	496



Do Setor de Gestão de Documento e Arquivo - SGDA

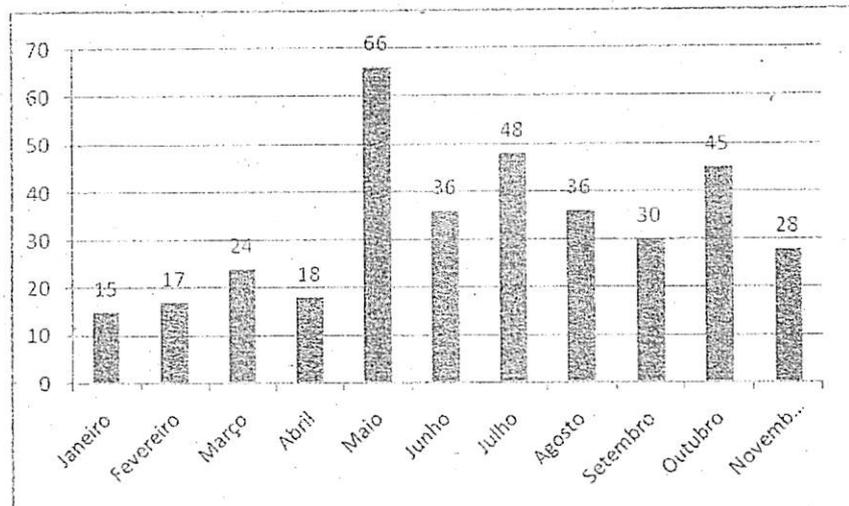
O SGDA possui atividades de rotina que são inerentes às suas funções primordiais: a guarda e o acesso à informação documental. Para tanto, um conjunto de processos são necessários visando a satisfação do usuário em relação ao atendimento.



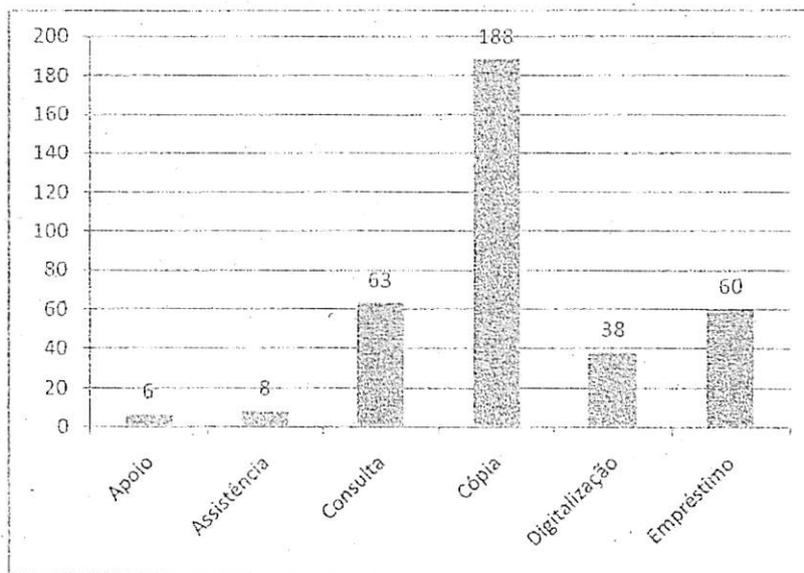
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 3ª Secretaria
 Diretoria Legislativa

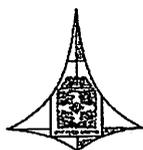


- **Atendimentos aos usuários. // Montante de atendimentos internos e externos.**



Tipos de atendimentos.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



- Reprodução de documentos realizada por meio de cópias em papel ou em formato digital, de acordo com a solicitação do usuário.
- Atendimento eletrônico para envio de informações solicitadas pelos usuários.
- Recebimento e conferência da documentação transferida para o SGDA pelas Comissões Permanentes, Setor de Apoio às Comissões Permanentes, Setor de Protocolo Legislativo, Setor de Tramitação Ata e Súmula, Gabinete da Presidência, Gabinete da 1ª Secretaria, Setor de Contabilidade e Setor de Lotação e Movimentação de Pessoal.
- Digitalização de contracheques. Em função das características desse papel, o conjunto documental está se deteriorando.
- Higienização (retirada de clips, grampos e outros objetos que danificam o documento) da documentação da CPIs, notas taquigráficas, processos administrativos e do Fascal e proposições legislativas.
- Continuidade das ações para o projeto de migração das fitas da TV Distrital.
- Registro, controle e estatísticas do setor.
- Assistências técnicas aos diversos setores.
- Controle do trâmite de documentos emprestados.
- Apoio à pesquisa em documentos.
- Disponibilização de documentos para consulta e empréstimo.
- Apoio ao uso e aplicação do Código de Classificação para área-meio.
- Arquivamento de documentos.
- Desarquivamentos.
- Apoio interno relativo ao Sistema de Protocolo Legislativo – PROtad.
- Troca de caixas em processo de degradação.
- Elaboração e troca de espelhos de caixas antigas.
- Elaboração de 'projetos básicos' com vistas a melhoria e modernização das práticas arquivísticas no âmbito da CLDF.
- Tratamento das folhas de frequência de 2008 a 2011 enviadas em 2013, bem como a higienização das folhas do ano de 2012.
- Manutenção de equipamentos essenciais aos trabalhos.
- Compra e utilização adequada do uso de equipamentos de proteção individual – EPIs para uso em arquivos.
- Levantamento de necessidade de cargos efetivos/estagiários.
- Levantamento de ajuste de obras no 2º subsolo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

Documento	Quantidade	Parametro
Acervo Geral	7501	Caixas (padrão Box)
Fitas VHF	4860	Unidades
Mini-discos	1081	Unidades
Fitas K7	13	Unidades
HDs	18	Unidades
CDs	6	Unidades
Disquetes	9	Unidades
Fitas Umatic	8	Unidades
Plantas arquitetônicas	20	Caixas-box

O SGDA recebeu novos documentos para guarda, para não atendeu à solicitação de todos os setores, uma vez que ainda não foi feita a reforma para ajuste do mobiliário do subsolo. Também não houve processo de eliminação de documentos, exceto cópias.

Comunicações Oficiais	
Memorandos expedidos	13

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SETORES VINCULADOS À DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

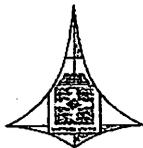
A Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário cumpre com eficiência sua missão institucional de registrar as atividades dos parlamentares, bem como propiciar o apoio operacional à realização dos eventos.

O expediente de trabalho é ininterrupto e a sua atuação também ocorre sempre que necessário em dias não úteis, como feriados e finais de semana, e em horários noturnos.

A seguir, são apontadas as atribuições de cada unidade, conforme previstas na Resolução nº 34/91 e também as que foram agregadas às rotinas de trabalho desde a edição daquela norma.

Setor de Taquigrafia

O Setor de Taquigrafia realiza o registro taquigráfico de todas as atividades parlamentares realizadas na Câmara Legislativa: sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, reunião de comissões permanentes, temporárias e especiais, audiências públicas, debates e oitivas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

As notas taquigráficas produzidas pelo Setaq retratam com fidelidade, precisão e técnica os discursos proferidos pelos Srs. Deputados e outros oradores, além de perpetuar seus registros nos Anais desta Casa e para o público em geral, todos os eventos promovidos por esta Casa Legislativa.

O trabalho é realizado por um corpo de taquígrafos especializados e é dividido em 3 etapas: apanhamento, revisão e supervisão.

Apanhamento: Promove o apanhamento taquigráfico e a decodificação das anotações; produz o texto, fazendo correções necessárias e inclui documentos apresentados.

Revisão: efetua a revisão das notas taquigráficas, corrigindo os erros e imperfeições. É observado sempre o Regimento Interno, o manual de apoio à taquigrafia e as regras ortográficas.

Supervisão: Conclui o trabalho realizado pelo apanhamento e revisão. Faz a montagem definitiva das notas taquigráficas, observando possíveis erros, coerência textual, conferência dos documentos inseridos e formatação.

Setor de Ata e Súmula:

O Setor de Tramitação, Ata e Súmula é uma das unidades que compõem a Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário – DTAP, subordinada à Diretoria Legislativa e à Terceira Secretaria da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Suas atribuições são elaboração, revisão, montagem e encaminhamento para publicação das atas sucintas das sessões plenárias da CLDF, bem como montagem, digitalização e encaminhamento para publicação das atas circunstanciadas dessas sessões, além da elaboração e publicação dos registros de realização das sessões solenes. O Setor ainda mantém atualizados dados referentes à numeração, à data e à publicação das sessões ordinárias, extraordinárias no Portal da CLDF na *internet*.

Estrutura



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



O SETAS é integrado por:

- equipe administrativa;
- equipe de Plenário (revisores e redatores).

Relações intersetoriais

Em sua rotina diária de trabalho, o SETAS interage mais intensamente com os setores de Taquigrafia e de Apoio ao Plenário, com a Assessoria de Plenário e Distribuição, com a Seção de Produção e Editoração Gráfica e com a Comissão dos Anais e Memória:

- ✓ o Setor de Taquigrafia fornece as notas taquigráficas;
- ✓ o Setor de Apoio ao Plenário recolhe cópia dos documentos pertinentes às sessões (expedientes lidos, folhas de registro de votação, verificações de *quorum*, relatórios e outros documentos) fornecidos pela Assessoria de Plenário e Distribuição, e encaminha-os para o SETAS para inclusão nas atas e publicação;

a Seção de Produção e Editoração Gráfica procede à publicação das matérias no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DCL.

Setor de Apoio ao Plenário:

O SAPLE é um setor dinâmico que acompanha as sessões plenárias com o registro de informações, fornecendo o apoio necessário ao funcionamento do Plenário, além de dar suporte ao Setor de Taquigrafia e ao Setor de Tramitação, Ata e Súmula sempre que solicitado. O setor também opera o serviço de sonorização e divulgação de áudio da Casa.

Além das atribuições previstas na Resolução 34/91, outras foram agregadas no decorrer do tempo. Atualmente o Setor presta, dentre outros, os seguintes serviços:

- a) Operar o serviço de sonorização e manter arquivo de gravações de sessões plenárias, audiências públicas, reuniões de Comissões e outros eventos institucionais realizados pela CLDF;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



- b) Acompanhar as sessões plenárias, registrar e informar à Mesa sobre a cronometragem dos pronunciamentos e providenciar, junto ao Setor de Taquigrafia e Setor de Tramitação, Ata e Súmula, as informações que se fizerem necessárias;
- c) Registrar a presença dos Deputados nas sessões plenárias;
- d) Promover a inscrição de oradores para as sessões plenárias;
- e) Divulgar a convocação de sessões plenárias;

Divulgar a convocação de reuniões das comissões permanentes e temporárias;

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SETORES VINCULADOS A DIVISÃO DE APOIO AS COMISSÕES

A Divisão de Apoio às Comissões – DAC, De acordo com a Resolução nº 89 de 1994, art. 7º, tem como atribuições o planejamento, coordenação, orientação e supervisão do apoio ao funcionamento das Comissões e, especificamente, controlar a tramitação legislativa no âmbito destas; dar suporte técnico-operacional à correta instrução dos processos legislativos; divulgar as atividades de cada Comissão, incluindo o encaminhamento de matérias para publicação; promover os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento das comissões temporárias, abrangendo as atividades de secretaria a elas pertinentes.

Executou atividades de encaminhamento de diversas matérias para publicação, produzidas pelas Comissões, a saber:

- relações de proposições com prazos para emendas, provenientes dos Setores de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias;
- relações de relatores designados, provenientes das comissões permanentes e temporárias;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



- convocações e pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias, provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- erratas provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- resultados de pauta, provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- atas, provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- comunicados (sobre audiências públicas e seminários), provenientes das comissões permanentes e temporárias.
- prazos para apresentação de recursos;
- outros documentos gerados pelas comissões permanentes e temporárias.

O quadro abaixo demonstra os expedientes gerados pela Divisão.

Memorandos	24
Memorandos-Circulares*	229
Formulários (reserva das salas de reuniões das comissões)	58
TOTAL	311

(*) Os circulares destinaram-se à solicitação de apoio direto (Seção de Divulgação, Coordenadoria de Polícia Legislativa, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário e Setor de Apoio ao Plenário), a fim de viabilizar a realização de reuniões das comissões (permanentes e temporárias).

Do seu apoio às comissões, resultou a sequência de tabelas e gráficos a seguir.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



**REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA - REUNIÕES REALIZADAS POR
COMISSÃO**

COMISSÕES	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS			TOTAIS
	ORDINÁRIAS	EXTRAORD.	AUD.PÚBLICAS	
CCJ	20	3		23
CEOF	15	11	5	31
CAS	6	12	5	23
CDC	5	1	1	7
CDDHCEDP	2	7		9
CAF	4	3	14	21
CESC	13	7		20
CS		1		1
CDESCTMAT	6	4	22	32
CFGTC	7	2		9
CE TPCDF ¹	5			5
CE COPA 2014 ²	3			3
CE PELO's ³	8	3		11
TOTAIS	94	54	47	195

(1) COMISSÃO ESPECIAL DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL

(2) COMISSÃO ESPECIAL DA COPA DO MUNDO DE 2014

(3) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA



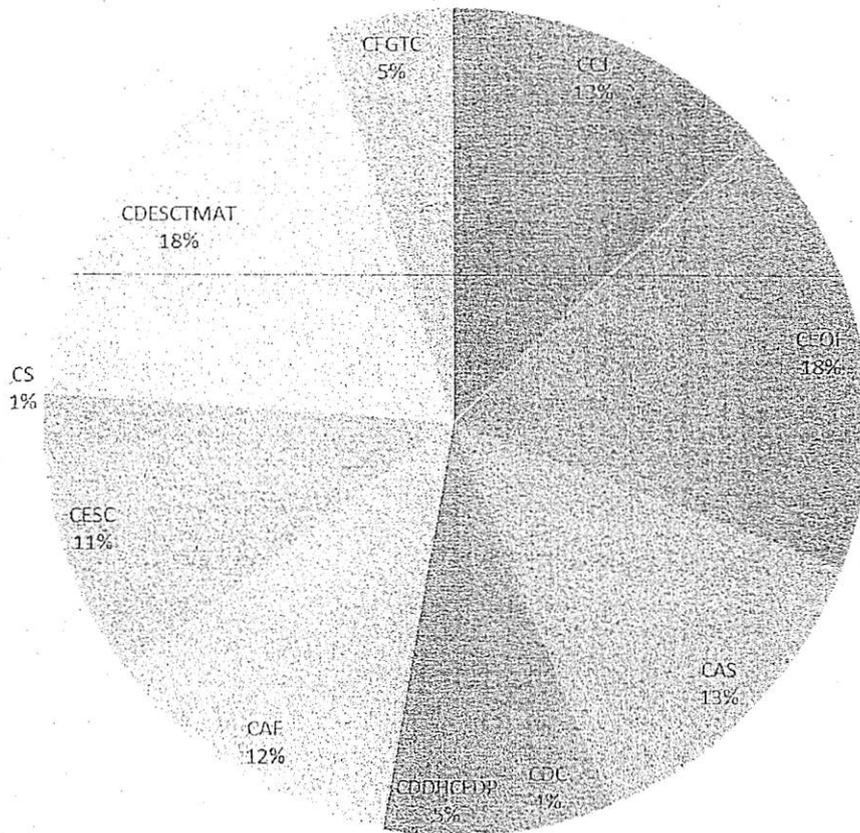
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA - REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES

Comissões Permanentes

(Reuniões Globais Realizadas)

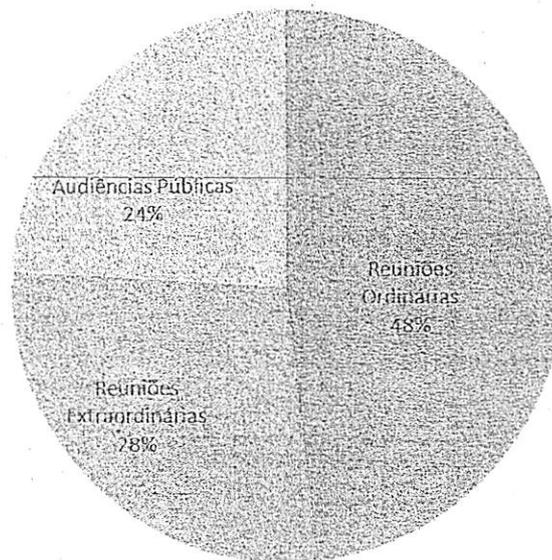




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Modalidades de Reuniões Realizadas (Comissões Permanentes)

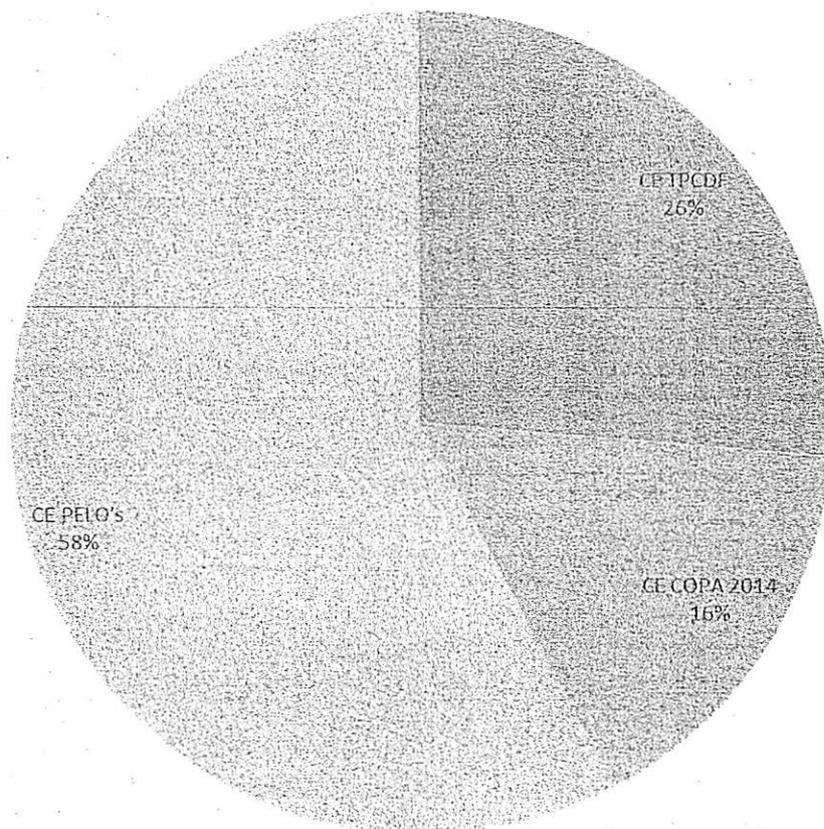




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Comissões Temporárias (Reuniões Globais Realizadas)

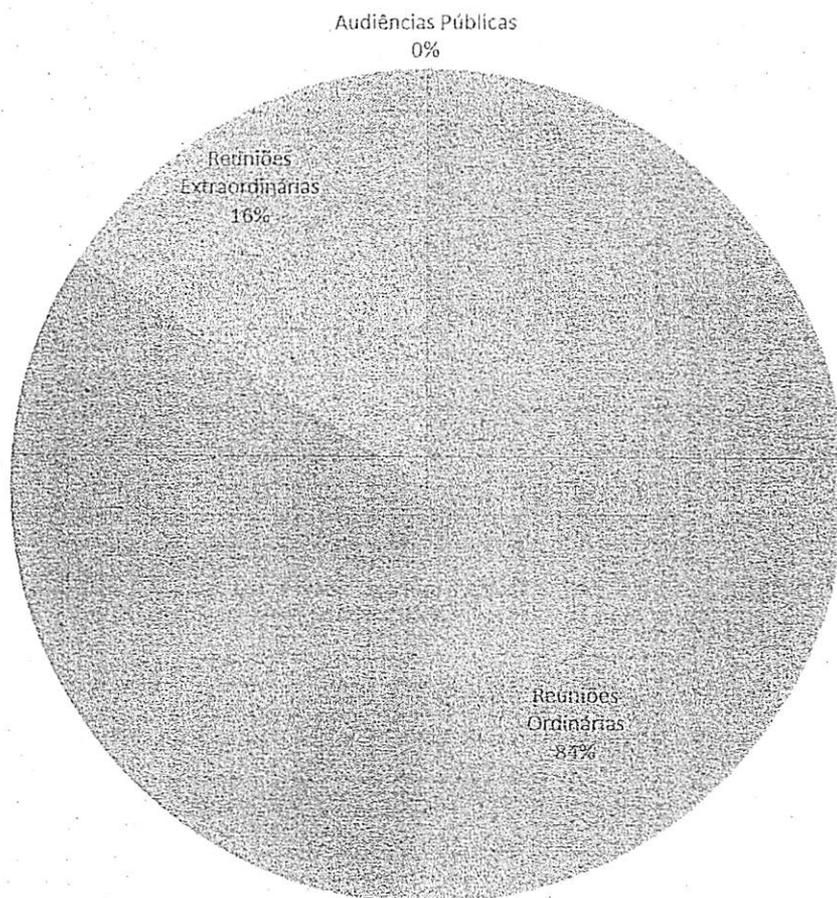


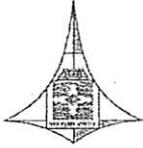


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Modalidades de Reuniões Realizadas (Comissões Temporárias)

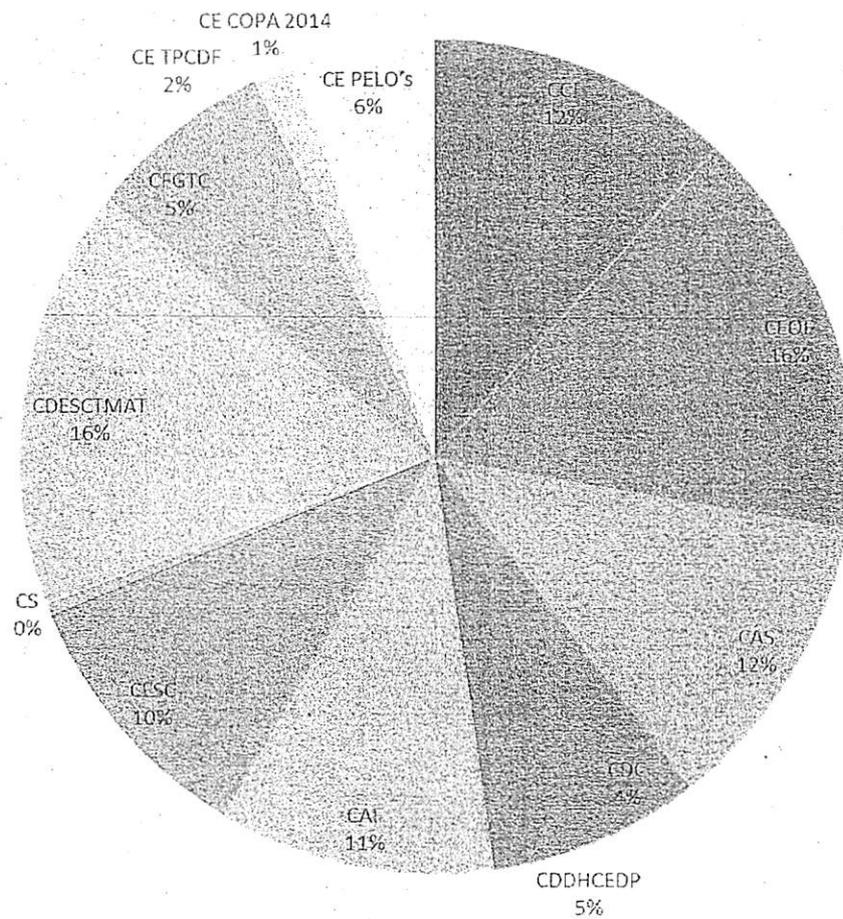


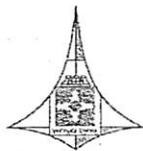


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Reuniões Globais Realizadas (Todas as Comissões)

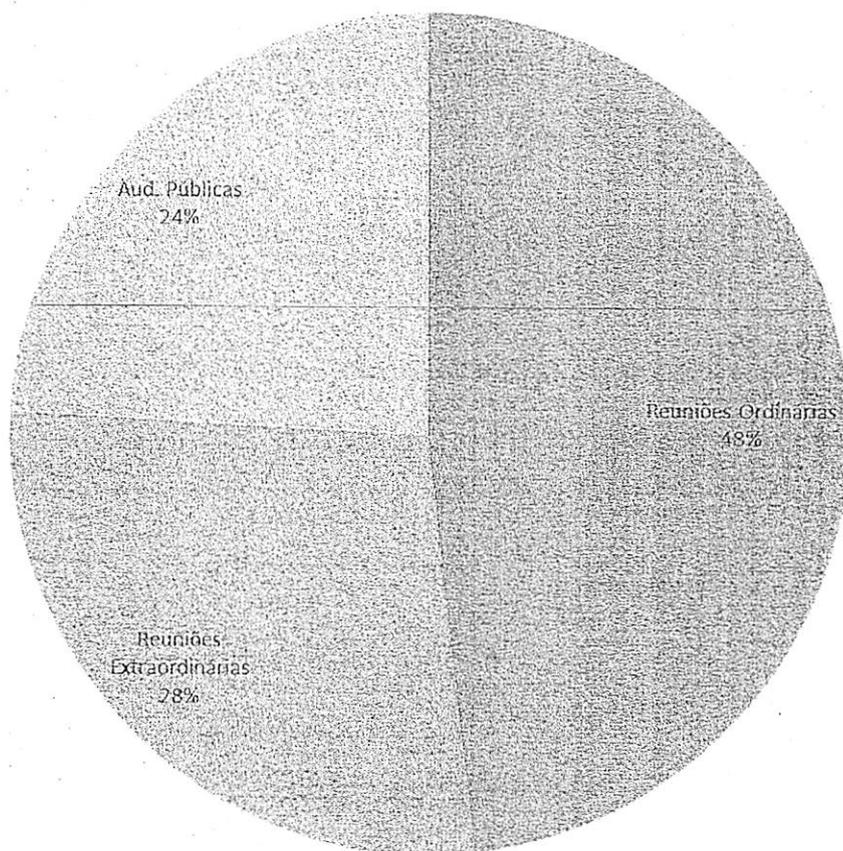




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



**Modalidades de Reuniões Realizadas
(Todas as Comissões)**

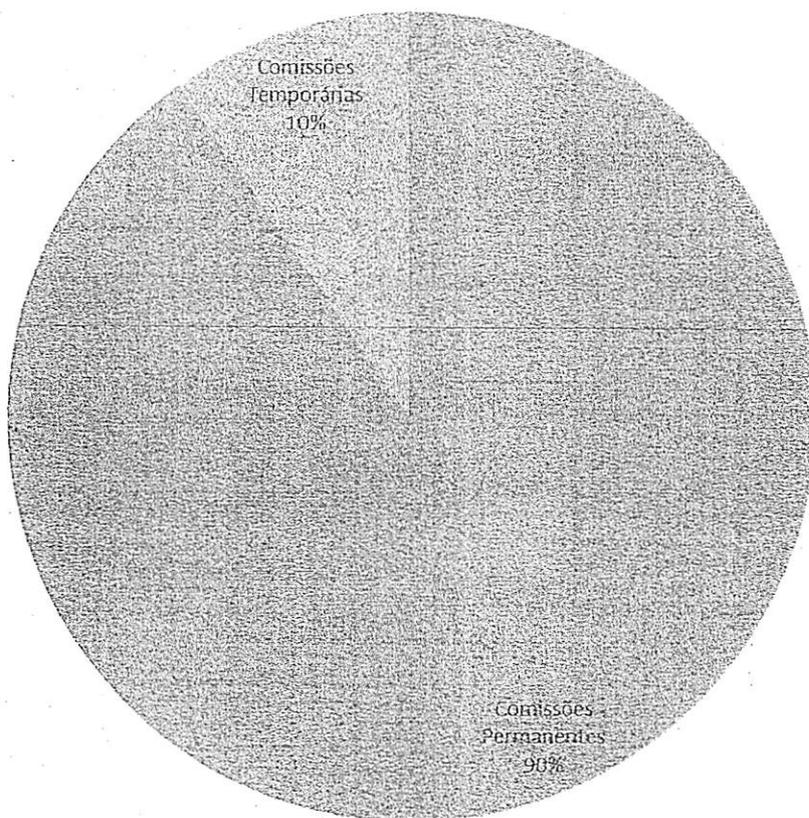




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



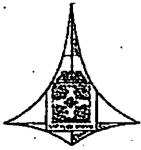
Reuniões Globais Realizadas



1.5.2 Setor de Apoio às Comissões Permanentes

Executou as seguintes atividades

- Após autuadas pelo Protocolo Legislativo, a maioria das proposições é enviada ao SACP pela Assessoria de Plenário, a fim de que sejam distribuídas às comissões permanentes para análise e parecer. Antes desse encaminhamento, porém, o setor as confere e insere as informações necessárias no Sistema Legis.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



• Encaminhamento, para fins de publicação no DCL, das relações de proposições com “Prazo para Apresentação de Emenda junto às Comissões Permanentes” e das com “Prazo para apresentação de Recurso”.

• Encaminhamento, ao Protocolo Legislativo, das proposições que devam ser arquivadas definitivamente, incluindo, ao final de cada legislatura, as proposições que se enquadram nos arts. 137 e 138 do Regimento Interno desta Casa.

• Juntada de proposições (tramitação conjunta), assim como também o eventual desmembramento das mesmas;

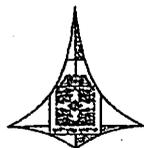
• Detecção e saneamento de procedimentos que não estão em conformidade com as exigências regimentais.

• Requisição de proposição para retirada de tramitação de proposições;

• Requisição de proposições para inclusão em sessões ordinárias e extraordinárias de Plenário.

Todas as proposições recebidas pelo SACP, depois de analisadas pelos seus servidores, são registradas no Sistema de Controle e Acompanhamento do Processo Legislativo – LEGIS e em planilha eletrônica (Excel) para fins estatísticos, além de serem devidamente protocoladas e encaminhadas.

Da atuação do setor, resultou a sequência de tabelas e gráfico a seguir.

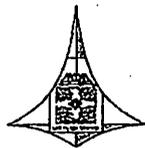


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

PROPOSIÇÕES QUE TRANSITARAM PELO SACP, SEGUNDO ORIGEM

TABELA 1 - PROJETOS DE LEI

SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	337
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	414
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	129
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	63
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	20
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	24
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	21
CESC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	83
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	11
CDESCTMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	16
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	2
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	585
SUB-TOTAL	1.705



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TABELA 2 – INDICAÇÕES

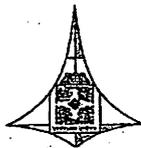
SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	4.555
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	1
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	415
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	523
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	85
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	35
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	301
CESC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	716
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	304
CDESCMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	798
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	4
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	17
SUB-TOTAL	7.754



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

**TABELA 3****– PROPOSTAS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA**

SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	15
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	18
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	1
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	1
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	0
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	0
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	0
CESC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	0
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	0
CDESCMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	0
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	0
SACT – SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES TEMPORÁRIAS	8
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	17
SUB-TOTAL	60

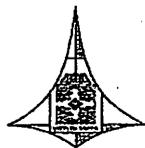


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TABELA 4 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO

SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	14
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	17
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	6
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	0
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	0
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	0
CESC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	0
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	0
CDESCMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	0
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	0
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	17
MD – MESA DIRETORA	10
SUB-TOTAL	65



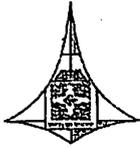
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TABELA 5 – PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	38
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	67
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	0
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	32
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	0
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	1
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	0
CESEC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	0
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	0
CDESCMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	1
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	0
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	96
MD – MESA DIRETORA	1
SUB-TOTAL	236

①

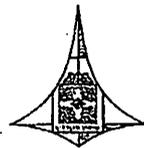


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TABELA 6 – PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

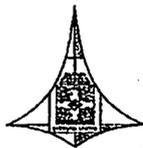
SPL – SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	17
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	17
CEOF – COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	6
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	0
CDC – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1
CDDHCEDP – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	2
CAF – COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	6
CESEC – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	0
CS – COMISSÃO DE SEGURANÇA	0
CDESCMAT – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	0
CFGTC – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	3
ASSP – ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO	38
SUB-TOTAL	90



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

TABELA 7 – PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS

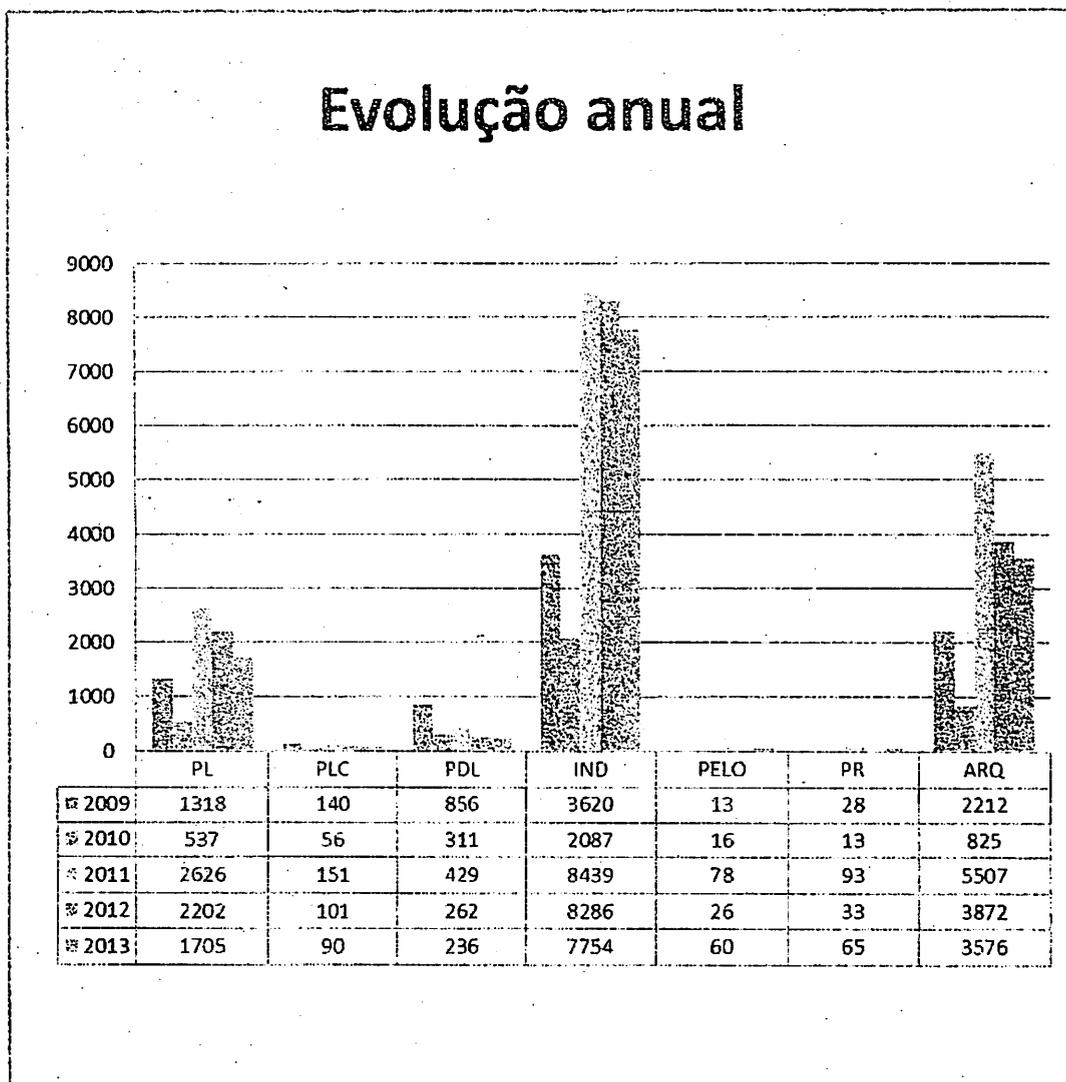
PL – PROJETO DE LEI	305
IND – INDICAÇÃO	3.159
PELO – PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA	8
PR – PROJETO DE RESOLUÇÃO	16
PDL – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	68
PLC – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	20
SUB-TOTAL	3.576



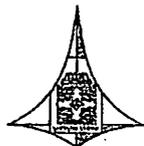
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



TABELA 8 – PROPOSIÇÕES ANALISADAS POR TIPO



O Setor totalizou, assim, durante o ano de 2013, 13.478 procedimentos legislativos (computados os procedimentos referentes às proposições que se enquadraram nos Arts. 137 e 138 do RI-CLDF).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



À medida em que as proposições recebem deliberação e aportam no SACP, é efetivado o registro de cada passo, assim como dado o encaminhamento pertinente.

As estatísticas são originadas principalmente do Sistema de Informações Legislativas da CLDF – Legis e do tabulamento de dados inseridos em planilha (Excel) pelos servidores do SACP.

1.5.3 Setor de Apoio às Comissões Temporárias

Executou as seguintes atividades:

- Atualização e disponibilização das informações sobre as Comissões Temporárias, através do portal da CLDF;
- Prestação de informações aos setores internos da Casa e público em geral;
- Acompanhamento, pelo DCL, das publicações referentes às Comissões Temporárias;
- Atualização do Sistema LEGIS com os dados das Comissões Temporárias.
- Digitalização de toda a documentação produzida pela CPI DO Pró-DF.

Recebeu, registrou e arquivou documentos relativos às Comissões Temporárias, a saber:

- Acompanhamento da **Comissão Especial do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CE TPCSDF**. (Esta comissão foi criada pelo Requerimento nº 1.380/2012, de 02/05/2012, e instalada pelo Ato do Presidente nº 257/2012 em 22/05/2012). Seu presidente é o Deputado Robério Negreiros. Foram realizadas 5 reuniões.
- Acompanhamento da **Comissão Especial da Copa do Mundo de 2014 - CE COPA 2014**. (Esta comissão foi criada pelo Requerimento nº 275/2011, e instalada em 04/10/2011, pelo Ato do Presidente nº 819, de 22/09/2012). Seu presidente é o Deputado Olair Francisco. Foram realizadas três reuniões.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



• Secretariou a **Comissão Especial das Propostas de Emendas à Lei Orgânica – PELO's**. (Esta comissão foi instalada em 02/08/2012, pelo Ato do Presidente nº 376, de 06/07/2012). Sua presidente é a Deputada Arlete Sampaio. Foram realizadas onze reuniões.

Da Comissão dos Anais e Memória - CAM

Dentre outras atividades, a Comissão dos Anais e Memória desta Casa priorizou a Revisão de arquivos PDF a serem publicados nos volumes dos Anais da CLDF. Para tanto, realizou pesquisa junto ao periódico desta Casa de atas, erratas e audiências das Comissões Permanentes e Temporárias no período compreendido entre 1991 e 2013.

O resultado do trabalho foi a construção de banco de histórias ou acervos com um corpo documental significativo, formando um conjunto informacional referente a esse período.

DOS TRABALHOS NAS COMISSÕES PERMANENTES

1 - Da Comissão de Segurança:

A Comissão de Segurança neste ano de 2013 foi instalada com a seguinte composição:

<i>Titulares</i>		<i>Suplentes</i>
<i>Deputado Raad Massouh</i>	<i>Presidente</i>	<i>Deputado Olair Francisco</i>
<i>Deputado Chico Vigilante</i>	<i>Vice-Presidente</i>	<i>Deputado Chico Leite</i>
<i>Deputado Joe Valle</i>	<i>Membro</i>	<i>Deputada Luzia de Paula</i>
<i>Deputado Roney Nemer</i>	<i>Membro</i>	<i>Deputado Wellington Luiz</i>
<i>Deputada Liliane Roriz</i>	<i>Membro</i>	<i>Deputado Washington Mesquita</i>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Ao longo deste ano foram convocadas 03 reuniões ordinárias e 02 extraordinárias. No entanto só obtivemos quórum em uma única reunião extraordinária que foi a 1ª RE do dia 15/05/2013. Este ano foi atípico para a Comissão de Segurança, devido ao fato que o Presidente ex-Deputado Raad Massouh foi cassado e o Plenário da Casa até o momento não elegeu um novo deputado para a Presidência. Atualmente o Deputado Chico Vigilante, vice-presidente, está respondendo pela Comissão. O mesmo convocou uma reunião extraordinária para o dia 27 de novembro passado mas novamente não obtivemos quórum.

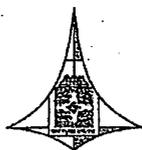
O resultado da apreciação das matérias até o momento é o seguinte:

PROPOSIÇÕES	Quantidade
Projetos de Lei Aprovados	03
Indicações Aprovadas	226

Na parte Administrativa a Comissão contou com total empenho de seus servidores: Emilia Maria Cavalcante Guerra(Assistente Legislativo), Célio Souza Vasconcellos Ferreira(Técnico Legislativo) e Jean Marconi de Oliveira Carvalho(Assistente Legislativo), fazendo com que os trabalhos de divulgação, convocação e realização das reuniões fossem realizados com total eficiência. Ressaltamos a **urgente** necessidade da lotação de pelo menos mais dois servidores efetivos.

2 - Da Comissão de Educação, Saúde e Cultura:

No período de outubro de 2012 a outubro 2013, da 6ª Legislatura, a CESC realizou no período solicitado:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



- 17 Reuniões Ordinárias.
- 07 Reuniões Extraordinárias;
- Convite aos Secretários de Estado de Educação e da Defesa Civil do DF para esclarecimentos e informações sobre a Secretaria;
- Convite ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do DF e a Diretora do Hospital de Base de Brasília para esclarecimentos e informações;
- Atendimento a solicitação de demanda popular, todas foram encaminhadas para o respectivo órgão ou buscou-se informações via telefone.

O quadro a seguir demonstra a situação de todas as proposições apreciadas pela Comissão.

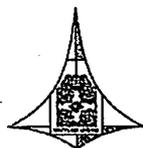
SITUAÇÃO	PL	IND	RQ
1.1 Aprovadas	112	813	01

A CESC mostra-se capaz de efetivar inovações nos seus vários procedimentos legislativos, desde que amparado por novas tecnologias de automação, como a certificação digital – requisitos que a CLDF ainda esta em desenvolvimento.

– ATIVIDADES EXTERNAS DESENVOLVIDAS NO ANO

- Visita ao Hospital de Base de Brasília;
- Visita ao Hospital Regional de Planaltina;
- Visita à Regional de Saúde do Paranoá;
- Visita à Regional de Saúde de Santa Maria;
- Visita ao Hospital Regional da Asa Norte;
- Visita ao Centro de Saúde nº 5 – Lago Sul;
- Visitas às escolas;





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



3 - Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF:

A Comissão realizou no período de 01/11/2012 a 31/10/2013 as seguintes reuniões:

- 16 Reuniões Ordinárias;
- 14 Reuniões Extraordinárias.
- 06 Audiências Públicas.

Foram discutidas e votadas 1.337 Proposições, assim distribuídas:

Projetos De Lei Complementar	Proj.De Lei	Projetos De Decretos Legislativos	Processos	Requer.	Indic.
06	180		08	02	707

Emendas Apresentadas ao Projeto de Lei do Orçamento de 2013

No Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2014, foram designados os seguintes relatores:

RELATOR GERAL – Dep. Rôney Nemer

RELATORES PARCIAIS Dep. Dr. Michel

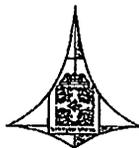
Dep. Arlete Sampaio

Dep. Benedito Domingos

Dep. Washington mesquita

Audiências Públicas

As atividades legislativas incluíram, ainda, a realização de seis audiências públicas, tratando dos seguintes temas:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

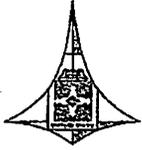


1. Audiência Pública, realizada em 05 de dezembro de 2012, destinada a apresentação, pelo Poder Executivo, do relatório de gestão fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2012.
2. Audiência Pública, realizada em 17 de abril de 2013, destinada a apresentação das demonstrações contábeis relacionadas à execução orçamentária e gestão fiscal de 2012.
3. Audiência Pública, realizada em 20 de junho de 2013, destinada a apresentação, pelo Poder Executivo, da proposta do Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014, PI nº 1494/2013,
4. Audiência Pública, realizada em 13 de agosto de 2013; destinada a apresentação, pelo Poder Executivo, das demonstrações contábeis relacionadas à execução orçamentária e gestão fiscal do primeiro quadrimestre de 2013.
5. Audiência Pública, realizada em 23 de setembro de 2013; destinada a avaliação de Plano Plurianual 2012/2015.
6. Audiência Pública, realizada em 12 de outubro de 2013; destinada a apresentação, pelo Poder Executivo, do PLOA.

CURSOS REFERENTES Á ÁRES ORÇAMENTÁRIA

Em conformidade com o art. 220, § 4º do Regimento Interno, a CEOF organizou dois cursos ao longo do período, totalizando 45 horas/aula, visando atualizar e oferecer orientações técnicas ao processo de emendas às proposições orçamentárias.

Resultado da parceria da CEOF com a ELEGIS e com a colaboração da CMI, os cursos foram ministrados pelo Secretário da CEOF Getúlio José Rodrigues Pernambuco, com os seguintes temas:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



CURSO 1 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

CONTEÚDO:

- ✓ Ciclo Orçamentário
- ✓ LDO: Texto da Lei e Anexos
- ✓ Tramitação na CLDF
- ✓ Emendas à LDO

CURSO 2 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – PLOA (ministrado em duas oportunidades)

CONTEÚDO:

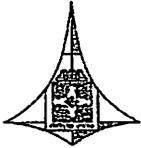
- ✓ O Planejamento Orçamentário – o PPA 2012-2015
- ✓ Processo Legislativo do Orçamento
- ✓ Composição do PLOA e as Restrições Impostas pela LDO
- ✓ Conceitos Orçamentários
- ✓ Elaboração de Emendas ao PLOA no Sistema Informatizado de Emendas
- ✓

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, conforme dispões o Regimento Interno, elabora a redação final das proposições orçamentárias. Para fins de tramitação das matérias orçamentária, desenvolveu em conjunto com a Comissão de Modernização Informática o Sistema de Emendas a Crédito, aperfeiçoou o Sistema de Emendas ao PPA, LDO e LOA, para apresentação das emendas pelos parlamentares.

Os trabalhos técnicos desenvolvidos pela CEOF também incluíram a elaboração de Notas Técnicas, Redações Finais, Pareceres e o atendimento de diversas pessoas e autoridades que buscaram informações junto a CEOF.

As atividades administrativas abrangeram o assessoramento direto do Presidente da Comissão em relação a organização e das providências para a realização das reuniões da Comissão, publicação no DCL das pautas das reuniões da Comissão, designação de relatorias e resultado de pautas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



A secretaria da CEOF também fez a recepção e protocolo de emendas; organizou e divulgou as pautas de trabalhos; o processamento e arquivamento de documentos; o encaminhamento de correspondência interna e externa; atividades de organização e apoio às Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, e atendeu diversas instituições públicas e privadas que solicitaram informações sobre matérias em tramitação na CEOF.

Resumidamente, foram elaborados os seguintes quantitativos de documentos administrativos:

- ✓ 153 memorandos;
- ✓ 88 ofícios;
- ✓ 36 atas;

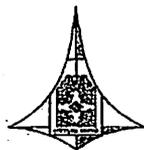
4 - Da Comissão de Defesa do Consumidor

Desde outubro de 2012 a outubro de 2013 foram elaborados: 103 memorandos; 34 ofícios; 6 memorandos circulares; 13 convocações; 13 pautas; 8 resultados de pauta; 8 oito atas e 41 designações de relatorias.

Em conformidade ao art. 83 do RICLDF foram realizadas no período de outubro de 2012 a outubro de 2013, 1 reunião ordinária de 2012 e 4 reuniões ordinárias e 1 extraordinária até outubro de 2013.

5 - Da Comissão de Assuntos Sociais - CAS

Conforme art. 65 do Regimento Interno da CLDF compete a Comissão de Assuntos Sociais analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: cultura, esporte, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer; questões relativas ao trabalho, previdência e assistência social; proteção, integração e garantias das pessoas portadoras de deficiência; proteção à infância, à juventude e ao idoso; promoção da integração social, com vistas à prevenção da violência e da criminalidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretária
Diretoria Legislativa



Além disso, incumbe também o exame relacionado a patrimônio histórico e artístico no âmbito do Distrito Federal; critérios de fixação de tarifas e preços públicos para os serviços da competência do Distrito Federal; relações de emprego e política de incentivo à criação de emprego; política de combate às causas da pobreza, subnutrição e fatores de marginalização; política de integração social dos segmentos desfavorecidos; sistema regional de defesa civil e política de combate a calamidades; concessão de título de cidadão honorário e benemérito; serviços públicos em geral; salvo matéria específica de outra comissão; comunicação social; acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência.

Atividades

REUNIÕES REALIZADAS

Reuniões Ordinárias	11
Reuniões Extraordinárias	12

TRABALHOS REGIMENTAIS

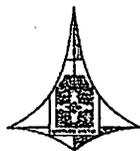
Atas	23
Designações	32
Redesignações	04
Notas Técnicas	00

PROPOSIÇÕES CADASTRADAS

Projeto de Lei Complementar	01
Projeto de Lei	112
Projeto de Decreto Legislativo	39
Indicações.....	1014

PROPOSIÇÕES VOTADAS

Projeto de Lei Complementar	01
Projeto de Lei	101
Indicações	867
Projeto de Decreto Legislativo	31
Requerimento	11



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

**PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO**

Projeto de Lei Complementar	02
Projeto de Lei	87
Projeto de Decreto Legislativo.....	08
Indicações	03
Requerimento	00

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Ofícios	201
Memorandos	178

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Ofícios	73
Memorandos	40
Memorandos Circulares	21

COMISSÕES GERAIS 00

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 04

6 - Da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ

Compete à Comissão de Constituição e Justiça examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação. É de sua atribuição: responder a consultas formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Mesa Diretora ou outra comissão sobre os aspectos acima elencados; analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias elencadas nas alíneas listadas no art. 63, do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça definiu o procedimento de distribuição de relatoria por meio de sorteio a ser realizado sempre que se encerra o prazo de emendas das proposições. Definidas as relatorias, as proposições são imediatamente encaminhadas aos gabinetes para elaboração de pareceres.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Recebidos os pareceres e as emendas, são imediatamente protocolados e disponibilizados no Sistema LEGIS e passam a constar da pauta da próxima reunião a ser realizada.

REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	23
EXTRAORDINÁRIAS.....	3
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	0

TRABALHOS REGIMENTAIS

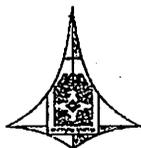
Atas	38
Redações Finais.....	285
Notas técnicas.....	20
Relatórios de veto.....	78
Sorteios de relatorias.....	47

PROPOSIÇÕES VOTADAS

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA.....	9
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.....	13
PROJETO DE LEI.....	225
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO.....	40
PROJETO DE RESOLUÇÃO.....	6
INDICAÇÃO.....	1
REQUERIMENTO	2
PROCESSO	2

7 - Da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é uma comissão técnica permanente, composta por cinco parlamentares, membros efetivos, e cinco suplentes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Além de examinar matérias legislativas afetas à área de Direitos Humanos e Cidadania, elaborando pareceres e discutindo esses temas em reuniões e eventos, a CDDHCEDP mantém um serviço de atendimento ao público para o recebimento de denúncias de violações dos direitos humanos, buscando soluções imediatas para os casos mais graves e prementes e encaminhando todas as demandas às autoridades competentes.

Entretanto, este atendimento, realizado pela assessoria da Comissão, não reproduz os conhecidos protocolos de assistencialismo, como também não pretende substituir os organismos estatais em seu papel legal e constitucional de oferecer proteção e de proceder à tutela dos direitos elementares. Portanto, o papel da Comissão é, primeiramente, o de exigir de quem de direito tais providências, estimulando a cidadania e a luta pela dignidade.

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ATUAÇÃO

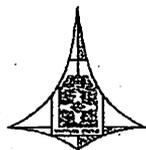
Dada a complexidade e a abrangência de suas atribuições regimentais, que englobam um leque extenso e variado de áreas de atuação, a Comissão elegeu algumas delas como fundamentais, todas ligadas a situações de grande vulnerabilidade. A saber:

- Crianças e Adolescentes;
- Idosos;
- Portadores de Transtorno Mental;
- Portadores de necessidades especiais.
- Sistema Penitenciário;
- Violência Policial;
- Liberdade Sexual;
- Violência contra a Mulher;
- Discriminação Racial;

TRABALHOS DESENVOLVIDOS

I – REUNIÕES DA COMISSÃO

Foram efetivamente realizadas 2 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinárias.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



II - DOCUMENTOS EXPEDIDOS

No exercício legislativo de 2013 foram produzidos e expedidos os seguintes documentos:

- 82 ofícios;
- 118 memorandos;

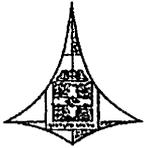
III – PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E REQUERIMENTOS APROVADOS

Foram apreciados na Comissão:

- 25 projetos de lei;
- 01 projeto de lei complementar;
- 31 indicações;
- 09 requerimentos;
- 01 processo disciplinar

IV – DEMANDAS RECEBIDAS E ENCAMINHADAS

A CDDHCEDP recebeu, no ano de 2013, um total de 50 demandas, entre denúncias e solicitações. Todas elas, depois de avaliadas segundo critérios de veracidade, pertinência, gravidade e urgência, foram apuradas e processadas na Comissão, seja através da ação do presidente e dos deputados membros, seja por encaminhamentos às autoridades competentes, ou, ainda, mediante a realização de diligências e averiguações pela equipe técnica. Foram adotadas, solicitadas ou sugeridas as providências cabíveis a cada caso, sempre visando à defesa da cidadania e dos direitos humanos ameaçados ou desrespeitados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



8 - Da Comissão CEDESCTMAT:

Conforme dispõe o art. 69-b do Regimento Interno da CLDF, compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar e emitir parecer sobre o mérito relativo a política industrial; política de incentivo à agropecuária e às microempresas; política de interação com a Região Integrada do Desenvolvimento Econômico do Entorno; política econômica, planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento integrado do Distrito Federal, dentre outras atribuições.

Quanto às atividades desenvolvidas ao longo da presente sessão legislativa, tem-se a informar a realização dos seguintes trabalhos:

ATIVIDADES

REUNIÕES REALIZADAS

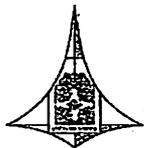
Reuniões Ordinárias	07
Reuniões Extraordinárias	05
Reuniões Técnicas	04

TRABALHOS REGIMENTAIS

Atas	27
Designações.....	59

PROPOSIÇÕES CADASTRADAS

Processo.....	01
Projeto de Lei Complementar.....	03
Projeto de Lei	59
Projeto de Decreto Legislativo	0
Projeto de Resolução	04
Indicação.....	880
Requerimento	04



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa

**PROPOSIÇÕES VOTADAS**

Processo	01
Projeto de Resolução	02
Projeto de Lei Complementar	01
Projeto de Lei	18
Indicação.....	545
Requerimento	04

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei Complementar	02
Projeto de Lei	41
Projeto de Decreto Legislativo	0
Projeto de Resolução	0
Indicação.....	335

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Ofícios	156
Ofícios Conjuntos	57
Memorandos	186
Memorandos Circulares	26
Memorandos Conjuntos	05

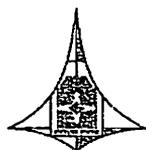
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Ofícios	125
Memorandos	38
Memorandos Circulares	16

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 21

9 - Da Comissão de Assuntos Fundiários – CAF

Conforme preceitua o artigo 68 do Regimento Interno da CLDF compete à Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer sobre o mérito relativo ao plano diretor de ordenamento territorial e planos diretores locais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Além disso, é também de competência desta Comissão dispor sobre parcelamento do solo e criação de núcleos rurais; às normas gerais de construção e mudança de destinação de áreas; à propaganda ou publicidade em logradouros públicos ou desta visíveis; à política fundiária; à criação, incorporação, fusão e desmembramento de Regiões Administrativas, dentre outras atribuições previstas no referido diploma.

Quanto às atividades desenvolvidas por esta Comissão temática ao longo deste ano, são as seguintes as informações para fins de relatório.

Atividades

REUNIÕES REALIZADAS

Reuniões Ordinárias	04
Reuniões Extraordinárias	03

TRABALHOS REGIMENTAIS

Atas	06
Designações	33
Redesignações.....	12
Notas Técnicas	00

PROPOSIÇÕES CADASTRADAS

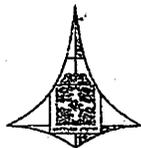
Projeto de Lei Complementar	15
Projeto de Lei	55
Indicações.....	314

PROPOSIÇÕES VOTADAS

Projeto de Lei Complementar	08
Projeto de Lei	21
Indicações.....	303
Requerimento	02

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei Complementar	07
Projeto de Lei	34
Indicações.....	11



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª Secretaria
Diretoria Legislativa



Requerimento00

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Ofícios52
Memorandos108
Memorandos circulares18

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Ofícios19
Memorandos11
Memorandos circulares20

COMISSÕES GERAIS00

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS14

No que concerne à Comissão de Fiscalização, governança, transparência e controle, as informações sobre atividades foram encaminhadas diretamente para o Gabinete da 3ª Secretaria.

Sendo o que tínhamos a informar, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente.

Brasília-DF, 09 de dezembro de 2013.


DIÓGENES LUIZ DA SILVA FILHO
Diretor Legislativo

10

ANEXO II

ASSESSORIA LEGISLATIVA

Brasília, Dezembro de 2013

DOC0172802013 - 10/12/13 09:55



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Assessoria Legislativa



MEMORANDO Nº 791 /2013 /ASSEL

Em 10 de dezembro de 2013.

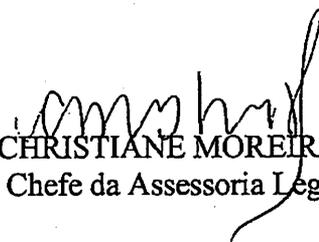
À TERCEIRA SECRETARIA

Assunto: Encaminhamento do Relatório Anual de Atividades

Em atendimento ao Memorando nº 68/2013 do Gabinete da Terceira Secretaria, encaminhamos o Relatório Anual de Atividades da Assessoria Legislativa referente ao ano de 2013, em meio físico e digital (mídia anexa), conforme solicitado.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de V. Sa. Para prestar esclarecimentos sobre este trabalho e realizar outros que nos sejam solicitados.

Atenciosamente,


CHRISTIANE MOREIRA DIAS
Chefe da Assessoria Legislativa

Gabinete da Mesa Diretora-Secretário Executivo / 3ª Secretaria
Recebido em 10/12/13 às 14:09 Horas
Nome: *Carla Cruz* Matrícula: *11209*

**TERCEIRA SECRETARIA
ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES**

2013

I – Apresentação

Durante o ano de 2013, a Assessoria Legislativa cumpriu seu papel específico de prestar assessoramento técnico-legislativo e de contribuir para o contínuo aprimoramento do processo legislativo, desenvolvendo-o com o empenho e o espírito de cooperação que norteiam toda a equipe.

II – A Assessoria Legislativa

A Assessoria Legislativa, no âmbito de suas atribuições regimentais, elencadas na Resolução nº 089/94, tem como princípio básico prestar assessoramento especializado aos Deputados, às Comissões, às Lideranças, à Mesa Diretora e à Administração da Casa.

Dentre as suas responsabilidades estão compreendidas, entre outras atividades: *elaboração de minutas de proposições; redação de minutas de pronunciamentos parlamentares; elaboração de estudos técnicos sobre temas de interesse da Casa; prestação de apoio técnico quanto ao conteúdo e à forma de apresentação de proposições; colaboração para realização de cursos, palestras, seminários e outros eventos sobre temas legislativos; apresentação de sugestões para a ação legislativa, com vistas ao melhor desempenho das atividades finalísticas da Casa.*

O trabalho elaborado pela Assessoria Legislativa, em conformidade com os interesses da fonte solicitante, tem caráter **neutro e apartidário** e as informações recebidas e prestadas ao longo do trabalho são **reservadas**.

No exercício de suas atribuições, a equipe de consultores trabalha com discrição no trato da matéria legislativa e com absoluta igualdade de tratamento entre as diversas solicitações recebidas, dando a todas elas, qualquer que seja sua origem, igual atenção, e perseguindo sempre os objetivos de profissionalismo, excelência e neutralidade.

1. Estrutura

A Assessoria Legislativa tem as suas atribuições institucionais atendidas por intermédio de cinco unidades:

- **UCJ** – *Unidade de Constituição e Justiça*
- **URP** – *Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos*
- **UEF** – *Unidade de Economia e Finanças*
- **USE** – *Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico*
- **UDA** – *Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente*

As tarefas administrativas necessárias para a viabilização das funções técnicas são realizadas pelo **Apoio**, órgão responsável pelo controle do recebimento e andamento dos projetos, pela pesquisa e digitação dos trabalhos, cujas atribuições estão bem definidas internamente em razão das necessidades organizacionais identificadas, mas que não existe formalmente na estrutura administrativa da Câmara.

2. Funcionamento

A composição profissional de cada Unidade da Assessoria tem a seu cargo a realização dos trabalhos relacionados com sua respectiva área de atuação, de modo que se alcance, dentro do possível, a cobertura de todos os temas de interesse da Casa. Entretanto, os trabalhos que não se enquadram, a rigor, em nenhuma área específica, são distribuídos por conexão.

Diante da demanda de trabalhos em determinados períodos do ano e para evitar sobrecarga em alguma Unidade a distribuição dos trabalhos é feita de forma a permitir o intercâmbio de tarefas sempre que necessário para a agilização do atendimento aos solicitantes.

3. Pessoal

Atualmente, contamos com cinquenta e um consultores legislativos; dois auxiliares legislativo; dois assistentes-legislativos e dois técnicos legislativos

O número de consultores legislativos em *efetivo* exercício na ASSEL atualmente é de **trinta e três**, haja vista que os demais se encontram cedidos a outros órgãos públicos, gabinetes parlamentares, unidades da Casa e licença para estudo no exterior. Temos, ainda, um consultor afastado para tratar de interesse particular.

Ressaltamos como negativa a decisão da Presidência desta Casa de não nomear novos servidores antes que o prazo de validade do último concurso expirasse. Por determinação do inciso IV, do art. 243 de nosso Regimento Interno, deveríamos ter sempre candidatos aprovados em concurso para a eventualidade de provimento de vagas.

Infelizmente, nos últimos anos, apesar da realização de concurso público, as vagas abertas por aposentadoria ou vacância de consultores não têm sido providas. Tal fato nos deixa em situação desfavorável, posto que não possuímos servidores em número suficiente para atender com celeridade às demandas dos senhores e senhoras parlamentares.

Destaque-se, por derradeiro, que, pela falta de uma política de gerência de pessoas e de remuneração adequadas, nossos consultores continuam aceitando convites para ocupar cargos nos gabinetes e lideranças parlamentares, atraídos não apenas pelo aspecto financeiro, mas também pela possibilidade de ter seu trabalho reconhecido e valorizado.

III – Atividades desenvolvidas em 2013

No decorrer deste ano, até o dia 29 do mês de novembro, a Assessoria Legislativa atendeu a **765** solicitações de serviços feitas pelos Gabinetes e por outras unidades da Casa, conforme quadro demonstrativo em anexo.

5

Entre as diversas atividades desempenhadas pela ASSEL, destacaram-se:

1 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

- a) Grupo de Trabalho responsável pela análise e elaboração de minutas do Parecer Preliminar, Pareceres Parciais e Parecer Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- b) Grupo de Trabalho para atualização da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- c) Grupo de Trabalho para o Comitê de Execução da Estratégia "Modernizando a Carreira Legislativa", que visa à adoção de modernos sistemas de gestão de cargos, com base no mapeamento de competências individuais e institucionais;
- d) Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-GMD nº 212, de 13 de setembro de 2013, "para realizar estudo, avaliação e sugerir procedimentos, visando o tratamento adequado e padronizado ao reconhecimento de proposições referentes a patrimônio cultural e/ou material de Brasília", que apresentou como resultado o Estudo nº 497, de 2013;

2 - PARTICIPAÇÕES DIVERSAS

- a) Leis Tributárias: PLs nºs 703/2012, 1.238/2012 e 764/2012, que concedem descontos, isenções e a base de cálculo do IPVA; PL nº 976/2012, que trata dos benefícios fiscais relacionados e grandes eventos esportivos (Copa das Confederações e Copa do Mundo);
- b) Leis Orçamentárias: PL nº 1.495/2013 – Relatoria Preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2014 e PL 1.370/2013 – Alteração da LDO 2013;
- c) PL nº 1.315/2012, que disciplina a atividade de profissionais taxistas;
- d) PLC nº 58/2013 – alteração do Regime Jurídico Único dos Servidores do GDF;
- e) Participação, como ouvinte, na audiência pública *Políticas Públicas para as Mulheres*;

6

- f) I Seminário para Vereadores e Assessores da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) – participação de servidor como palestrante. Tema da palestra: Princípios da Administração Pública: Histórico, Aplicabilidade e Efetividade Jurídica”;
- g) Participação na Audiência Pública *Ciclos e semestralidade na rede pública de ensino do DF*;
- h) Atuação deste servidor, Jeizon Allen Silverio Lopes, como professor no Curso “Fundamentos de Direito Constitucional e Lei Orgânica do Distrito”, com carga horária de vinte e uma horas-aula, no âmbito da Escola do Legislativo – ELEGIS;
- i) Participação, como ouvinte, da audiência pública *Políticas públicas de Saúde Mental*;
- j) Participação, como ouvinte, da audiência pública Combate à Homofobia;
- k) Participação, como ouvinte, da audiência pública Política Distrital de Resíduos Sólidos;
- l) Participação, como ouvinte, da audiência pública *Crimes Raciais no Distrito Federal*;
- m) Participação, como ouvinte, no *Seminário Acesso à Informação Pública*;
- n) Participação, como ouvinte, na audiência pública Debater a Mobilidade sustentável no DF;
- o) Participação como membro do “Comitê Modernizando a Carreira do Legislativo”, no âmbito do COPEI/CLDF;
- p) Participação em Audiência Pública da CLDF para debater os desafios na implementação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL);
- q) Palestrante. Tema: “A questão étnico-racial – uma problematização sobre a Lei nº 10.639/2003”, para os alunos do Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos, na Faculdade de Tecnologia SENAC-DF;
- r) *Atuação, como palestrante, na 73ª Caravana da Anistia* (promovida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça), no Memorial Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília – UnB;

7

- s) Participação, como ouvinte, na comissão geral para discussão da proposta de federalização do Museu Nacional da República Honestino Guimarães (PL nº 1.693/2013), na CLDF;
- t) Atuação como pesquisador colaborador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (CATMV-UnB) e, nessa condição, participei das seguintes audiências públicas da CATMV-UnB para oitiva de depoimentos de atingidos pela ditadura (1964-1985), realizadas na UnB;
- u) Atuação como componente do Comitê de Usuários, com a atribuição de prestar apoio técnico à Comissão de Desenvolvimento da Biblioteca Paulo Bertran;
- v) Atuação na Oficina "Mapeando Competências Individuais" do Comitê Modernizando a Carreira Legislativa;
- w) Atuação deste servidor como professor no Curso "Fundamentos de Direito Constitucional e Lei Orgânica do Distrito", com carga horária de vinte e uma horas-aula, no âmbito da Escola do Legislativo – ELEGIS;

4 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO

- a) Conclusão de doutorado acadêmico em Economia Política – *Massachusetts Institut of Technology* – MIT – EUA. Consultor Legislativo Kleber Chagas Cerqueira;
- b) Doutorado em Saúde Pública na Brunel University – Reino Unido. Consultora Legislativa: Regina Cell Scorpione Nazareno;
- c) Doutorado em Política Social na Universidade de Brasília. Consultora Legislativa: Maria do Perpétuo Socorro Albuquerque Matos;
- d) Conclusão do Mestrado em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília. Consultor Legislativo: Jeizon Allen Silverio Lopes;
- e) Participação no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos na Universidade de Brasília. Consultor Legislativo: Paulo Eduardo Castello Parucker;

8

- f) Curso de pós-graduação em Direito Administrativo pelo IDP, tendo defendido a monografia com o título Análise crítica da doação de bens públicos imóveis como instrumento jurídico de política urbana do Distrito Federal. Consultor Legislativo: Ignacio Xavier Larizzatti Subinas;

IV – Considerações Finais

Durante o ano de 2013, a Assessoria Legislativa atendeu a **765*** solicitações dos Gabinetes e outras unidades da Casa, com o perfil de demanda evidenciado nas tabelas anexas.

Observe-se que os Projetos de Decreto Legislativo, considerados para quantificação da demanda, estão **sustados**, em face de consulta da URP – Unidade de Redação Parlamentar – dirigida à Terceira Secretaria quanto à aplicabilidade da Resolução nº 250/2011.

Além das tabelas, apresentamos, em anexo, os índices estatísticos e algumas ilustrações – tabelas e gráficos – que retratam a demanda por trabalhos feitos à Assessoria Legislativa no ano de 2013, podendo-se visualizar, por comparação, a consolidação da ASSEL como órgão de apoio às ações parlamentar e legislativa, a serviço da sociedade e em prol de um legislativo atuante e competente.

Brasília, 04 de dezembro de 2013.

CHRISTIANE MOREIRA DIAS
Chefe da Assessoria Legislativa

* Dados coletados em 29/11/2013.

9

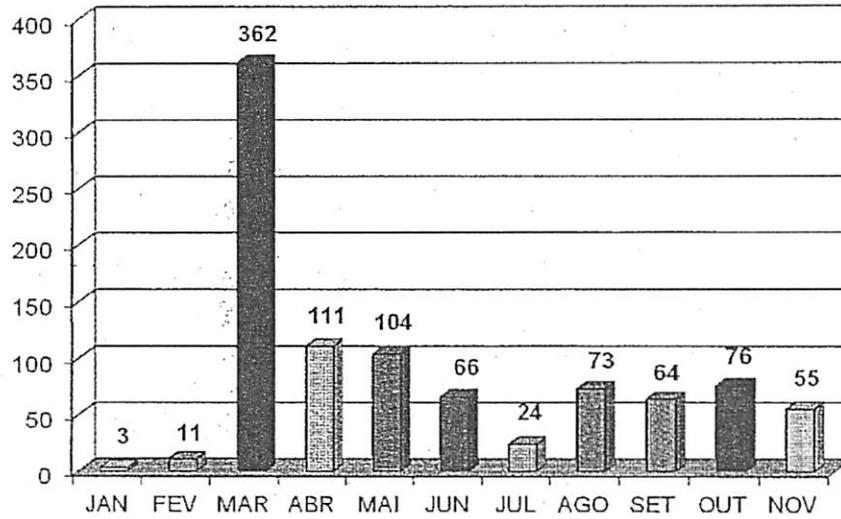
ANEXOS

10

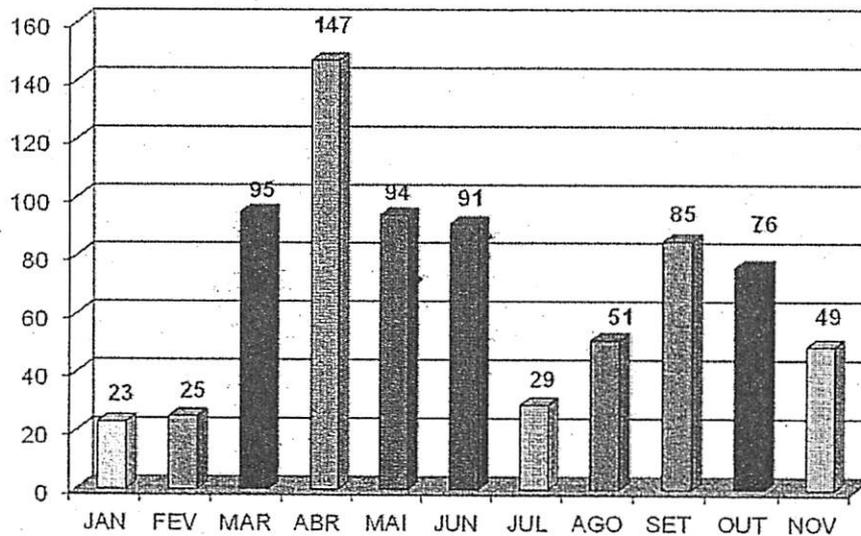
DEMANDA - 2013												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
PL		1	316	91	60	48	18	52	45	45	28	704
PLC			8	3	3		2	5	3	7	4	35
PDL			6		1	1	1	6	4	2	3	24
Consulta	2	5	11	3	7	6	1	5	3	6	9	56
Pronunciamento		1	3		2	2			4	8		20
Outros	1	4	18	14	31	9	2	5	5	8	11	107
TOTAL	3	11	362	111	104	66	24	73	64	76	55	949

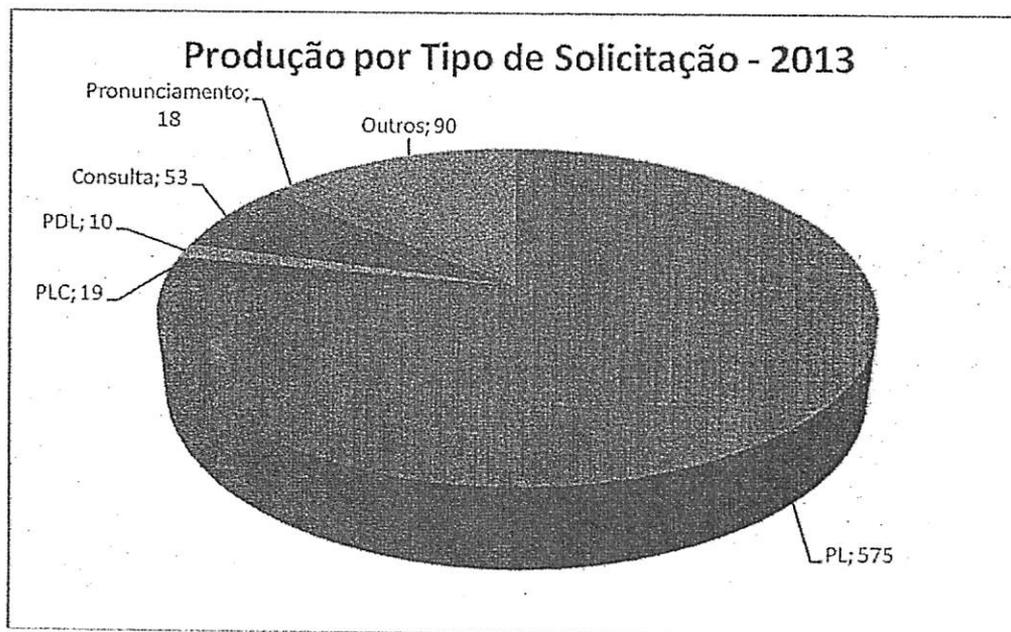
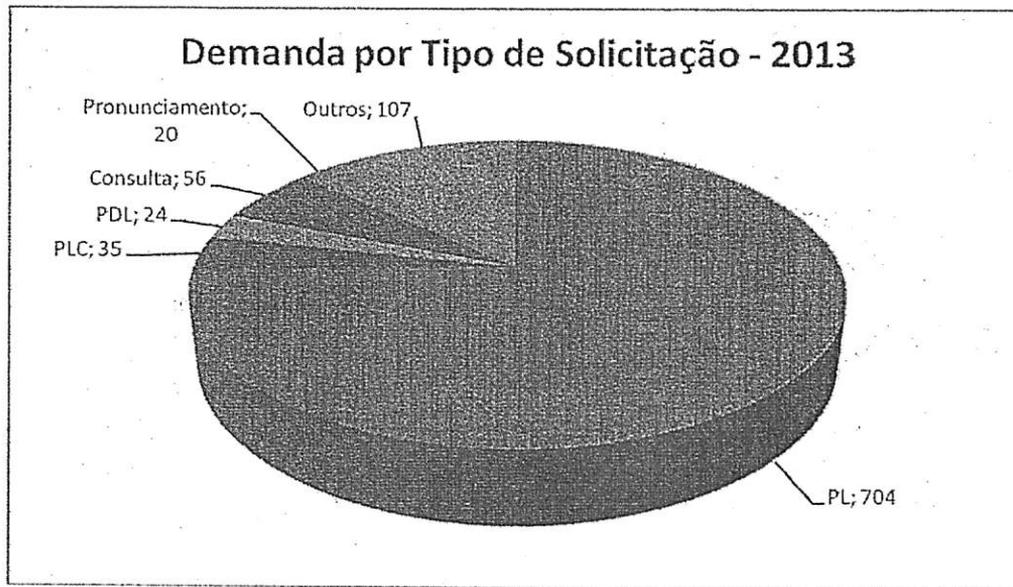
PRODUÇÃO - 2013												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
PL	20	17	68	119	72	72	20	34	69	52	32	575
PLC		1		3	5		3	3	1	2	1	19
PDL			3	2				1	1	1	2	10
Consulta	1	2	9	8	3	6	5	5	4	3	7	53
Pronunciamento		1	4			2			1	7	3	18
Outros	2	4	11	15	14	11	1	8	9	11	4	90
	23	25	95	147	94	91	29	51	85	76	49	765

Demanda de trabalhos da Assessoria Legislativa - 2013



Produção de Trabalhos da Assessoria Legislativa - 2013





ANEXO III

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO,
GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - CFGTC

Brasília, Dezembro de 2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Memo. nº 111/2013 - CFGTC

DOC0173012013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

À Diretoria Legislativa

Assunto: Relatório Anual de Atividades da CFGTC

Senhor Diretor,

Em atenção ao memorando nº 069/2013-GTS-Circular, de 21 de novembro de 2013, encaminhamos à Vossa Senhoria, o Relatório Anual de Atividades da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC em meio digital.

Atenciosamente,

João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



**Relatório Anual de Atividades da
Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e
Controle - CFGTC
2013**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Sumário

1. Composição da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	3
1.1. Membros Titulares	3
1.2. Membros Suplentes	3
2. Principais Atividades da CFGTC	3
2.1. Atividades Legislativas - Reuniões	3
2.2. Atividades Administrativas	6
2.3. Planejamento da Comissão	6
2.4. Notas Técnicas	6
2.5. Relatórios Técnicos.....	7
2.6. Requerimentos	7
2.7. Representações	7
3. Proposições Apreciadas nas Reuniões	7
4. Considerações Finais	12

BRASÍLIA
2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC

1.1 MEMBROS TITULARES

Presidente: Deputado Joe Valle

Vice-Presidente: Deputado Wellington Luiz

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Chico Leite

Deputada Eliana Pedrosa

1.2 MEMBROS SUPLENTE

Deputada Luzia de Paula

Deputado Agaciel Maia

Deputado Chico Vigilante

Deputado Evandro Garla

Deputada Celina Leão

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO

2.1 ATIVIDADES LEGISLATIVAS - REUNIÕES

Em conformidade com a Resolução 261/2013, publicada no Diário da Câmara Legislativa em 04 de janeiro de 2013, foi criada nova comissão permanente denominada Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC. Para tanto, procederam-se alterações no Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal – RICLDF, incluindo o inciso X, no artigo 58, e artigo 69-C.

Foram realizadas, até outubro de 2013, nove reuniões da Comissão, sendo 01 (uma) reunião de instalação, 06 (seis) reuniões ordinárias e 02 (duas) reuniões extraordinárias. Além dessas, a 4ª reunião ordinária não ocorreu por falta de *quórum*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



e foram canceladas seis reuniões ordinárias por motivos supervenientes, a pedido do Presidente.

Segue o cronograma de realização das reuniões, indicando a relação dos deputados presentes e ausentes e a conclusão de cada uma delas.

Reunião de Instalação da CFGTC

Data: 21/03/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio e Chico Leite

Deputados ausentes: Eliana Pedrosa e Wellington Luiz

Conclusão: Reunião realizada

1ª Reunião Ordinária

Data: 04/04/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio, Chico Leite, Eliana Pedrosa e Wellington Luiz

Deputados ausentes: Nenhuma ausência

Conclusão: Reunião realizada

2ª Reunião Ordinária

Data: 02/05/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio, Eliana Pedrosa e Wellington Luiz

Deputado ausente: Chico Leite

Conclusão: Reunião Realizada

3ª Reunião Ordinária

Data: 06/06/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio, Chico Leite e Eliana Pedrosa

Deputado ausente: Wellington Luiz

Conclusão: Reunião realizada

1ª Reunião Extraordinária

Data: 27/06/2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio e Eliana Pedrosa.

Deputados ausentes: Chico Leite e Wellington Luiz

Conclusão: Reunião realizada.

4ª Reunião Ordinária

Data: 08/08/2013

Deputados presentes: Joe Valle e Eliana Pedrosa

Deputados ausentes: Arlete Sampaio, Chico Leite e Wellington Luiz

Conclusão: Não houve reunião por falta de *quórum*.

5ª Reunião Ordinária

Data: 22/08/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio e Wellington Luiz

Deputados ausentes: Eliana Pedrosa e Chico Leite

Conclusão: Reunião realizada

2ª Reunião Extraordinária

Data: 26/09/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio, Chico Leite e Wellington Luiz

Deputada ausente: Eliana Pedrosa

Conclusão: Reunião realizada.

6ª Reunião Ordinária

Data: 17/10/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Eliana Pedrosa e Wellington Luiz

Deputados ausentes: Arlete Sampaio e Chico Leite

Conclusão: Reunião realizada

7ª Reunião Ordinária

Data: 31/10/2013

Deputados presentes: Joe Valle, Arlete Sampaio, Eliana Pedrosa e Wellington Luiz

Deputado ausente: Chico Leite



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Conclusão: Reunião realizada

2.2 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

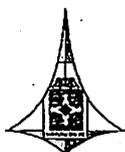
Na CFGTC, até outubro de 2013, foram elaborados 91 (noventa e um) Memorandos, 41 (quarenta e um) Ofícios, 01 (um) Memorando Circular, 11 (onze) Convocações para Reunião, 10 (dez) Pautas, 10 (dez) Resultados de Pauta e 10 (dez) Atas. Além disso, foram elaborados e publicados no Diário da Câmara Legislativa – DCL 04 (quatro) Comunicados de Realização de Convênios e de Liberação de Recursos referentes aos extratos de repasses financeiros recebidos na CFGTC, encaminhados a esta Casa em cumprimento ao que dispõe o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, e do artigo 1º da Lei Federal nº 9.452/97.

2.3 PLANEJAMENTO DA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC aprovou o seu Plano Anual de Trabalho para o exercício 2013 na **3ª Reunião Ordinária, realizada em 06/06/2013**. Nesse plano, que definiu quatro áreas prioritárias como objeto de fiscalização e controle externo, foram contempladas 12 (doze) atividades, sendo 10 (dez) referentes a auditorias governamentais e 02 (duas) relativas a ações para aproximação e cooperação institucional com outros órgãos de controle, consistentes em visitas a órgãos públicos (MPDFT, TCDF e STC) e realização de debate/audiência pública.

2.4 NOTAS TÉCNICAS

Foram elaboradas 11 (onze) Notas Técnicas pelos Consultores Técnico-Legislativos da Assessoria da CFGTC, que analisaram questões de competência da Comissão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



2.5 RELATÓRIOS TÉCNICOS

Foi elaborado 01 (um) Relatório Técnico por Consultor Técnico-Legislativo da Assessoria da CFGTC, que analisou questão de competência desta Comissão.

2.6 REQUERIMENTOS

Foram elaborados 05 (cinco) Requerimentos de Informação, 01 (um) Requerimento de Fiscalização e Controle, 02 (dois) Requerimentos de Convocação, de modo a materializar o controle parlamentar sobre atos praticados pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

2.7 REPRESENTAÇÕES

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, até outubro de 2013, recebeu 16 (dezesseis) Representações, tendo sido adotadas as providências cabíveis.

3. PROPOSIÇÕES APRECIADAS NAS REUNIÕES

3.1 REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA CFGTC (21/03/2013)

- 1. Planejamento Estratégico da Comissão:**
Resultado: discutido e aprovado pelos parlamentares.
- 2. Apreciação do veto do PL. 1272/2012 pelo Governo do Distrito Federal:**
Resultado: os parlamentares decidiram designar uma equipe de assessores para avaliação do veto e produção de um relatório para subsidiar a comissão, uma vez que a matéria tratava de transparência e controle, matérias afetas à CFGTC.
- 3. Aprovação do calendário anual da Comissão:**
Resultado: discutido e aprovado pelos parlamentares.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



3.2 PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (04/04/2013)

1. Celebração de termo de cooperação institucional entre a CFGTC e a Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal.

Resultado: aprovada a proposta de se celebrar acordo de cooperação técnica-institucional.

3.3 SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA (02/05/2013)

1. Projeto de Lei Complementar nº 62/2013, que: "DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria do Poder Executivo.

Relatoria: Deputado Chico Leite.

Parecer: pela aprovação do projeto, nos termos da emenda modificativa.

Resultado: Aprovado.

2. Projeto de Lei Complementar nº 63/2013, que: "ALTERA A LEI COMPLETAR Nº 704, DE 18 DE JANEIRO 2005, QUE CRIA O FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DF, ALTERA O § 2º, DO ART. 25, DA LEI 3.196, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria do Poder Executivo.

Relatoria: Deputado Joe Valle.

Parecer: pela aprovação do projeto, com rejeição da emenda supressiva.

Resultado: Aprovado.

3.4 TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (06/06/2013)

1. Projeto de Lei nº 1384/2013, que: "DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO SEMESTRAL DE DADOS CONCERNENTES AOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS FIRMADOS PELO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL", de autoria da Deputada Luzia de Paula.

Relatoria: Deputada Arlete Sampaio.

Parecer: pela aprovação do projeto de lei e da emenda supressiva.

Resultado: Aprovado.

2. Indicação nº 11227/2013, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que "SUGERE, AO PODER EXECUTIVO, ANÁLISE NAS NOMEAÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CARGO 113-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



LEM/ESPAÑHOL), DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO PÚBLICO, DO QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL”.

Resultado: Retirada de pauta.

- 3. Indicação nº 11336/2013**, de autoria do Deputado Chico Leite, que “SUGERE, AO CONGRESSO NACIONAL, A ADOÇÃO DO VOTO ABERTO EM TODAS AS DELIBERAÇÕES ALI REALIZADAS”.

Resultado: Aprovada.

3.5 PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (27/06/2013)

- 1. Projeto de Lei nº 1475/2013**, que: “AUTORIZA ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO A SE FILIAREM A CONSELHOS E INSTITUIÇÕES DE CARÁTER NACIONAL OU INTERESTADUAL”, de autoria do Poder Executivo.

Relatoria: Deputada Arlete Sampaio.

Parecer: pela aprovação do projeto de lei no âmbito desta Comissão e nos termos da Comissão de Constituição e Justiça em relação às emendas apresentadas.

Resultado: Aprovado.

- 2. Projeto de Lei nº 1409/2013**, que: “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.822, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DISTRITAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, de autoria do Deputado Evandro Garla.

Relatoria: Deputada Arlete Sampaio.

Parecer: pela rejeição do projeto de lei.

Resultado: Retirado de pauta.

3.6 QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA (08/08/2013)

Não houve deliberação de matéria legislativa por falta de *quórum*.

3.7 QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA (22/08/2013)

- 1. Projeto de Lei nº 1408/2013**, que: “DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE QUALQUER EVENTO ARTÍSTICO, CUSTEADO COM RECURSOS PÚBLICOS, PARA INAUGURAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL”, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Relatoria: Deputado Wellington Luiz.

Parecer: pela aprovação do projeto de lei.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC

Resultado: Concedido vista do parecer à Deputada Arlete Sampaio.

- 2. Projeto de Lei nº 1409/2013, que:** "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.822, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DISTRITAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria do Deputado Evandro Garla.

Relatoria: Deputada Arlete Sampaio.

Parecer: pela rejeição do projeto de lei.

Resultado: Retirado de pauta por solicitação da Deputada Arlete Sampaio.

- 3. Acordo de Cooperação** entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e a Secretaria de Transparência e Controle – STC, do Governo do Distrito Federal".

Parecer: Pela aprovação do acordo.

Resultado: Aprovado.

- 4. Requerimento de Informação nº 01/2013** para subsidiar a execução da atividade nº 6 do Plano Anual de Trabalho da Comissão – controle da Dengue no DF".

Resultado: Aprovado.

- 5. Requerimento de Informação nº 02/2013**, encaminhado pela Deputada Eliana Pedrosa, a respeito de informações ao Banco de Brasília quanto a publicações de extratos de ata de registro de preços do exercício de 2012 e 2013".

Resultado: Aprovado.

- 6. Requerimento de Fiscalização e Controle nº 01/2013**, encaminhado pela Deputada Eliana Pedrosa e assinado também pelos Deputados Joe Valle, Wellington Luis, Dr. Michel, Celina Leão e Robério Negreiros, que requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS".

Resultado: Aprovado.

3.8 SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (26/09/2013)

- 1. Requerimento nº 2771/2013**, que: "REQUER INFORMAÇÕES AO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL SOBRE O ESTOQUE ATUAL E O CONSUMO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS", de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Resultado: Requerimento aprovado.

3.9 SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA (17/10/2013)

- 1. Requerimento nº 01/2013/CFGTC**, que: "REQUER A CONVOCAÇÃO DO SERVIDOR DO DFTRANS RICARDO LEITE DE ASSIS", de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
Resultado: Requerimento aprovado.
- 2. Requerimento nº 2829/2013**, que: "REQUER INFORMAÇÕES AO SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DISTRITAL DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS", de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.
Resultado: Requerimento aprovado.
- 3. Requerimento nº 2830/2013**, que: "REQUER A CONVOCAÇÃO DO DIRETOR-GERAL DO ÓRGÃO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS", de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.
Resultado: Requerimento aprovado.

3.10 SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (31/10/2013)

- 1. Projeto de Lei nº 1408/2013**, que: "DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE QUALQUER EVENTO ARTÍSTICO, CUSTEADO COM RECURSOS PÚBLICOS, PARA INAUGURAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL", de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.
Relatoria: Deputado Wellington Luiz.
Parecer: pela aprovação do projeto de lei.
Na 5ª Reunião Ordinária da CFGTC, em 22/08/2013, foi concedido vistas do parecer à Deputada Arlete Sampaio.
Voto em Separado: Peja rejeição do projeto de lei.
Resultado: O item não foi objeto de deliberação.
- 2. Projeto de Lei nº 1613/2013**, que: "ALTERA A LEI Nº 3.822, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE INSTITUI A POLÍTICA DISTRITAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria do Poder Executivo.
Relatoria: Deputada Arlete Sampaio.
Parecer: pela aprovação do projeto de lei.
Resultado: O item não foi objeto de deliberação.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC

- 3. Relatório Final de Fiscalização e Controle do Requerimento nº 2718/2013**, que: "REQUER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DAS AÇÕES EXECUTADAS NO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS", de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.
Relatoria: Deputada Eliana Pedrosa.
Relatório: Pela aplicação do disposto no § 2º do art. 101-A da Lei Orgânica do Distrito Federal ao Sr. Marco Antônio Campanella.
Resultado: O item não foi objeto de deliberação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até outubro de 2013, tramitou nesta Comissão um total de 16 (dezesseis) proposições, das quais aprovaram-se: 02 (dois) Projetos de Lei Complementar, 03 (três) Projetos de Lei Ordinária, 01 (uma) Indicação e 07 (sete) Requerimentos. Além disso, tramita no âmbito da CFGTC a celebração de 03 (três) Acordos de Cooperação Institucional.

Registre-se que, na realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, a CFGTC analisa não só matérias com conteúdo normativo, tais como: Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar, mas também elabora e aprecia: Notas Técnicas, Relatórios, Requerimentos, Representações e Acordos de Cooperação. Todos esses instrumentos auxiliam o Poder Legislativo na realização da fiscalização e controle dos atos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Merece destaque o Plano Anual de Trabalho da CFGTC, por permitir o planejamento estratégico de ações a serem desenvolvidas no exercício seguinte, possibilitando estabelecer diretrizes de atuação da Comissão voltadas aos problemas estruturais mais importantes e permitindo, assim, a produção de estudos capazes de orientar alterações em políticas públicas distritais.

Buscando dar melhor atendimento à população do Distrito Federal, foram disponibilizados para contato os telefones 3348-8988 e 3348-8958, bem como o e-mail da Comissão: cfgtc@cldf.gov.br.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



A CFGTC está instalada no seguinte endereço: Praça Municipal – Quadra 2, Lote 5 – 5º andar, Sala 5.29 – Centro Cívico Administrativo – Eixo Monumental – Brasília/DF – CEP: 70094-902.

A partir das informações recebidas na Comissão, adotam-se as providências cabíveis e os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes.

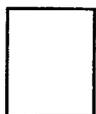
João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

Publicação no DCL

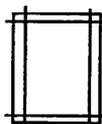
As matérias enviadas para publicação no DCL devem cumprir o Ato da Mesa nº 27/2007*, especialmente, os seguintes aspectos de formatação:



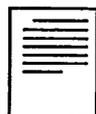
tamanho do papel A4



orientação na forma retrato



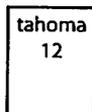
**margens: superior: 4cm
esquerda: 3cm
direita e inferior: 2cm**



alinhamento vertical superior/justificado



parágrafo de 1,5cm da margem esquerda



fonte tahoma normal tamanho 12



**espaçamento: entre linhas: simples
antes do parágrafo: 6pt**

*O Ato da Mesa Diretora nº 27, de 2007, regulamenta a formatação dos textos a serem disponibilizados em meio digital pela CLDF